O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Sexta-feira 25 de MARÇO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46910
estadão.com.br

A volta dos grandes festivais

Sextou

Lollapalooza terá The Strokes (foto) e maratona de shows. __C1, C4 e C8

SONY MUSIC

Gabinete paralelo __A12

STF autoriza investigação de ministro por propina no MEC

__ Para a ministra Cármen Lúcia, há 'notícia de fatos gravíssimos'

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a abertura de inquérito para apurar o envolvimento do ministro da Educação, Milton Ribeiro, e dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura em um gabinete paralelo no MEC, revelado pelo **Estadão**, que intermediava a liberação de verbas para prefeituras. Cármen Lúcia destacou que a investigação é uma resposta a "notícia de fatos gravíssimos". Pelo menos 10 prefeitos atestaram que os pastores atuaram na intermediação de recursos ou no acesso ao ministro. Três deles admitiram que ouviram pedido de propina. O presidente Jair Bolsonaro defendeu publicamente o ministro e o governo conseguiu reverter uma convocação de Ribeiro pelo Senado.

"Eu boto minha cara toda no fogo pelo Milton. Estão fazendo uma covardia com ele"
Jair Bolsonaro

Propina com desconto de 50%

O pastor Arilton Moura ofereceu "abatimento" de 50% na propina por verba do MEC, disse o prefeito de Bonfinópolis (GO), Professor Kelton Pinheiro. __A14

Corporativismo __A26 e A27

Altos salários e regalias na Petrobras atravessam governos

Privilégios dos funcionários da Petrobras, como direito a adicional de 100% do salário nas férias, resistem a diferentes governos graças ao poder da corporação, mostra José Fucs.

R$ 7 bilhões

É o custo anual da Petrobras com as benesses, um terço dos gastos com pessoal

A Guerra de Putin __A17

Rússia sofre mais sanções e Biden sugere expulsão do G-20

Em reuniões com G-7, Otan e UE, presidente americano propõe retirar russos do grupo das 20 maiores economias e promete responder a qualquer ataque químico ou nuclear.

Artigo __A20
Timothy Snyder / *W. POST*

A fantasia de Putin com um mundo sem ucranianos

GONZALO FUENTES / REUTERS

Biden (E) e Macron, na Bélgica, em dia com três cúpulas sobre conflito

E&N Vagas no Executivo __B1

Disputa política bloqueia indicações a agências e órgãos reguladores

Disputas entre o governo e o Senado estão travando o preenchimento de 60 vagas em agências e órgãos como o Cade.

Segurança pública __A21

Onda de assaltos assusta alunos do Largo de São Francisco

Na volta às aulas, pelo menos um assalto é registrado por dia na área da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Notas e informações __A3
Isso também é corrupção

Eliane Cantanhêde __A14
Bolsonaro ganha fôlego da Bahia para baixo

Celso Ming __B2
O impacto econômico de um mês de guerra

Eleições em SP __A15
Tarcísio de Freitas acerta que vai se filiar ao Republicanos

Itália fora da Copa __A24
Azzurra perde para Macedônia do Norte, em zebra histórica

Entrevista: Darlan Romani __A25
Campeão no arremesso de peso celebra 'queda de muro'

Tempo em SP
20° Mín. 33° Máx.

ISSN - 1516-293-1

CAMILA TURTELLI (INTERINA)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADO/

Coluna do Estadão

Veto à quebra de patentes pode afetar uso no SUS de medicamento para covid-19

Especialistas têm alertado parlamentares sobre o risco de a compra e a distribuição de um medicamento para casos graves de covid-19 (baricitinibe) ficarem impossibilitadas na rede pública. O problema é o veto de Jair Bolsonaro ao projeto sobre quebra de patentes de medicamentos e vacinas contra a covid-19, que invalida a lei que facilitaria a compra e produção de genéricos desses remédios e imunizantes, como o baricitinibe. O alerta é do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GT-PI), formado por pesquisadores de diversas áreas. A comissão sobre incorporação de tecnologias do SUS recomendou o uso do medicamento e fez uma consulta pública que terminou nesta quinta-feira, 24.

• **DE NOVO.** O veto presidencial chegou a entrar na pauta da sessão do Congresso de quinta-feira passada, mas foi adiado pela sexta vez seguida. De acordo com o GTPI, a validação da lei poderia significar uma economia de mais de R$ 2,7 bilhões para o orçamento da Saúde na compra do baricitinibe.

• **POR AÍ.** O preço do medicamento patenteado será de R$ 381 por tratamento no Brasil, enquanto versões genéricas do mesmo tratamento, já disponíveis em outros países, custam cerca de R$ 27.

• **AVALIAÇÃO.** "O Congresso Nacional tem adiado desde setembro de 2021 a derrubada do veto e, com isso, os brasileiros ficam sem as novas medicações disponíveis nas prateleiras do Sistema Único de Saúde e nos hospitais. O veto presidencial só piora a situação da pandemia", disse Felipe Carvalho, coordenador do GTPI.

• **COR PROIBIDA.** "A eventual exclusão do vermelho na logo do PL é um caso que oscila entre a ignorância e o mau gosto, negando as ideias do liberalismo social, formulado pelo leal e honrado deputado Álvaro Valle", afirmou o ex-marqueteiro do PL Vladimir Porfírio sobre a mudança na logo do partido para o lançamento da candidatura de Bolsonaro.

• **TÔ FORA.** Questionada se sua ida ao PSD tinha relação com a possível chegada de Eduardo Leite (PSDB) ao partido, a ex-senadora Ana Amélia respondeu: "Não foi coincidência".

• **ALTA.** O movimento Livres, criado por dissidentes do PSL após a filiação de Bolsonaro em 2018, quadruplicou o número de lideranças para este ano eleitoral. Agora, são 4 mil associados, 42 em cargos eletos. Até agora, 93 lideranças estão certificadas e podem ser candidatas em outubro.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Valdemar Costa Neto, presidente do PL

• **CHEGUEI.** A Rede vai filiar o ex-presidente do Inpe Ricardo Galvão, demitido em 2019 a pedido de Bolsonaro após o órgão divulgar dados sobre desmatamento na Amazônia. Os números são contestados por Bolsonaro. Galvão tentará vaga na Câmara por São Paulo.

• **DE PONTA.** A construção da usina de dessalinização de Fortaleza, feita pelo governo cearense, usará tecnologia da israelense IDE Technologies, que fechou parceria com o Grupo Marquise.

COM MATHEUS LARA.
COLABOROU PEDRO VENCESLAU.

PRONTO, FALEI!

Marcos Pereira
Presidente do Republicanos

"Tarcísio de Freitas (que vai se filiar ao partido e concorrer ao governo de SP) é um quadro de altíssimo nível e que está revolucionando a infraestrutura do Brasil."

CLICK

COLUNA DO ESTADÃO

Pix enviado
DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL
23 Mar 2022 19:27:36
Valor transferido
R$ 1,00

Roberto Requião
Ex-senador (PT-PR)

Em tom de deboche, petista disse ter doado R$ 1 para Deltan Dallagnol para custear os R$ 75 mil que a Justiça obrigou o ex-procurador a pagar para Lula.

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Isso também é corrupção

Bolsonaro repete que não há corrupção em seu governo, mas o escândalo do MEC é mais um caso, entre outros, de mau uso e de desvio de dinheiro público

Como uma espécie de contraponto às muitas e evidentes confusões, omissões e ineficiências de sua administração, Jair Bolsonaro gosta de dizer que, pelo menos, não há corrupção em seu governo. Nesta semana, voltou ao tema duas vezes, assegurando que zela pelo dinheiro público e gabando-se de que o País está "há três anos e três meses sem corrupção no governo federal".

Parece claro que o presidente estava se referindo a escândalos como a roubalheira do petrolão e do mensalão, que marcaram os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff e que tanto ultrajaram os brasileiros. Mas a corrupção na administração pública não se caracteriza somente pelo assalto a estatais ou pela apropriação privada de dinheiro do contribuinte. Quando o governo permite que oportunistas interfiram na distribuição de verbas públicas para o atendimento de interesses particulares, sem qualquer transparência ou controle dos cidadãos, trata-se de degradação da administração pública – em português claro, é corrupção.

O escândalo do gabinete paralelo no Ministério da Educação (MEC), com evidências de tráfico de influência e direcionamento de verbas por parte de pastores evangélicos que não têm nenhum cargo no governo, é apenas o exemplo mais recente desse desvirtuamento da gestão do dinheiro público.

O governo Bolsonaro escarnece da inteligência alheia quando se apresenta como exemplo de lisura com o dinheiro público. Para começar, Jair Bolsonaro assumiu a Presidência carregando consigo graves suspeitas de rachadinha envolvendo sua família e até hoje não explicou as movimentações financeiras suspeitas, os cheques de assessores nas contas de familiares ou as compras de imóveis com dinheiro vivo. Para piorar, desde então, acumulam-se evidências de que Jair Bolsonaro pode ter usado o cargo para dificultar as investigações. Em vez de maior transparência, ao longo do governo só aumentou a opacidade sobre o tema.

No ano passado, a CPI da Pandemia revelou indícios graves de corrupção, no âmbito do Ministério da Saúde, envolvendo compra de vacinas, com negociações obscuras em um shopping center, acusações de pedido de propina e inexplicáveis sobrepreços. O governo federal simplesmente negou as suspeitas, sem apresentar nenhuma explicação à população. Essa informalidade, sem procedimentos de transparência e controle, é um dos ambientes mais férteis para a corrupção.

O caso do gabinete paralelo no Ministério da Educação repete esse padrão de informalidade, com graves suspeitas de corrupção e mau uso de dinheiro público. Tem até denúncia de pedido de propina em ouro. Mudam-se os Ministérios e os nomes dos envolvidos, mas as práticas continuam as mesmas: as suspeitas de corrupção não são levadas a sério, e o ministro segue no cargo como se tudo fosse absolutamente normal. Segundo revelou o **Estadão**, após receber denúncia de cobrança de propina envolvendo pastores, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, teve pelo menos sete reuniões com essas lideranças religiosas. Haja crença na doutrina da infalibilidade, agora aplicada a pastores.

Nada disso deveria surpreender num governo marcado pelo escândalo do orçamento secreto, em que, sem transparência, sem controle e sem critérios técnicos, recursos do Orçamento da União foram distribuídos a parlamentares dispostos a apoiar o governo em troca de verbas para seus redutos eleitorais.

Todos esses casos são muito graves, e sabe-se lá o que mais virá à tona. Como não foram os sistemas ordinários de controle do governo que os detectaram, é provável que o País continue dependendo da imprensa para descobrir aquilo que a corte bolsonarista gostaria de manter em sigilo.

A constatação de que não se sabe o que está sendo feito do dinheiro público deveria causar tanta indignação quanto descobrir, por exemplo, que empreiteiras amigas, beneficiárias do assalto à Petrobras durante os governos lulopetistas, reformaram um sítio frequentado pelo ex-presidente Lula. Há muitos outros modos de mal gastar e de desviar recursos públicos de suas finalidades originais, como mostram esses três anos e três meses de governo Bolsonaro. ●

Regalia descabida e inoportuna

A volta do quinquênio é uma excrescência que nem remotamente figura entre as prioridades do Congresso nessa quadra dramática para o País

Com apoio explícito do governo do presidente Jair Bolsonaro, um grupo de parlamentares atua para fazer avançar no Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que ressuscita a excrescência do quinquênio, espécie de bônus, equivalente a 5% do salário, que era pago a certas categorias do serviço público a cada cinco anos. Em boa hora, a regalia foi extinta para os servidores do Poder Executivo em 1999 e para os servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público em 2005.

Os congressistas não deveriam nem sequer aceitar discutir esse tipo de privilégio mesmo que o País estivesse vivendo na abundância. Como os brasileiros comuns, pagadores de impostos, estão lutando contra a inflação, o desemprego e, em alguns casos, a fome, é um acinte que tal proposta tramite, e com apoio do governo. As atenções dos parlamentares, como de resto de todo o Poder Público, deveriam estar voltadas a projetos que tornem menos aflitiva a vida de todos os brasileiros, não só a de uma casta de funcionários públicos.

O que se vê, no entanto, é uma ação diametralmente oposta no Congresso. Senadores apresentaram ao menos quatro emendas ao texto da PEC 63 com o objetivo de estender o pagamento do quinquênio a todas as categorias do serviço público, e não apenas a juízes e promotores, como previsto no texto original. "Se aprovada a PEC 63, é importante reconhecer que os problemas que a proposta visa a corrigir não são exclusivos da magistratura e do Ministério Público, mas atingem todo o funcionalismo", afirmou o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE). Já a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) defendeu a extensão do quinquênio aos defensores públicos porque, em suas palavras, "não há como pensar a tríade sistêmica da Justiça sem a presença da Defensoria Pública assim como não se pode admitir o alijamento de tão cara instituição da PEC 63 por inegável violação à simetria constitucionalmente estabelecida aos membros de tais carreiras".

Ao longo dos últimos anos, associações de juízes e promotores exerceram forte lobby sobre parlamentares para que o quinquênio voltasse a ser pago, malgrado já figurarem no topo da elite do funcionalismo por seus altos salários e penduricalhos de toda sorte, que não raro fazem seus vencimentos extrapolarem o teto constitucional correspondente ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje fixado em R$ 39,3 mil mensais. De forma marota, o quinquênio é chamado de "parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço" justamente porque a palavra "indenizatória" se presta a caracterizar um pagamento que não estaria sujeito ao abate-teto, embora, na prática, represente um aumento de salário.

Do ponto de vista do governo, há interesse no avanço da PEC 63 como uma forma de conceder benesses a segmentos do serviço público sem violar a lei eleitoral no ano em que Bolsonaro tentará a reeleição. A reportagem do **Estadão** apurou ainda que o governo espera que, caso seja aprovada, a volta do quinquênio reduza a pressão sobre Bolsonaro por reajustes pontuais nos salários do funcionalismo. Quando anunciou a concessão de aumento para agentes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional, em fevereiro, o presidente provocou uma reação tão forte de outras categorias que chegou a pedir a "compreensão" dos servidores e dizer que iria "salvá-los mais à frente".

Já para os que se beneficiariam com a volta do quinquênio, nunca houve momento mais propício para retomar uma PEC que dormitava no Congresso havia mais de oito anos. Não é todo dia que se juntam um presidente fraco e um Legislativo forte, tradicionalmente sensível às demandas dos servidores públicos.

Discutir a volta do quinquênio avilta o bom senso, o espírito público e a própria ideia de República. A PEC 63 nem remotamente se aproxima das necessidades mais prementes dos brasileiros. Ao contrário, tem o efeito de desviar esforços e, sobretudo, recursos financeiros necessários ao enfrentamento de problemas muito mais sérios do que a remuneração do funcionalismo. ●

ESPAÇO ABERTO

Micropolíticas de subsídios e suas macroconsequências

Sebastião Ventura, Felipe Garcia e Guilherme Stein

Políticas de subsídios a setores específicos impactam toda a economia, no curto ao longo prazos, de formas visíveis e invisíveis ao olhar desatento. Muitas vezes, empregos gerados por tais políticas traduzem meros redirecionamentos de mão de obra de setores mais produtivos para menos produtivos.

Em mercados que funcionam sem interferências, preços variam por força de oferta e demanda, sinalizando aos agentes de mercado e consumidores quanto, como e onde utilizar os recursos da economia. Quando ajustados, os sinais do mercado fazem com que empresários sejam incentivados a investirem em setores em que há maior demanda e em setores em que há maior produtividade. Ao mesmo tempo, incentivam-se consumidores a reduzir o consumo de produtos com escassez (preço alto), compensando-os com outro produto disponível em maior abundância (preço baixo).

Os subsídios modificam artificialmente o sinal emitido pelo sistema de preços dos mercados, o principal instrumento a guiar a iniciativa privada no processo de alocação dos insumos do processo produtivo: capital e trabalho. Tais políticas alteram as decisões de investimento privado e emprego da população na direção dos setores/empresas contemplados pelos subsídios na economia, em detrimento dos setores/empresas não contemplados.

É necessário que os impactos das políticas públicas sejam aferidos considerando a economia como um todo, e não apenas com recorte no setor subsidiado. É preciso avaliar se os subsídios geram benefícios efetivos para toda a sociedade, escapando da regra que define más políticas públicas: retornos exclusivamente privados para os contemplados, com custos diluídos entre os demais atores da sociedade. É imperativo lembrar que cada real gasto numa política pública é um real a menos que poderá ser gasto em outra. E, num país pobre como o Brasil, pequenas melhoras qualitativas no gasto público podem fazer a diferença positiva na vida de muitos.

Impactos das políticas devem ser aferidos considerando a economia como um todo, não só com recorte no setor subsidiado

No Brasil, a incipiente avaliação de impacto de políticas públicas é uma necessidade incontornável. A Emenda Constitucional (EC) 109/2021 acresceu o parágrafo 16 ao artigo 37 da Constituição, determinando que os "órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados". A norma se justifica pelo montante dos valores em jogo.

De acordo com os mais recentes dados disponíveis, em 2020 o Brasil gastou R$ 346,6 bilhões com subsídios. Desse montante, R$ 9,2 bilhões foram de subsídios creditícios (programas de crédito com juros subsidiados), como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO). Outros R$ 16,7 bilhões foram gastos com subsídios financeiros (equalização de juros e preços), como o Minha Casa, Minha Vida e a Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural (PSR). E, por fim, o esmagador montante de R$ 320,7 bilhões na forma de gasto tributário (renúncia de receitas), como o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus e a desoneração da folha de pagamentos.

O descontrole, a falta de acompanhamento técnico e a ausência de métricas de efetividade sobre resultados lançam sintomas de efeitos econômicos nocivos. O termo conhecido como *misallocation* passou a ser utilizado para definir situações em que os preços relativos são distorcidos e resultam em empresas com grandes diferenciais de produtividade convivendo juntas no mesmo ambiente econômico. Analisando a distribuição da produtividade do trabalho para algumas economias emergentes selecionadas (China, Rússia, Chile e Índia), percebe-se que o Brasil é o único deles que apresenta um cluster de empresas com produtividade destoante das demais. Ou seja, tal comportamento é sinal de que a economia brasileira apresenta um quadro patológico de ineficiência na utilização dos recursos (neste caso, o fator trabalho).

Entre os diversos problemas potenciais, uma das possíveis e prováveis causas dessa condição são os diversos subsídios alocados de forma desordenada e sem avaliação econômica adequada. Por assim ser, tais programas acabam funcionando como "rádio interferências" que impedem que o mensageiro (sistema de preço) consiga enviar suas informações ao rádio do destinatário (consumidores e empresas). A consequência é categórica: má alocação de recursos.

Desta forma, importante fomentar o debate público e conceder visibilidade às cifras envolvidas nas políticas de subsídios do governo federal, analisar prováveis consequências sobre a economia brasileira e fortalecer o processo institucional de avaliação efetiva de políticas públicas e dos programas sociais vigentes. Embora recente no Brasil, o virtuoso caminho iniciado com a EC 109/2021 mostra-se como rota segura para a otimização da eficiência pública, maior produtividade nacional e devido respeito ao dinheiro do povo. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, ADVOGADO ESPECIALIZADO EM DIREITO DO ESTADO E CONSELHEIRO DO INSTITUTO MILLENIUM; E DOUTORES EM ECONOMIA PELA FGV

FÓRUM DOS LEITORES

Guerra na Ucrânia

Um mês

Ontem fez um mês que a Rússia invadiu a Ucrânia e virou o mundo de ponta-cabeça. Mesmo quem vive a milhares de quilômetros do conflito está sendo atingido pelos estilhaços desta guerra: os preços de alimentos e combustíveis, no Brasil e no mundo, dispararam. Consequentemente, virá a fome, depois de 2020 e 2021 já terem trazido tanta dificuldade para o mundo. Como é possível a mesma tecnologia humana que há mais de meio século enviou o homem à Lua ser hoje utilizada para destruir cidades inteiras?

Virgílio Melhado Passoni
mmpassoni@gmail.com
Jandaia do Sul (PR)

Guerra perdida

Os números da invasão da Ucrânia pelo exército russo dão mostras dos abomináveis crimes de guerra cometidos por Vladimir Putin. Segundo estimativas dos EUA, a Rússia já teria lançado nada menos que 1,2 mil mísseis contra alvos civis, entre eles 23 hospitais, 1 maternidade, 330 escolas, 27 centros culturais, 98 edifícios comerciais e 900 casas e prédios residenciais. A Otan calcula que entre 7 mil e 15 mil soldados russos foram mortos em quatro semanas de guerra. Em comparação, a Rússia perdeu cerca de 15 mil soldados ao longo de dez anos de conflito no Afeganistão e 11 mil em uma década de guerra na Chechênia. Enquanto os soldados russos não sabem por que guerreiam, os ucranianos resistem, com bravura e valentia, em defesa de sua pátria. Como se vê, Putin perdeu a guerra quando ordenou o primeiro disparo.

J. S. Decol
decoljs@gmail.com
São Paulo

Jogos de azar

Projeto de Lei nº 442

Acrescento ao artigo *'Alea jacta est'*, de José Serra (**Estado**, 24/3, A4), que o jogo é uma excelente lavanderia de dinheiro ilegal, oriundo de tráfico de drogas, corrupção, roubos, etc. E exatamente por isso muitos parlamentares defendem a legalização dele no País, embora nenhum reconheça ser essa a razão.

Luciano Nogueira Marmontel
automatmg@gmail.com
Pouso Alegre (MG)

O artigo do senador e ex-ministro José Serra contra a volta dos jogos de azar é muito claro, aborda as várias e maléficas facetas dos cassinos. Mesmo as lotéricas já são nocivas à sociedade, mas nestas os valores de aposta são baixos, portanto o desperdício do cidadão que se alimenta da ilusão de ganhar dinheiro fácil talvez não seja tão grande.

Maria Veronika Keri
marika.keri@gmail.com
São Paulo

Orçamento

Bônus ressurreto

É um verdadeiro tapa na cara dos brasileiros a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe ressuscitar o bônus do quinquênio, extinto em 2005, a ser concedido a juízes e procuradores (**Estado**, 24/3, B2). Trata-se de um adicional de 5% ao salário a cada cinco anos de trabalho. Sabemos que tal aberração seria só o começo, pois logo seria estendida para todos os servidores públicos. Será que o apoio de Bolsonaro e do Congresso é só para garantir mais votos em ano eleitoral ou seria para garantir que processos envolvendo o presidente, sua família e congressistas continuem engavetados? A cada dia que passa o Brasil afunda cada vez mais no comprometimento do Orçamento público.

Maria Carmen Del Bel Tunes
carmen_tunes@yahoo.com.br
Americana

Economia

Fatos e narrativas

Bastante interessante o artigo *Mais jornalismo e menos narrativa*, publicado no **Estado** de 21/3 (A5). Ele traça um quadro otimista com base em números extraídos possivelmente da cartilha do sr. Paulo Guedes. Fato é que milhares de brasileiros hoje passam fome, milhares de pessoas estão desempregadas e outras milhares estão morando nas ruas porque não temos uma política correta de distribuição de renda. Mas, por Deus, por que, se a economia vai tão bem, a maioria da população tem a impressão de que o País vai tão mal? Entendendo que os números apresentados sejam de boa-fé, só me resta concluir que está faltando uma política de distribuição de renda que faça com que os benefícios de uma boa política econômica fluam para toda a sociedade, e não apenas para tão poucos. Ou seja, um governo só é bem avaliado se o resultado de sua ação permeia toda a sociedade. E, infelizmente, o que tem alcançado a sociedade não é tão alvissareiro.

Wilson Demetrio
wilson_demetrio@yahoo.com.br
Campinas

O MAIOR EVENTO DE VENDAS ESTÁ DE VOLTA

CAOA Ford

TODA A LINHA FORD COM AS TRÊS PRIMEIRAS REVISÕES GRÁTIS (FORD PROTECT)

FORD BRONCO
DE ~~R$ 272.742,00~~
POR **R$ 259.990,00***
*PREÇO VÁLIDO APENAS PARA VENDA COM USADO NA TROCA

FORD TERRITORY
A PARTIR DE
R$ 214.990,00

FORD RANGER DIESEL 4X2 CABINE DUPLA
A PARTIR DE
R$ 199.900,00

SEMINOVOS

1ª PARCELA PARA AGOSTO/22 OU TAXA DE 0,99% A.M. OU TRANSFERÊNCIA + IPVA 2022 GRÁTIS

VEÍCULOS SEMINOVOS COM GARANTIA DE 1 ANO | VEÍCULOS COM ATÉ R$ 10.000,00 ABAIXO DA TABELA FIPE
SEMINOVOS CERTIFICADOS E COM PROCEDÊNCIA | MAIS DE 2.000 VEÍCULOS EM ESTOQUE | CRÉDITO APROVADO NA HORA

Imagens meramente ilustrativas. 1. Hyundai New Tucson GLS 1.6 (catálogo GBPK1), ano/modelo 2022, de R$ 201.990,00 por R$ 189.990,00 à vista. 2. Hyundai ix35 2.0 Flex (catálogo 999L2), ano/modelo 2021/2022, por R$ 154.990,00 à vista. 2.1. Taxa 0%: entrada de 60% (R$ preta, ano/modelo 2021/2022, catálogo OCN P023 04, com preço público sugerido de R$ 76.390,00 à vista. 3.1. Primeira parcela para agosto/2022: entrada de 50% (R$ 38.195,00) e saldo em 24 parcelas mensais de R$ 2.218,19, com simulação de taxa de 2,07% a.m. e 27,87% a.a. Cadastro de R$ 2.300,00 (inclusa na parcela), valor total financiado de R$ 79.049,96 (Banco Financeira Alfa S/A). 4. HB20 Evolution 1.0, 12V Flex, mecânico, cor preta, ano/modelo 2021/2022, catálogo OCN D525 04, com preço público sugerido de R$ 80.690,00 à vista. 4.1. Primeira 4.2. Taxa 0%: entrada de 80% (R$ 64.552,00) e saldo em 12 parcelas mensais de R$ 1.567,96, com simulação de taxa de 0,00% a.m. e 0,00% a.a. Tarifa de Cadastro de R$ 2.300,00 (inclusa na parcela), valor total financiado de R$ 83.367,52 (Banco Financeira Alfa S/A). 5. HB20 taxa de 2,07% a.m. e 27,87% a.a. Tarifa de Cadastro de R$ 2.300,00 (inclusa na parcela), valor total financiado de R$ 87.612,44 (Banco Financeira Alfa S/A). 5.2. Taxa 0%: entrada de 80% (R$ 58.472,00) e saldo em 12 parcelas mensais de R$ 1.438,70, com simulação de taxa de 80.990,00 à vista. 6.1. Sedan com preço de Hatch: HB20S Vision 1.0, 12V Flex, mecânico, cor preta, ano/modelo 2021/2022, catálogo OCN D530 04, de R$ 80.990,00 por R$ 76.390,00. 6.2. Primeira parcela para agosto/2022: entrada de 50% (R$ 40.495,00) e saldo em 24 parcelas R$ 1.573,06, com simulação de taxa de 0,00% a.m. e 0,00% a.a. Tarifa de Cadastro de R$ 2.300,00 (inclusa na parcela), valor total financiado de R$ 83.668,72 (Banco Financeira Alfa S/A). 7. HB20S Evolution 1.0, 12V Flex, mecânico, cor preta, ano/modelo 2021/2022, catálogo OCN de 50% (R$ 42.695,00) e saldo em 24 parcelas mensais de R$ 2.464,69, com simulação de taxa de 2,07% a.m. e 27,87% a.a. Tarifa de Cadastro de R$ 2.300,00 (inclusa na parcela), valor total financiado de R$ 101.847,56 (Banco Financeira Alfa S/A). 7.3. Taxa 0%: entrada de 80% nas concessionárias HMB CAOA, durante o período de 10/03/2022 até 31/03/2022. A revisão deve ser feita a cada 10.000 km, 20.000 km e 30.000 km ou 12, 24 e 36 meses, o que ocorrer primeiro, com tolerância de 30 dias ou 1.000 km dos limites recomendados. O benefício inclui previamente para aprovação. Para mais informações sobre os itens inclusos por modelo, por tempo ou quilometragem, e tempo estimado de serviço, acesse: https://hmbcaoa.com.br/servicos-revisao. Consulte o manual do proprietário. 9. IPVA 2022 total grátis: válido para os modelos que ocorrer primeiro. Termos e condições da Garantia Hyundai estão estabelecidos no Manual de Garantia do veículo, assim como no Manual do Proprietário. 11. Ranger XL 4X2 – JKP – a partir de R$ 199.900,00 à vista, na cor Vermelho Bari. No caso da cor Branco haverá um acréscimo por R$ 214.990,00 à vista. 14. Grátis Ford Protect: 3 (três) primeiras manutenções preventivas até 36 meses ou 30.000 km, o que ocorrer primeiro, com serviços de mão de obra e peças originais inclusas no plano. Ao adquirir o plano Ford Protect Basic 1, o cliente ganha 1 ano a mais para agosto (150 dias): entrada de 50% do valor do carro e saldo em 24 parcelas mensais, com simulação de taxa de 1,76% a.m. e 23,29% a.a. Tarifa de Cadastro de R$ 2.300,00 (inclusa na parcela). Valor financiado pelo Banco Financeira Alfa S/A. 16.2. Taxa 0,99%: entrada de 70% Consulte veículos elegíveis com 1 ano de garantia cobertos pela Karvi. 16.5. Crédito aprovado na hora pelo Banco Financeira Alfa S/A. 16.6. Carros certificados com laudo cautelar. O laudo cautelar é um relatório completo sobre o histórico do carro. Ele não é obrigatório, mas é a forma função de mudanças do mercado. 17. CAOA Pós-Vendas: check-up de 16 itens grátis + oxissanitização (carga de bateria, nível do óleo, nível do fluido de freio, nível do fluido de direção, desgaste do pneu, calibragem dos pneus, lâmpadas dianteiras, lâmpadas traseiras, nível do fluido de inspeção dura em média 10 minutos e o de oxissanitização 30 minutos. Promoção dos serviços mencionados válida apenas no dia 26/03/2022, somente nas concessionárias CAOA. Veículos de todas as marcas e modelos podem participar da promoção (exceto motocicletas). Sendo nos Planos Aniversário Faixa 1 – Faixa 2 e Faixa 3 - Base 50, nos prazos 61 - 71 e 81 meses, referem-se à ação promocional base 50%, em que o cliente pagará, até a contemplação da cota, 50% (cinquenta por cento) do valor mensal do fundo comum, mais taxa de administração a 50% ou 100%, conforme a opção de utilização de crédito do cliente. Sujeito a alteração sem aviso prévio, opção de parcela sem seguro. Consulte um vendedor para mais informações. Com o lançamento do novo grupo, comercializaremos somente no prazo de 80 meses no Plano mensal do fundo comum, mais taxa de administração integral e fundo de reserva integral, conforme regra de cobrança especial. O cliente pode optar por utilizar 70% ou 100% do crédito contratado no momento da contemplação, devendo a cobrança de parcelas vincendas ser reajustada com o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –, aplicada a cada 12 meses da data de inauguração do grupo. As promoções constantes deste anúncio não são cumulativas entre si nem com nenhuma outra promoção que vier a ser veiculada no mesmo período. Esses Total – irá variar de acordo com os valores, prazos e demais condições escolhidas pelo cliente e será informado antes da contratação. A CAOA está em conformidade com o Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE. Promoções válidas de 24

ESPAÇO ABERTO

O reino do bom senso e da justiça socioambiental

Fernando Luiz Zancan

Conceitualmente, transição energética justa é mudar o modelo de produção e de consumo de energia de um modelo de altas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) para um de baixa emissão. Isso passa pela transformação de uma cadeia produtiva a partir da utilização de tecnologias existentes e/ou em desenvolvimento que emitam menos gases como o dióxido de carbono (CO_2) e o metano (CH_4). Com a mudança do modelo, preservam-se os empregos e a economia das regiões afetadas pela alteração dos processos produtivos. É o que está sendo buscado pelo setor carbonífero, que produz energia elétrica firme e barata para o Brasil e é responsável por gerar empregos e diversos benefícios socioeconômicos ao País.

Conforme acordado na Conferência do Clima de Paris em 2015, efetiva-se a busca de um mundo de baixo carbono com o desenvolvimento de novos processos produtivos, neutralizando as emissões de GEEs geradas na combustão ou gaseificação de combustíveis fósseis ou biomassa e nos processos de fabricação de produtos que emitem gases de efeito estufa (siderurgia e cimento) e que dependem das fontes fósseis. Além disso, com a produção de eletricidade por meio de fontes que não emitam gases de efeito estufa (solar, eólica, nuclear, hidráulica) e com a alteração das tecnologias dos modais de transporte. E pode-se, também, mudar o padrão de consumo visando a usar menos energia e a aumentar a eficiência energética dos processos.

Para efetivar o processo de transição energética justa, é necessário construir um Plano de Transição Energética Justa, que analise a economia da região, o impacto socioeconômico da implantação das novas tecnologias em substituição às antigas e, assim, proponha soluções para que sejam mantidos os empregos com o mesmo nível de renda e a movimentação da economia.

Trata-se da realidade que foi alcançada com a Lei n.º 14.299/22, destinada à cadeia carbonífera de Santa Catarina e sancionada no mês de janeiro de 2022. A legislação coloca o Brasil como o primeiro país a definir um arcabouço legal específico para um segmento visando a promover a transição energética rumo a um futuro de baixo carbono.

O próximo passo será a construção efetiva deste planejamento, que deve ser discutido com todas as partes interessadas (setores produtivos, empregados, municípios, Estado e comunidade). Mas é necessário ir além de Santa Catarina. Deve-se construir um marco legal, federal e estadual, destinado também a contemplar os demais polos produtivos brasileiros, em especial no Rio Grande do Sul e no Paraná.

> *Para que se tenha sucesso na transição energética, é fundamental começar a agir agora na construção dos devidos marcos legais*

Esse processo é necessário para que as regiões produtivas organizem a implementação do Plano de Transição Energética Justa, alocando recursos financeiros, facilitando a implantação de novas indústrias e a requalificação, o treinamento e a alocação de mão de obra, criando ecossistemas de inovação, estabelecendo programas de desenvolvimento tecnológico e a implantação de processos de baixo carbono.

A implementação de um Plano de Transição Energética Justa, com a construção de uma nova economia de baixo carbono, pode levar mais de duas décadas, dependendo do bom gerenciamento do plano. Por isso, para que se tenha sucesso na transição energética, é fundamental começar a agir agora na construção dos devidos marcos legais com perspectivas viáveis de implementação, para que se possa dar o tempo necessário à implementação do novo modelo de baixo carbono na indústria carbonífera.

Há, ainda, outro fato. O processo de transição energética justa deve ser iniciado imediatamente, para que o compromisso brasileiro firmado na Conferência do Clima em Glasgow (COP-26), de neutralizar as emissões de gases de efeito estufa em 2050, possa ser efetivado, realizando a mudança de modelo econômico de forma serena, planejada e inclusiva.

No caso do carvão mineral, primeiramente elaborou-se um marco legal nos Legislativos federal e dos Estados produtores de carvão mineral, visando a manter o atual parque produtor de carvão até 2050. Agora, deve-se elaborar o Plano de Transição Energética Justa que guiará o processo. Esse plano deve considerar as ações já em andamento realizadas pela indústria carbonífera. Entre os exemplos dessas ações já iniciadas estão o desenvolvimento de tecnologias de Captura, Utilização e Armazenamento de Carbono (CCUS, na sigla em inglês), a criação de ecossistemas de inovação, o desenvolvimento de novos produtos da indústria do carvão e outros projetos.

Assim como ocorreu na revolução industrial, em que a indústria do carvão liderou o progresso industrial que nos trouxe até aqui, temos, agora, a oportunidade de viver uma nova revolução, aproveitando uma fonte de energia firme e eficiente, mas desta vez sem impactos de emissão de CO_2. Trata-se de um processo de mudança alinhada com o que se espera de um país responsável e que olha para o bem-estar de seu povo. ●

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CARVÃO MINERAL (ABCM)

TEMA DO DIA

DIVULGAÇÃO/TV GLOBO

Aposentadoria

Galvão Bueno avisa que vai se despedir da narração e vê Copa do Catar como última

Galvão Bueno está de saída da narração esportiva da Globo. A Copa do Mundo do Catar vai marcar a despedida do narrador, que deixa de ter vínculo fixo com a emissora em dezembro, após 41 anos no canal. ●

4.607 Interações

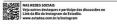
Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Às vezes fala demais quando quer ser comentarista, mas como narrador é o maior."
LUCAS DEMARCHI

● "Dar oportunidades para outros profissionais, o cara fica 100 anos trabalhando."
JONAS NUNES

● "Ele já disse tantas vezes que iria se aposentar que eu só acredito vendo!"
FLÁVIO CATELLI

● "Um ícone brasileiro! Parabéns, Galvão Bueno, por tudo que proporcionou para a gente, *tu faz* parte da vida de cada um."
LUCAS KBAL

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/instagram

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ISTOCK

Na Perifa

Rico ou pobre: quem paga mais impostos no Brasil? ●
www.estadao.com.br/e/perifa

IR 2022

Como lançar custos com educação na declaração. ●
www.estadao.com.br/e/educacao

E-Investidor

Não pense nas notícias na hora de investir. ●
www.estadao.com.br/e/investir

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

A atuação de religiosos no MEC; ouça os áudios

Gabinete paralelo

Cármen Lúcia autoriza investigação de Ribeiro por 'fatos gravíssimos' no MEC

Ministra do STF vê indícios de crimes na atuação de titular da Educação e de pastores por meio de condutas agressivas 'à cidadania e à integridade das instituições republicanas'

JULIA AFFONSO
WESLLEY GALZO
DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem a abertura de inquérito para apurar o envolvimento do ministro da Educação, Milton Ribeiro, com os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. A magistrada atendeu a pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, que apontou suspeita de crimes de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa na atuação do gabinete paralelo no MEC, revelado pelo **Estadão**. Ela destacou que a investigação penal é uma resposta à "notícia de fatos gravíssimos e agressivos à cidadania e à integridade das instituições republicanas que parecem configurar práticas delituosas".

Em uma outra ação apresentada por deputados do PT, Cármen Lúcia determinou que Aras se manifeste em 15 dias sobre a abertura de investigação envolvendo o presidente Jair Bolsonaro (PL).

Num contexto em que se avolumam as suspeitas de corrupção no gabinete do ministro, agora formalmente investigado, o presidente usou sua live semanal para afirmar ontem que coloca "a cara toda no fogo" por Ribeiro. Ele ainda pôs em xeque os relatos de propinas no MEC feito por prefeitos (*mais informações nesta página*).

Pelo menos dez prefeitos confirmaram que os pastores atuaram na intermediação de recursos ou no acesso direto ao ministro da Educação. Desse grupo, três já admitiram que ouviram pedido de propina em troca da liberação de verbas federais para escolas. No que foi o relato mais forte até agora de como o esquema era operado no MEC para facilitar a liberação de recursos no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o prefeito de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga, disse que lhe pediram propina em ouro. Há relatos de que o esquema no ministério envolvia também a compra de bíblias.

Para Cármen Lúcia, "a gravidade do quadro descrito é inconteste e não poderia deixar de ser objeto de investigação imediata, aprofundada e elucidativa sobre os fatos e suas consequências, incluídas as penais", escreveu a ministra.

"O cenário exposto de fatos contrários a direito, à moralidade pública e à seriedade republicana impõe a presente investigação penal como atendimento de incontornável dever jurídico do Estado e constitui resposta obrigatória do Estado à sociedade, que espera o esclarecimento e as providências jurídicas do que se contém na notícia do crime", afirmou a ministra em sua decisão. "Nos autos se dá notícia de fatos gravíssimos e agressivos à cidadania e à integridade das instituições republicanas que parecem configurar práticas delituosas", disse Cármen, em outro trecho.

Na decisão, a ministra também autorizou a coleta dos depoimentos do ministro da Educação, dos pastores suspeitos de manejarem o esquema e de todos os prefeitos citados em reportagens publicadas pela imprensa até o momento, dizendo ser "indispensável" o aprofundamento das investigações pelo Ministério Público.

Outra determinação da magistrada foi dar 15 dias para a Controladoria-Geral da República (CGU) e o MEC esclarecerem o cronograma de liberação das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e os critérios adotados.

CONGRESSO. No plano político, o governo deflagrou um movimento para tentar blindar Ribeiro das investidas no Congresso. O primeiro ato foi reverter a ameaça de convocação do ministro no Senado, convertida em um convite para falar na Comissão de Educação. O Palácio do Planalto também já escalou aliados para defender Ribeiro na audiência, marcada para a próxima semana, sob argumento de que o MEC tem tratado Estados e municípios com atenção e de forma igualitária e tem sido solícito nas demandas por verbas federais.

Pastor de profissão, Ribeiro tem um canal direto com a família Bolsonaro. Esta semana, quando o **Estadão** noticiou que os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura atuavam como um gabinete paralelo do MEC, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) veio a público para defender o ministro.

O filho do presidente Jair Bolsonaro declarou que Ribeiro deveria permanecer no comando do ministério caso o pai seja reeleito. "Na minha opinião, deve ser o ministro da Educação num segundo mandato de Bolsonaro", disse o senador. O ministro também tem proximidade com a primeira-dama Michelle Bolsonaro. No último dia 22, participou de um jantar em que foi comemorado o aniversário da mulher do presidente.

PRESSÃO. Na terça-feira, Ribeiro procurou os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de outros parlamentares ligados à educação, para prometer explicações e diminuir a pressão contra a sua permanência no cargo, se antecipando a uma convocação no Congresso.

Pacheco e outros senadores decidiram dar um "crédito" a Ribeiro e transformar a convocação em convite, diminuindo a temperatura. Na comissão, porém, os parlamentares devem pressioná-lo com as revelações feitas pela imprensa para confrontá-lo a provar que não houve favorecimento por intermédio dos pastores.

"O convite é muito natural. É muito importante que haja explicação do ministro (*sobre*) o contexto da conversa, o que ele exatamente quis dizer", afirmou Pacheco, referindo-se a gravação divulgada pela *Folha de S.Paulo* em que o ministro diz privilegiar municípios ligados ao pastor Gilmar.

Na Câmara, a avaliação de deputados é de que o ministro não será convocado no momento. Deputados afirmam que o presidente da Casa não bancaria uma convocação no plenário. Além disso, a comissão de Educação ainda não foi instalada neste ano. ● COLABOROU IZAEL PEREIRA

> ***"Nos autos se dá notícia de fatos gravíssimos e agressivos à cidadania e à integridade das instituições republicanas que parecem configurar práticas delituosas."***
> **Cármen Lúcia**
> Ministra do Supremo

CATARINA CHAVES / MEC-10/2/2021

Ribeiro em evento do MEC em 2021: presenças de Bolsonaro e dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura

'Boto minha cara toda no fogo pelo Milton', afirma Bolsonaro

Sete dias após seu ministro da Educação, Milton Ribeiro, ser envolvido em suspeitas de corrupção, o presidente Jair Bolsonaro rompeu o silêncio e disse ontem confiar no auxiliar. "O Milton, coisa rara de eu falar aqui: eu boto minha cara toda no fogo pelo Milton. Estão fazendo uma covardia contra ele", afirmou Bolsonaro, durante transmissão ao vivo pelas redes sociais. O presidente e a primeira-dama, Michelle, são muito próximos do titular da Educação.

Bolsonaro afirmou ainda que o ministro enviou ofício à Controladoria-Geral da União (CGU), ainda no ano passado, pedindo investigação sobre possíveis irregularidades no MEC. Bolsonaro disse que as denúncias de pedidos de propina no MEC foram repassadas pela CGU à Polícia Federal há 21 dias, uma informação falsa. Apenas ontem a CGU despachou o pedido à PF. O presidente admitiu que sofre pressão para demitir o ministro da Educação. "Tem gente que fica buzinando 'manda o Milton embora'."

Bolsonaro ainda cobrou provas dos prefeitos que denunciaram os pastores que atuam no gabinete paralelo à imprensa, como no caso de pedido de propina em ouro. ● EDUARDO GAYER

PASTOR DEU DESCONTO EM PROPINA, DIZ PREFEITO. PÁG. A14

Eliane Cantanhêde

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

'Ele sabe o que está fazendo'

Da Bahia para cima, só dá Lula. Da Bahia para baixo, o presidente Jair Bolsonaro continua recuperando fôlego e armou muito bem seus palanques e a campanha à reeleição. Isso vale para Centro-Oeste, Sul e o populoso Sudeste, inclusive para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Se o clima lulista era de "já ganhou" e a dúvida era se a vitória seria em primeiro ou segundo turno, as certezas balançam. Lula mantém uma dianteira folgada, mas Bolsonaro sobe nas pesquisas, melhora a rejeição, reduz a diferença para Lula e confirma que nem está morto nem será fácil tirá-lo do segundo turno.

Lula tem PT, PSB, MDB e boa parcela da direita, inclusive de partidos bolsonaristas, no Nordeste – o bolsão vermelho, onde o PT sempre vence e Fernando Haddad ganhou em 2018. Fora daí, a coisa muda de figura e não só no agrícola Centro-Oeste, como muitos creem.

Bolsonaro ainda patina no Espírito Santo, mas tem candidatos consistentes em toda parte: o ministro Tarcísio Gomes de Freitas (que irá para o Republicanos) em São Paulo e os governadores Cláudio Castro (PL) no Rio, Romeu Zema (Novo) em Minas, Ratinho Jr. (PSD) no Paraná e Carlos Moisés (Republicanos) em Santa Catarina. De quebra, o ministro Onyx Lorenzoni (PL) no Rio Grande do Sul.

A escolha de Tarcísio para disputar o Palácio dos Bandeirantes foi uma jogada de mestre de Bolsonaro, no âmbito estadual, equivalente à construção da chapa Lula-Geraldo Alckmin, no nacional. Bagunça o coreto na joia da coroa.

> *Bolsonaro tem os governadores que disputam a reeleição e palanques fortes no Sul e Sudeste*

Carioca, Tarcísio possivelmente não sabe distinguir Americana de Pindamonhangaba, nem o bairro do Limão de Higienópolis, na capital, mas tem um fator que, em 2018, ao menos, foi decisivo nos Estados: o bolsonarismo. Vai para o Republicanos para abafar a ciumeira com a disparada da base governista para o PL, e os próprios adversários imaginam que já na largada tenha um quarto de intenção de votos no Estado.

Em São Paulo, o PSDB versus PT pode estar virando coisa do passado, mas o azul versus vermelho continua firme. Tarcísio vai disputar o centro, a centro-direita e a direita com Rodrigo Garcia, o neotucano lançado pelo governador e presidenciável João Doria. Um dos dois será o adversário do hoje favorito Haddad, que disputa o centro e a esquerda com Márcio França, do PSB.

Bolsonaro hoje alavanca Tarcísio em São Paulo. Depois, o crescimento de Tarcísio vai reverter a favor de Bolsonaro na eleição presidencial no Estado. Como diz uma conhecida raposa política, Bolsonaro não governa e não entende nada de nada, mas é populista e esperto em política, talvez tanto quanto Lula. E sabe muito bem o que está fazendo. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. João Gabriel de Lima ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Gabinete paralelo

Pastor deu desconto em propina, diz prefeito

JULIA AFFONSO
BRASÍLIA
RENATA CAFARDO
SÃO PAULO

Os pastores que operam o gabinete paralelo no Ministério da Educação (MEC), Gilmar Santos e Arilton Moura, atuavam de forma coordenada na cobrança a prefeitos de contrapartida para intermediar a liberação de recursos para escolas. O prefeito de Bonfinópolis (GO), Professor Kelton Pinheiro (Cidadania), relatou que Arilton chegou a oferecer um "abatimento" de 50% na propina, e que a proposta teve o aval de Gilmar, líder da igreja Cristo para Todos. "(*Arilton*) falou: 'Vou lhe fazer por R$ 15 mil porque você foi indicado pelo pastor Gilmar, que é meu amigo. Para os outros aqui, o que eu estou cobrando aqui, é R$ 30 mil'", disse o prefeito.

De acordo com relatos de outros prefeitos ouvidos pelo **Estadão**, a abordagem era feita na hora do almoço. Pinheiro afirmou que ele e a mulher almoçavam na companhia de Gilmar, quando Arilton se aproximou, depois de ter passado por outras mesas. "Sentou do meu lado, em um dos lados da mesa, e falou: 'Olha, prefeito, eu vou ser direto com você. Tem lá um recurso para liberar com ministro, mas eu preciso de R$15 mil hoje'", disse. "O discurso dele que me deixou mais chateado foi: 'Eu preciso desse pagamento hoje, porque vocês, políticos, não têm palavra, vocês não cumprem com o que prometem. Depois eu coloco o recurso lá e você nem me paga'."

'AMIGO DO MINISTRO'. Nesse momento, segundo o prefeito, o pastor propôs um desconto de 50% na propina. Pinheiro disse que Gilmar apoiou o pedido, ao falar que Arilton era "amigo do ministro". Ainda segundo o prefeito, Arilton propôs uma contribuição para a igreja e a compra de bíblias editadas pela gráfica de Gilmar. "Se você quiser contribuir com a minha igreja, faz uma oferta. Você vai comprar mil bíblias, no valor de R$ 50, e vai distribuir na sua cidade", declarou o pastor, segundo o prefeito. "Fazendo isso, você vai me ajudar a conseguir recurso para você no ministério."

O prefeito relatou ter ficado "indignado" com a situação. "O cara está sentado do lado do ministro, um à direita, o outro à esquerda. Saem da reunião e vêm com essa conversa? A vontade que eu tive ali foi de mandar ele para o quinto dos infernos", afirmou Pinheiro.

ESCOLA. O prefeito de Boa Esperança do Sul (SP), José Manoel de Souza (PP), disse que o pedido de R$ 40 mil envolvia a construção de uma escola profissionalizante como contrapartida. De acordo com ele, o pedido foi negado e a cidade não teve ajuda com verba do Ministério da Educação em projetos do município.

Os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura já negaram a cobrança de qualquer contrapartida pelo acesso ao MEC e ao ministro Milton Ribeiro. O titular da Educação disse que não houve favorecimento de municípios indicados pelos religiosos e que a liberação de recursos da pasta obedece a critérios técnicos. ●

Para lembrar

● Reuniões
Os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura organizavam reuniões com o ministro da Educação, Milton Ribeiro, na sede da pasta, em Brasília. Após os encontros, os religiosos abordavam prefeitos.

● Contrapartida
Os religiosos cobravam para destravar verbas do MEC. Prefeitos relataram que a contrapartida variava entre R$ 15 mil e R$ 40 mil, além de pedidos de ouro e compra de bíblias.

● Eventos
A dupla participava de atendimentos oficiais do Ministério da Educação a prefeituras pelo Brasil. Pelo menos 48 prefeitos conseguiram receber recursos depois de encontros com o titular da MEC intermediados pelos dois pastores.

Eleições 2022

Tarcísio de Freitas acerta filiação ao Republicanos

Ministro vai disputar governo de São Paulo; com acordo, presidente Jair Bolsonaro tenta minimizar desgaste com a legenda

BRASÍLIA

Pré-candidato ao governo de São Paulo, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, acertou sua filiação ao Republicanos. A decisão foi tomada ontem, em café da manhã que reuniu o presidente Jair Bolsonaro (PL), o deputado Marcos Pereira (SP), que comanda o Republicanos, e Tarcísio. Com essa filiação, e também a da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, o Republicanos praticamente acertou o apoio à reeleição de Bolsonaro.

O acerto representa uma mudança na relação do partido com o presidente, já que a tendência era a de que Tarcísio se filiasse ao PL. O ato de filiação ocorrerá na próxima semana – o prazo de desincompatibilização de ocupantes de cargos públicos que querem disputar as eleições termina em 2 de abril.

O apoio à campanha da reeleição fez com que Bolsonaro negociasse com o partido dirigido por Pereira. Nos últimos tempos, o relacionamento entre o presidente e o Republicanos dava sinais de desgaste. Integrante do Centrão, a legenda vinha demonstrando insatisfação com a falta de espaço no governo. Em fevereiro, Pereira criticou Bolsonaro publicamente.

O tom começou a mudar nas últimas semanas. Na filiação do vice-presidente Hamilton Mourão ao Republicanos, na semana passada, Pereira disse que as conversas com Bolsonaro estavam avançando.

Com um palanque importante como São Paulo, a filiação de Tarcísio deve frear o movimento de desembarque do Republicanos do governo. Além disso, deve mexer no tabuleiro da eleição paulista, com a saída da sigla do arco de apoios ao vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB), que também disputará o Bandeirantes. "Agradeço ao governador João Doria e ao vice-governador Rodrigo Garcia o trabalho destes últimos três anos (...), mas é chegada a hora de o Republicanos seguir seu propósito", disse Pereira.

DAMARES. A manutenção do Republicanos na base do governo envolveu, ainda, a filiação de Damares, que deve concorrer ao Senado pelo Amapá. A entrada da ministra no partido, que tem em seus quadros muitos representantes da Igreja Universal, está marcada para a próxima segunda-feira.

Bolsonaro disse a ela que precisa de sua candidatura para um projeto maior: ampliar a bancada governista do Congresso em eventual segundo mandato. ● AMANDA PUPO, EDUARDO GAYER E IANDER PORCELLA

São Paulo

PSDB e União Brasil anunciam apresentador José Luiz Datena como candidato ao Senado

PSDB e União Brasil anunciaram ontem a pré-candidatura do apresentador José Luiz Datena (União Brasil) ao Senado por São Paulo – ele vai compor uma coligação das siglas no Estado, dividindo palanque com o vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB), pré-candidato ao governo. "Nossos partidos compartilham dos mesmos princípios, conjugam os mesmos ideais", diz nota das legendas assinada pelos presidentes do PSDB, Bruno Araújo, e do União Brasil, Luciano Bivar. ●

Pernambuco

Marília Arraes vai ingressar no Solidariedade; deputada deve concorrer ao governo do Estado

Após deixar o PT, a deputada Marília Arraes (PE) vai se filiar hoje ao Solidariedade. O presidente do partido, deputado Paulinho da Força (SP), disse que ela vai lançar a pré-candidatura ao governo de Pernambuco, abrindo o palanque para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Marília entrou em atrito com o PT após a legenda, segundo ela, ter indicado seu nome para o Senado sem sua autorização. ●

Minas Gerais

Lula fala em aliança com Alexandre Kalil (PSD), pré-candidato ao governo: 'Há interesse mútuo'

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pré-candidato do PT à Presidência, defendeu uma aliança com o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD), que deve concorrer ao governo mineiro. Segundo o petista, há "interesse mútuo". "Kalil precisa de mim, eu preciso do Kalil e, se nós dois nos juntarmos, faremos uma chapa muito forte em Minas", disse Lula ontem em entrevista a uma rádio mineira. ●

Eleições 2022

PT aprova alianças com siglas fora da esquerda

Neste ano, até partidos que apoiaram o impeachment de Dilma Rousseff vão poder integrar coligações nos Estados

VERA ROSA
BRASÍLIA

A cúpula do PT aprovou ontem uma ampla política de alianças, que ultrapassa as fronteiras de esquerda, para enfrentar o presidente Jair Bolsonaro (PL) nas eleições. Com isso, até mesmo partidos que apoiaram o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, como o MDB, o PSD e o PSDB, poderão integrar as coligações nos Estados.

Na prática, o PT está preocupado com o crescimento de Bolsonaro nas pesquisas, embora o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja favorito nas intenções de voto (*mais informações nesta página*). A ordem é evitar o "salto alto" e o clima de "já ganhou". Dirigentes do partido querem que Lula tenha um calendário de atividades nas ruas o quanto antes.

Repetição
Ampliação de alianças foi adotada em 2018 e 2020; para petistas, era preciso romper isolamento

A decisão sobre a política de alianças foi tomada em reunião do Diretório Nacional do PT um dia depois de o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin se filiar ao PSB, dando o primeiro passo para ser vice na chapa de Lula.

Não é a primeira vez, porém, que o PT aprova alianças com partidos que votaram a favor do impeachment de Dilma. A estratégia já foi adotada na eleição presidencial de 2018 e na disputa municipal de 2020, quando os petistas diziam ser necessário sair do isolamento e reconquistar o espaço perdido.

Sob o argumento de que para derrotar o bolsonarismo "é preciso dar uma resposta de unidade da sociedade", o PT afirma agora que a candidatura de Lula deverá trazer "a ampliação (...) que se espera das forças de oposição ao governo nesta quadra da história, respeitando os compromissos programáticos antineoliberais".

'VÍRUS'. A resolução aprovada ontem pelo PT reflete a estratégia já em curso pela campanha de Lula ao pregar a "unidade dos setores democráticos" não apenas em torno da candidatura ao Planalto, mas também de um "movimento político e social" para derrotar o presidente. O documento define o bolsonarismo como "o principal vírus em circulação na política brasileira" desde 2018. "Quem outrora não esteve conosco é mais do que bem-vindo a participar deste movimento que devolverá a cadeira de presidente da República ao povo brasileiro", diz um trecho do texto que passou pelo crivo do Diretório Nacional.

Ao se filiar anteontem ao PSB, Alckmin foi na mesma linha e justificou a aliança, após embates públicos com Lula, dizendo que se trata de um "momento excepcional" no Brasil, com risco à democracia. Na eleição de 2006, quando disputou o segundo turno com Lula, Alckmin acusou o adversário de ter "quebrado o Brasil" e disse que ele queria voltar "à cena do crime", mesma expressão usada agora por Bolsonaro. De lá para cá, o ex-governador mudou totalmente o discurso e afirma hoje que Lula representa a "esperança" do povo.

PARTIDOS. Até agora, o PT só fechou acordo para formar uma federação com o PCdoB e o PV, o que significa que esses partidos deverão estar juntos por, no mínimo, quatro anos nas eleições. O PSB decidiu apoiar Lula, mas sem integrar a federação. O PSOL deve seguir o mesmo caminho, embora queira negociar pontos do programa de governo, como a revogação das reformas trabalhista e da Previdência.

"Nós faremos alianças com os partidos de esquerda e progressistas, assim como buscaremos parcerias com o campo democrático, para garantir o pleno funcionamento das instituições democráticas, que estão sob permanente ataque", disse ao **Estadão** o deputado Paulo Teixeira (SP), secretário-geral do PT.

No Nordeste, porém, até mesmo partidos do Centrão, como o Progressistas e o Republicanos – que compõem a base de sustentação de Bolsonaro no Congresso – têm alianças com o PT e seus líderes devem aderir à campanha de Lula em Estados como Bahia, Maranhão e Pernambuco. O vice-governador da Bahia, João Leão (Progressistas), por exemplo, rompeu com o PT, mas disse que apoiará Lula, embora seu partido esteja na base de Bolsonaro.

Uma ala do MDB também promete entrar na campanha de Lula ainda no primeiro turno da eleição, mesmo tendo lançado a pré-candidatura da senadora Simone Tebet (MS) ao Planalto. Pelos cálculos do senador Renan Calheiros (MDB-AL), ao menos 13 diretórios endossam essa articulação. Estão na lista seis seções do Nordeste (Alagoas, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí), além de dirigentes em outros Estados, como os ex-senadores Eunício Oliveira (CE) e Romero Jucá (RR). ●

Moro critica possível entrada de Alckmin em chapa petista

O ex-juiz e pré-candidato à Presidência Sérgio Moro (Podemos) classificou ontem a provável entrada do ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) na chapa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como uma "contradição" e afirmou que nada muda no cenário eleitoral.

De acordo com Moro, Alckmin está sendo "incoerente" diante do seu histórico de divergências com Lula no passado. "É uma contradição, considerando tudo o que o ex-governador Alckmin falou em relação a Lula no passado, de que jamais estaria do lado dele, denunciando os próprios esquemas de corrupção", afirmou o presidenciável durante entrevista à Jovem Pan.

Para o ex-ministro da Justiça, a possível entrada de Alckmin na chapa petista não altera o histórico do PT. "Não existe nenhuma nota de arrependimento do Partido dos Trabalhadores em relação aos grandes escândalos de corrupção da Petrobras, por exemplo", declarou o ex-juiz. Alckmin se filiou anteontem ao PSB, após permanecer 33 anos no PSDB, legenda da qual foi um dos fundadores.●

Datafolha: Lula tem 43%; Bolsonaro, 26%

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera a corrida ao Palácio do Planalto no primeiro turno, com 43% das intenções de votos, segundo pesquisa Datafolha divulgada ontem. No levantamento estimulado, o presidente Jair Bolsonaro (PL) permanece na segunda colocação, com 26%.

O ex-juiz federal Sérgio Moro (Podemos) tem 8% e o ex-ministro e ex-governador Ciro Gomes (PDT), 6%. O instituto entrevistou 2.556 eleitores em 181 cidades, e a margem de erro é de dois pontos porcentuais, para mais ou para menos.

O "terceiro pelotão" mostra pré-candidatos empatados dentro da margem de erro: João Doria (PSDB) e André Janones (Avante), ambos com 2%; e Vera Lúcia (PSTU), Simone Tebet (MDB) e Felipe d'Avila (Novo), com 1% cada. Em um cenário com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), no lugar de Doria, o gaúcho alcança 1% das intenções de voto.

CENÁRIOS. Segundo o Datafolha, o levantamento não é "diretamente comparável" ao anterior, de dezembro, por trazer cenários distintos. Desta vez, não houve consulta aos nomes do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) e do ex-ministro Aldo Rebelo (sem partido), que desistiram da disputa.

Na pesquisa espontânea, em que os entrevistados não recebem uma lista de candidatos para escolher, Bolsonaro chegou a 23% das intenções de voto; Lula foi lembrado por 30% dos entrevistados. ●

● A Guerra de Putin

Rússia sofre mais sanções ocidentais e Biden sugere expulsão do G-20

Em reuniões com G-7, Otan e UE, presidente americano aumenta isolamento dos russos e promete responder à altura qualquer ataque químico de Putin na Ucrânia

BRUXELAS

O presidente dos EUA, Joe Biden, teve ontem uma agenda cheia em Bruxelas. Após três cúpulas – G-7, Otan e União Europeia –, ele propôs expulsar a Rússia do G-20 e prometeu responder à altura caso Vladimir Putin decida usar armas químicas na Ucrânia. Biden também anunciou novas sanções a mais de 400 indivíduos e entidades russas, incluindo todos os membros da Duma (Parlamento russo).

O Reino Unido também ampliou suas sanções à Rússia, incorporando mais seis bancos, indústrias do setor de defesa, a maior produtora de diamantes do mundo e uma nova lista de oligarcas, empresários e cidadãos russos que terão ativos congelados e ficarão proibidos de entrar no país – entre eles Polina Kovaleva, enteada do chanceler Serguei Lavrov. "Putin já cruzou a linha vermelha da barbárie", disse o premiê britânico, Boris Johnson.

ISOLAMENTO. Os aliados ocidentais, no entanto, não trabalham apenas com sanções para isolar a Rússia. Ontem, Biden sugeriu expulsar os russos do G-20, grupo que inclui países emergentes. A manobra, no entanto, dificilmente seria aprovada, já que China, Índia, Indonésia e até o Brasil são contra. "Se não concordarem, acho que deveríamos permitir que a Ucrânia participe (*do G-20*)", disse Biden, que visita hoje a cidade polonesa de Rzeszów, na fronteira com a Ucrânia e a que mais recebeu refugiados.

Durante os três encontros de ontem, os jornalistas tentaram tirar de Biden e de outros líderes europeus, incluindo o presidente francês, Emmanuel Macron, o que a Otan faria caso Putin use armas químicas ou nucleares na Ucrânia. "Responderemos se ele usar armas químicas. A natureza dessa resposta dependerá da natureza da sua utilização", disse o presidente americano.

Nos últimos dias, declarações de ambos os lados fizeram aumentar o temor de que a Rússia possa usar armas químicas, biológicas ou nucleares. Em entrevista à emissora britânica Sky News, o vice-embaixador russo na ONU, Dmitri Polyanski, disse que seu país tem o direito de usar armas nucleares se for "provocado" pela Otan.

O secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, prometeu ontem enviar à Ucrânia equipamentos de defesa contra ataques químicos ou nucleares. Os países da aliança também concordaram em fornecer aos ucranianos treinamento para lidar com um ataque russo com armas de destruição em massa.

TROCA DE PRESOS. Ontem, em meio à hostilidade entre russos e ucranianos, os dois países anunciaram uma troca de prisioneiros de guerra. Segundo a vice-primeira-ministra da Ucrânia, Iryna Vereshchuk, foram dez soldados russos por dez ucranianos. De acordo com ela, 11 marinheiros russos resgatados perto da cidade de Odessa, no Mar Negro, também foram trocados por 19 tripulantes ucranianos detidos pela Rússia.

No início da semana, a comissária de direitos humanos da Rússia, Tatiana Moskalkov, disse que nove militares russos haviam sido trocados pelo prefeito da cidade de Melitopol, Ivan Fedorov, que havia sido capturado pela Rússia. ● AP, AFP, REUTERS e NYT

Diplomacia
Biden sugeriu expulsar Rússia do G-20, mas China, Indonésia, Índia e Brasil são contra medida

MICHAEL KAPPELER/REUTERS

Biden (3º da esquerda para direita), ao lado de Trudeau (Canadá) e Scholz (Alemanha); líderes do G-7 apertam o cerco contra a Rússia

Ucrânia afirma ter destruído um navio de desembarque russo

KIEV

Militares ucranianos disseram ontem que destruíram um navio russo em um porto ocupado no sul da Ucrânia. O ataque, capturado em vídeo, foi considerado um sucesso para os ucranianos, que tentam impedir que a Rússia restabeleça suas forças para intensificar a ofensiva.

Durante o primeiro mês de invasão, a Rússia enfrentou desafios logísticos em toda a Ucrânia e suas forças interromperam o avançar nos principais centros urbanos do país. Os russo tiveram mais sucesso no sul, onde ataques lançados do mar permitiram que eles ganhassem o controle de quase todo o litoral do Mar Negro e do Mar de Azov.

O Porto de Berdiansk, que a Rússia capturou no final de fevereiro, ofereceu a Moscou um caminho para levar reforços e suprimentos para áreas críticas de combate em Mariupol e na frente leste da Ucrânia. "O navio destruído em Berdiansk poderia transportar até 20 tanques, 45 veículos blindados e 400 paraquedistas", disse a vice-ministra da Defesa ucraniana, Anna Malyar.

A frota do Mar Negro da Rússia tem dois navios de desembarque da classe Alligator listados: o Orsk e o Saratov. Os militares ucranianos disseram ter destruído o Orsk, mas não foi possível determinar, com base nos vídeos, qual navio foi destruído. As imagens mostram outros navios russos, que também parecem ter pequenos incêndios por conta da presença da fumaça, deixando o porto enquanto o navio de desembarque queima. ● NYT

REUTERS

Navio russo que ucranianos atacaram no Porto de Berdiansk

NOTAS E INFORMAÇÕES

A surpreendente resistência ucraniana

O regime está longe de ser um exemplo democrático, mas merece todo o apoio contra um invasor

Nos conflitos humanos, se houvesse um lado absolutamente mau e um lado absolutamente bom, este lado não seria humano, mas divino.

Nas relações de séculos entre russos e ucranianos certamente não há um lado bom e um mau, nem nas décadas de disputa entre a Otan e o Pacto de Varsóvia – hoje reduzido e rebatizado como Tratado de Tashkent. Mas na guerra de Vladimir Putin há um lado certo e um errado, um criminoso e uma vítima.

A Ucrânia não buscou expandir seu território, Putin busca. A Ucrânia não está bombardeando cidades, Putin está. A Ucrânia não está massacrando civis, Putin está. A Ucrânia não está ameaçando com armas químicas e nucleares, Putin está. A guerra de agressão de Putin é injusta. A guerra de defesa da Ucrânia é justa.

Contudo, enquadrar simplesmente a guerra como entre a "autocracia" e a "democracia" seria enganoso. O lado maléfico desse engano são as manifestações populares de xenofobia contra os russos e sua cultura. O lado ingênuo é a idealização do regime ucraniano.

No Índice da Democracia do Instituto V-DEM, a Ucrânia está na 99.ª posição. O da Economist Intelligence Unit e o da Freedom House nem sequer a consideram uma democracia, mas um "regime híbrido". Desde que o levante de Maidan depôs o governo pró-russo, em 2014, o regime cometeu abusos e foi estrategicamente imprudente em seus avanços rumo à Otan. A corrupção é endêmica, e ataques a jornalistas, ativistas e minorias são frequentes.

Nada disso legitima as hipérboles da propaganda russa ("nazismo", "genocídio"), muito menos a invasão. As eleições são razoavelmente limpas e houve reformas significativas. O povo ucraniano vinha dando mostras crescentes de anseio por instituições liberais e democráticas. Agora, luta pela sobrevivência.

A Ucrânia surpreendeu o mundo, a começar por Putin, por sua resistência. Mais ou menos democrático, o regime precisa ser auxiliado com sanções e armas para defender a integridade territorial do país e buscar uma paz condizente com sua soberania.

Isso envolverá inclusive a cooperação com ditaduras. Como disse o articulista Janan Ganesh: "O inimigo não é uma abstração chamada 'autocracia'. É um agressor específico em um conflito territorial definido. Induzir uma mudança em seu comportamento é possível, mas provavelmente exigirá a cooperação da Arábia Saudita, rica em petróleo, da estrategicamente localizada Turquia e de um estado chinês em condições de acolchoar a Rússia contra as sanções".

Dizer que a guerra é inequivocamente entre a "democracia" e a "autocracia" seria ingênuo. Negá-lo completamente seria cínico. O certo é que, para a Ucrânia, é uma guerra em defesa da soberania e existência de seu povo. E há um combate, sim, das forças democráticas – as do mundo, as da Ucrânia sobretudo, mas também as de parte da sociedade russa – contra um tirano. Sob esse tirano, a Rússia é cada dia mais autocrática. Se a Ucrânia será mais democrática, o futuro dirá – agora a luta é pela sobrevivência. Mas desde já os ucranianos estão dando um exemplo de patriotismo e coragem que deveria inspirar o mundo – inclusive, e sobretudo, os russos.●

Em reunião da Otan, divergências sobre como conter o avanço russo

Para críticos, ao dizer o que não farão pela Ucrânia, os EUA estão encorajando Putin a agir de forma mais agressiva

ALEXANDER ERMOCHENKO/REUTERS

Ucranianos em fuga de Mariupol passam por tanque russo; Otan tenta evitar guerra direta com Rússia

BRUXELAS

Quando o presidente americano, Joe Biden, desembarcou em Bruxelas, na quarta-feira, para discutir com aliados formas de conter a invasão russa à Ucrânia, surgiram divisões dentro da Otan e em Washington sobre como impedir uma escalada da guerra. Líderes de países aliados discutem se é melhor manter Vladimir Putin no escuro, sem saber as retaliações econômicas e militares, ou tentar contê-lo com ameaças precisas sobre o que o Ocidente está disposto a fazer.

Alguns estrategistas da Otan na Europa temem que haja muitas mensagens sobre o que a aliança não fará – enviar tropas ou caças à Ucrânia. Diante da ameaça de Putin de usar armas nucleares e químicas, uma abordagem melhor, de acordo com esse grupo, seria não descartar nenhuma possibilidade publicamente.

O risco é alto, com autoridades dos dois lados do debate concordando que uma resposta mal dada pode levar Otan e Rússia a um conflito direto, com consequências catastróficas. A discussão se estende tanto ao que fazer pela Ucrânia quanto à melhor forma de reforçar as defesas da Otan dentro de seu território para impedir um eventual ataque da Rússia.

DIFICULDADE. "Estamos determinados a fazer tudo o que pudermos para apoiar a Ucrânia, mas temos a responsabilidade de garantir que a guerra não escale além da Ucrânia e se torne um conflito entre Otan e Rússia", disse o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, resumindo o dilema.

Alguns críticos da estratégia adotada pelo presidente americano, Joe Biden, dizem que, ao ser tão claro sobre o que os EUA não pretendem fazer, Washington encoraja Putin a agir de forma mais agressiva.

"Há pouca diferença entre a Europa e o apetite de Washington pela guerra", disse o senador democrata Chris Murphy. "Os EUA estão muito cansados da guerra e sabem como é ter milhares de soldados morrendo em conflito. Então, era importante que o presidente deixasse claro o que ele fará e o que não fará", afirmou.

Além disso, os elementos de dissuasão da Otan parecem estar funcionando. Não houve ataques russos contra centros de logística em território da aliança militar que estão ajudando a organizar o envio de ajuda militar à Ucrânia. Também não houve ataques cibernéticos significativos contra países da Otan, que muitos temiam após a adoção de sanções contra a Rússia.

Os críticos do presidente reclamam que Biden deixou as portas abertas para Putin, como em dezembro, quando garantiu que os EUA não enviariam tropas à Ucrânia para não arriscar entrar em confronto direto com forças russas. "Não se enganem sobre a ideia que mandaríamos tropas, aviões, tanques e pilotos americanos para a Ucrânia. Se isso acontecer, será a terceira guerra mundial. Vamos deixar isso bem claro", disse Biden, na semana passada.

Precaução

Biden e Otan aceitam enviar ajuda à Ucrânia, mas não querem arriscar um conflito direto com a Rússia

"Ao ficar em silêncio sobre o envio de tropas, você deixa uma incerteza na cabeça do seu rival de que há essa chance, caso ele arrisque uma escalada da guerra", disse François Heisbourg, consultor do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos.

Nos EUA, congressistas republicanos repetiram as mesmas críticas. "É melhor que os russos se perguntem o que vamos fazer, em vez de dizer a eles o que não vamos fazer", disse o senador Mitt Romney. "Geralmente, a ambiguidade estratégica é o melhor caminho." ● WP

Ucrânia usa software de IA para identificar soldados russos mortos

A Ucrânia está usando um software de reconhecimento facial para identificar os corpos dos soldados russos e alertar suas famílias. Segundo o vice-premiê ucraniano, Mikhailo Fedorov, o uso do programa Clearview AI, de inteligência artificial, seria uma "cortesia" às mães dos soldados mortos em combate. ● REUTERS

● A Guerra de Putin

Guerra deixará legado de rearmamento da Europa e isolamento russo

Especialistas apontam o retorno da geopolítica de blocos, com a fronteira da Europa mais a leste do que na Guerra Fria

CAROL MARINS

A invasão da Ucrânia pela Rússia teve o maior impacto na ordem política mundial desde o 11 de Setembro. Para especialistas, a guerra de Vladimir Putin, iniciada há um mês, isolará a Rússia, rearmará a Europa e afetará o equilíbrio geopolítico regional que durava desde o fim da Guerra Fria.

A invasão de Putin levou países europeus a rediscutir a segurança no continente. "A sensação de segurança dos europeus mudou e isso vai reorientar toda a política europeia para os próximos anos", disse o professor de relações internacionais da FAAP, Carlos Gustavo Poggio. "Devemos esperar que os europeus comecem a investir mais em defesa e em armamentos. E já estamos vendo isso acontecer na Alemanha."

Para Oliver Stuenkel, professor de relações internacionais da FGV, a mudança política da guerra será ainda maior do que ocorreu após o 11 de Setembro. "Naquela época, foi uma grande potência que priorizou uma questão que daqui 50 anos será vista como secundária, que foi a guerra ao terror. Ela levou os EUA a atacarem dois países menores, mas não provocou uma mudança de época", disse.

"O conflito que a gente está vendo agora afeta profundamente a relação entre pelo menos duas grandes potências, que são Rússia e EUA, e também afasta a Europa da Rússia. É um grande choque de 'desglobalização' que terá, em termos de vidas afetadas, um impacto muito maior."

VELHAS AMEAÇAS. Mariana Kalil, professora da Escola Superior de Guerra (ESG), explica que, com o fim da Guerra Fria e a partir dos atentados do 11 de Setembro, as ameaças globais mudaram de configuração. Saíram do conflito convencional entre Estados para o combate a atores não estatais, como terroristas e o narcotraficantes.

A partir de 2011, com a guerra civil na Síria, as ameaças convencionais ensaiaram um retorno, já que Estados como Irã, EUA e Rússia se envolveram indiretamente por meio de atores locais – as chamadas "guerras por procuração". Com a invasão da Ucrânia, esse retorno do conflito convencional é consolidado, quando os Estados voltam a se envolver diretamente na guerra. "É o retorno dessa geopolítica", disse Kalil.

Hierarquia
Ao receber milícias paramilitares, Zelenski perdeu o controle dos que estão lutando

"Hoje quase tudo é diferente de ontem", afirmou o cientista político Johannes Varwick, da Universidade de Hall, à rede alemã Deutsche Welle. "Estamos de volta a uma espécie de confronto de blocos, só que a fronteira do bloco ocidental mudou para o leste em comparação com a época da Guerra Fria. A paz na Europa é coisa do passado e a confiança na Rússia foi completamente destruída. Levará décadas para restaurar a relação entre Ocidente e Rússia."

Segundo Rafael Loss, especialista em política de segurança do Conselho Europeu de Relações Exteriores (ECFR), também em entrevista à Deutsche Welle, o que está ocorrendo e uma destruição da ordem mundial pós-Guerra Fria. A consequência será o fechamento das alianças militares, como a Otan, que deve cada vez mais evitar novos membros.

"Se toda a arquitetura da aliança começar a desmoronar, e isso parece ser do interesse do Kremlin, colocará muita pressão em países que podem flertar com a proliferação nuclear. E isso teria um segundo e um terceiro efeitos nas relações de segurança regional", disse Loss. "Por exemplo, se a Turquia decidir seguir esse caminho, o que isso significaria para Arábia Saudita e Egito?"

UCRÂNIA. Se por um lado a intenção de Putin era enfraquecer a Otan, por outro o conflito parece ter resgatado a importância que a aliança militar tinha na Guerra Fria. "Nós temos uma reconstrução da aliança atlântica, que foi criada como uma resposta à União Soviética", afirma Poggio. "A existência de um inimigo comum foi um elemento importante para a união do Ocidente."

Em um mês, o saldo da guerra – além dos milhares de mortos e de 4 milhões de refugiados – é uma surpreendente dificuldade da Rússia em avançar no terreno e derrubar o governo de Volodmir Zelenski. No entanto, ainda que Putin não tenha conseguido conquistar a Ucrânia, a existência do país como um Estado soberano já está fragilizada.

PARAMILITARES. De acordo com Mariana Kalil, ao aceitar mercenários estrangeiros, Zelenski perdeu o controle dos que estão lutando. O que acontecerá depois, com essas forças estrangeiras no território ucraniano é um mistério.

"Forças paramilitares não obedecem a hierarquia das Forças Armadas nem ao presidente. Elas têm uma vida própria, com objetivos políticos próprios", explica Kalil. "Putin entra na Ucrânia com a desculpa de que é um Estado falido. O Ocidente, ao ajudar a Ucrânia com armamento e forças paramilitares, reforça esse discurso."

Neste cenário, Stuenkel vê enormes dificuldades para um acordo de paz em um futuro próximo. "Nenhum dos dois lados parece ter a capacidade de uma vitória total, mas não há muita disposição em ceder. Zelenski, mesmo se quisesse, hoje não teria como assinar um acordo de paz que prevê ceder parte do território ucraniano. E, para Putin, seria humilhante se retirar agora."

Impacto
Além da piora na segurança, a guerra criará mais pobreza e mais deslocados no mundo

A expectativa é de que a guerra ainda se arraste por muito tempo, em confrontos urbanos. Além da piora na segurança, haverá o aprofundamento da pobreza e de deslocados no mundo. "A guerra na Ucrânia significa fome na África", advertiu o Fundo Monetário Internacional (FMI), que cita o fato de os dois países serem grandes produtores de grãos e fertilizantes.

"O número de pessoas atingidas pela fome, em razão do aumento do preço dos alimentos, será não só maior do que essas guerras anteriores, mas maior do que o impacto da pandemia. Será um evento com consequências que vamos sentir por algumas décadas", completa Stuenkel. ●

EFEITOS DURADOUROS

Invasão da Ucrânia completa um mês e provoca êxodo de milhões de pessoas

FONTE: ACNUR / INFOGRÁFICO: GN/ESTADÃO

Jornalistas russos se demitem de emissora estatal

MOSCOU

Ao menos quatro jornalistas que trabalhavam na imprensa estatal russa pediram demissão nos últimos dias, em um sinal de insatisfação crescente com a invasão da Ucrânia.

Um deles é Dmitri Likin, que passou mais de duas décadas ajudando a formar o visual da TV estatal russa. Diretor de arte do Canal 1, um dos mais importantes pilares do aparato de propaganda do Kremlin, Likin sentiu que fazia parte de uma agenda de "genocídio" do governo russo.

Ele se juntou a Marina Ovsiannikova, também funcionária do Canal 1, que interrompeu um noticiário ao vivo, na semana passada, para exibir um cartaz antiguerra, além de mais dois funcionários que deixaram os cargos por não concordarem com a invasão da Ucrânia.

Todas as redes nacionais de televisão da Rússia são controladas pelo Kremlin e, embora sua influência tenha diminuído com a ascensão do YouTube e das mídias sociais, elas continuam sendo a principal fonte de notícias da população, especialmente no interior da Rússia. Cerca de dois terços dos russos costumam se informar pela TV estatal. ● NYT

● A Guerra de Putin

Putin fantasia sobre um mundo sem ucranianos

'Desnazificar' significa eliminar os que não entendem que a Ucrânia é parte de uma Rússia maior

ARTIGO

Timothy Snyder
The Washington Post
Historiador e professor
na Universidade Yale

Uma década atrás, ele propôs que a política nascia de antagonismos entre amigos e inimigos, seguindo o jurista nazista Carl Schmitt e o filósofo fascista Ivan Iliin, que Vladimir Putin considera seus professores. Quem não compreendia que os ucranianos são parte da civilização russa é inimigo. Para Putin, a "unidade nas almas" de russos e ucranianos é a vontade de Deus, defendida por uma violência depurativa.

Em um extenso ensaio, publicado em julho, Putin argumentou que a nação ucraniana não existe. Complementando alegações anteriores com outras que qualificou como históricas, Putin escreveu a respeito da "unidade" entre russos e ucranianos. O Ocidente confundiu os ucranianos fazendo-os acreditar que eles possuem identidade distinta, mas isso poderia ser corrigido.

Essa narrativa ecoa a visão de Hitler. O führer também considerava os ucranianos um povo de natureza colonizável, que, uma vez libertado da liderança supostamente judaica da União Soviética, serviria gentilmente a novos mestres. Dmitri Medvedev juntou essas duas posições, deixando claro que o elemento que desqualifica o governo ucraniano é seu presidente judeu. Nas semanas que antecederam a invasão, a Rússia rejeitou negociar com a Ucrânia, qualificando-a como vassala.

ERRO. Putin deu continuidade a seu argumento em 21 de fevereiro, anunciando que tropas russas atravessariam a fronteira para a Ucrânia porque o Estado ucraniano é artificial. Já que a Ucrânia foi "criada inteiramente pela Rússia", a Rússia tinha direito a corrigir esse erro.

Assumir que uma nação ou um Estado não existe é reivindicar o direito de destruí-lo. "Desnazificação" e "desmilitarização", os dois objetivos de guerra que Putin anunciou, em 24 de fevereiro, dia em que sua invasão começou, significam exatamente isso.

ELIMINAÇÃO. "Desnazificar" significa eliminar as pessoas que não entendem que a Ucrânia é parte de uma Rússia maior. É fácil ser distraído pela perversidade da referência nazista, já que a Ucrânia é uma democracia governada por um presidente judeu, e as bombas russas mataram até mesmo um sobrevivente de campos de concentração. Mas subliminarmente existe a política: "Desnazificar" para Putin significa simplesmente uma licença para matar ou deportar pessoas. Já que o termo "nazista" não se refere a ninguém em particular, ele viu uma justificativa para guerra sem fim. Então, enquanto houver ucranianos resistindo, haverá nazistas para punir.

> *Para Putin, os ucranianos que gostam do Ocidente devem ser corrigidos pela força*

"Desmilitarizar" significa destruir um Estado soberano pela força, o que incluiria a eliminação de qualquer um capaz de preservar as formas elementares da soberania. O objetivo inicial da guerra foi capturar (e supostamente matar) a liderança ucraniana, que Putin caracterizou como uma "junta antipopular" e "viciados em drogas neonazistas".

Em 16 de março, durante um discurso febril atacando seus críticos internos, qualificando-os como "traidores" e "escória", Putin referiu-se aos russos que mantêm laços com o Ocidente como "moscas". Em sua mente, ucranianos são o mesmo que russos que gostam de ocidentais. Eles devem ser corrigidos à força – "purificados" ou "cuspidos para longe", segundo seu discurso.

Putin previu que a Ucrânia cairia em dois dias. Isso não aconteceu, mas a propaganda dessa narrativa já estava pronta. Uma declaração de vitória foi publicada acidentalmente pela agência de notícias oficial RIA Novosti, em 26 de fevereiro. Ela reprisou todos os temas genocidas de Putin como parte de "uma nova era".

O Estado ucraniano não existia mais e a população de seu território tinha aceitado alegremente a dominação russa. A "unidade" havia sido atingida por meio da "resolução da questão ucraniana". Um Estado ucraniano "jamais voltará a existir", e as massas estavam felizes em viver como "pequenos russos".

A discrepância entre essas fantasias e a realidade produz as atuais atrocidades. Putin não pode admitir que errou e é obrigado a fazer o mundo se curvar a sua fantasia. A vitória só pode representar um país tão destruído que os remanescentes da população sem-Estado não tenham escolha a não ser aceitar que pertencem à nação estrangeira, submetidos ao controle policial russo e reeducação pelo resto de suas vidas – e aceitando que seus filhos sejam criados como russos, sem nenhuma das liberdades que eles conheceram enquanto ucranianos.

ASSASSINOS. Esta ambição é visível na maneira que a guerra é travada: equipes de assassinos não param de chegar, e elites locais seguem desaparecendo. Milhares de ucranianos foram deportados para a Rússia contra sua vontade. Hospitais, escolas e abrigos para civis são atacados incessantemente. Um quarto da população de 44 milhões de pessoas foi deslocada pela guerra.

As palavras de Putin refletem claramente as ações de seu país na Ucrânia. O Artigo 2.º da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio da ONU especifica cinco atos que cumprem a definição de "genocídio"; todos foram cometidos pelas forças russas na Ucrânia. Como evidência de dolo: Putin os vem confessando desde o início.

Os ucranianos entendem isso tudo. E, por causa disso, estão lutando. Testemunhar a aspiração genocida de Putin pode nos ajudar a entender de onde vem esta guerra, para onde vai e por que ela não pode ser perdida. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Coreia do Norte testa míssil intercontinental

SEUL

A Coreia do Norte disparou ontem um míssil balístico intercontinental (ICBM) em direção ao mar de sua costa leste, disseram militares da Coreia do Sul e do Japão, que expressaram indignação com o teste mais potente do regime de Pyongyang desde 2017.

Na manhã de hoje (horário local), a agência de notícias estatal norte-coreana *KCNA* confirmou que o disparo de "um novo tipo" de ICBM, chamado Hwasong-17, havia sido ordenado pelo líder norte-coreano, Kim Jong-un, e o projétil atingiu seu alvo no Mar do Japão.

Em Seul, o Exército sul-coreano anunciou que disparou uma série de mísseis por terra, ar e mar como resposta. O Japão considerou "escandaloso e imperdoável" o lançamento do projétil, que caiu na zona econômica marítima exclusiva do país.

A Coreia do Norte executou uma dezena de testes desde o início do ano, uma série sem precedentes que desafia as sanções da ONU contra o desenvolvimento de seu programa armamentista e nuclear.

Pyongyang suspendeu oficialmente os testes de longo alcance enquanto Kim participava de negociações de alto nível com o então presidente dos Estados Unidos Donald Trump. Mas as conversações fracassaram em 2019 e estão paralisadas desde então.

VIOLAÇÃO. "Foi uma violação da suspensão dos lançamentos de mísseis balísticos intercontinentais prometida pelo presidente Kim Jong-un à comunidade internacional", destacou o presidente sul-coreano, Moon Jae-in, em um comunicado. "Isto representa uma grave ameaça à Península da Coreia, à região e à comunidade internacional", afirmou, antes de acrescentar que também é uma "clara violação" das resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

KCNA/AFP
Imagem do Hwasong-17 divulgada por agência norte-coreana

A Casa Branca condenou "firmemente" o teste, que "aumenta inutilmente a tensão", e prometeu "tomar as medidas necessárias para garantir a segurança do território americano, da Coreia do Sul e do Japão", disse a porta-voz, Jen Psaki.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, condenou o lançamento e pediu a Pyongyang que desista "de tomar qualquer outra ação contraproducente", disse seu porta-voz. Segundo diplomatas, o Conselho de Segurança da ONU deve se reunir hoje.

O míssil foi lançado ontem antes das 16 horas locais (4 horas em Brasília) do distrito de Sunan, provavelmente o mesmo local em que ocorreu um teste fracassado na semana passada, e estabeleceu uma parábola de 6.200 quilômetros, indicou o Estado-Maior Conjunto de Seul. Segundo o vice-ministro da Defesa do Japão, Makoto Oniki, o míssil voou durante 71 minutos e caiu a 150 km ao oeste de sua costa norte, dentro da zona econômica exclusiva japonesa.

EUA e Coreia do Sul alertaram este mês que Pyongyang estava se preparando para disparar um ICBM e testou componentes do Hwasong-17 camuflados como satélites espaciais. A Coreia do Norte já havia disparado três mísseis do tipo, o último deles em novembro de 2017, o Hwasong-15, que foi considerado suficientemente potente para atingir o território continental dos EUA. ● AFP

Segurança

Direito-USP relata assaltos diários após a volta das aulas presenciais

Diretor e alunos cobraram patrulhamento da PM na região das Arcadas; após pedido, entrada próxima da Estação Anhangabaú do Metrô passou a ficar aberta até as 23h30

ÍTALO COSME
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

TABA BENEDICTO / ESTADÃO – 24/3/2022

Largo de São Francisco fica a menos de 200 metros da sede da Secretaria de Segurança do Estado; na PUC, em Perdizes, também há queixas

A comunidade acadêmica do curso de Direito da Universidade de São Paulo (USP) está preocupada com os crimes registrados nas proximidades da faculdade. As atividades presenciais voltaram em 14 de março no Largo de São Francisco, no centro da capital, e os estudantes passaram a sair em grupos, com horário e rotas preestabelecidas, sugestão feita pela própria coordenação do curso, na tentativa de se proteger. Na Pontifícia Universidade Católica (PUC), em Perdizes, também há relatos de aumento de assaltos e furtos com o retorno às aulas.

O Largo de São Francisco fica a menos de 200 metros da sede da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Segundo o diretor da Faculdade do Largo do São Francisco, Celso Campilongo, desde o início da semana passada chega à coordenação todos os dias relato de ao menos um assalto envolvendo alunos da instituição nos arredores do prédio.

Com representantes estudantis, Campilongo visitou o Batalhão da Polícia Militar, responsável pelo policiamento do centro, para pedir reforço no patrulhamento da área das Arcadas. Também solicitou ajuda à Guarda Civil Metropolitana e à Guarda Universitária "Apesar de todas as medidas adotadas, há registro de casos de assaltos tanto durante o dia quanto à noite. Por isso mesmo foram solicitados reforços no policiamento, quer à PM quer à Guarda da própria USP", disse Campilongo.

Após uma reivindicação dos estudantes, a entrada da Estação Anhangabaú do Metrô localizada na Rua Doutor Falcão Filho agora fica aberta até as 23h30, e não mais até as 23 horas. Assim, os alunos do período noturno que usam transporte público podem fazer um trajeto menor, sem precisar ir até a Praça da Sé ou até o Terminal Bandeira, uma vez que a maioria dos relatos de assalto ocorre nesse horário.

Estudantes também se organizaram para enviar um ofício à Prefeitura, pedindo melhorias na iluminação pública da região e também uma política pública para as pessoas que vivem em situação de rua nas proximidades do Largo de São Francisco. "É uma via de mão dupla: precisamos auxiliar essa população, que sequer tem o que comer, e garantir a segurança dos alunos", diz Letícia Chagas, aluna do último ano do curso de Direito.

> ***"Apesar de todas as medidas adotadas, há registro de casos de assaltos tanto durante o dia quanto à noite."***
> **Celso Campilongo**
> **Diretor da faculdade**

O Centro Acadêmico chegou a fazer duas reuniões com os estudantes ontem para discutir o assunto. "Campanhas e panfletos de conscientização, além de reforço dos grupos de saída conjunta e encontro para o metrô e terminais, são passos futuros", diz a presidente Helena Simões.

PRISÕES. Em nota, a Secretaria de Segurança Pública informou que ações de policiamento preventivo e ostensivo na região do Largo de São Francisco serão intensificadas. "Desde o início do ano, mais de 50 criminosos já foram presos na região da Sé (1.º DP). As forças de segurança mantêm programas específicos de policiamento pela área, com o emprego de efetivo em viaturas em motos, carros e patrulhamento a pé."

Especificamente no entorno da universidade, acrescentou a pasta, mais de 330 pessoas já foram abordadas. "Paralelamente a esse trabalho, desde a última segunda-feira as Polícias Civil e Militar e a Guarda Civil Metropolitana realizam a Operação Capital Mais Segura para combater roubos e furtos, em especial os cometidos com o uso de motos. Até o momento 16 criminosos já foram presos e 43 motocicletas apreendidas."

ILUMINAÇÃO. Já a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento fez uma vistoria para verificar as condições da rede de iluminação pública. A Secretaria Municipal das Subprefeituras informou que está realizando obras de "requalificação e reparo do passeio para a segurança dos pedestres e a melhoria na acessibilidade para os frequentadores da região". São 2,1 mil m² de readequação de calçadas entre as Ruas Cristóvão Colombo e São Francisco, na região central da capital.

PERDIZES. Nos arredores da sede da PUC, câmpus de Monte Alegre, o trecho mais perigoso para os estudantes é o da Rua Ministro Godoi. As Ruas João Ramalho e Bartira, conforme relatos, também são outros pontos onde os criminosos têm atuado.

"Nos grupos de WhatsApp, todo dia temos avisos de alunos que foram roubados, perseguidos e até ameaçados com canivete", diz uma estudante do curso de Administração, que pediu para não ser identificada. Ela teve o celular roubado enquanto conversava com uma amiga. Um grupo de WhatsApp foi criado e já reúne mais de 200 alunos, que trocam informações sobre o fluxo nos arredores da universidade.

> **Prisões este ano**
> **50 pessoas**
> **já foram presas na região da Sé, segundo a Secretaria de Segurança Pública.**

Mesmo dentro do carro, uma aluna do curso de Economia da PUC não foi poupada. Ela estava parada, esperando o semáforo abrir, na frente do prédio da faculdade, por volta das 19 horas, quando um rapaz tentou entrar pela porta traseira do veículo. "Na hora, pensei que ele tivesse me confundido com um Uber, mas eu não estava com pisca-alerta nem nada", comenta.

A PUC-SP disse que, desde o início do semestre, recebeu uma única notificação formal de roubo fora do câmpus Monte Alegre. "Houve denúncias nas redes sociais sobre assaltos na região, mas não há confirmação de agentes públicos e não recebemos relatos específicos na universidade."

Apesar disso, a reitoria convidou a comunidade acadêmica para participar de reunião online ontem à tarde para ouvir os estudantes e encaminhar possíveis soluções. A universidade informou ainda que manteve contato com a Polícia Militar para obter informações e solicitar policiamento preventivo, bem como orientou funcionários para controlar o acesso e a permanência de não integrantes da universidade na área. ●

Rio inicia aplicação da 4ª dose da vacina em idosos acima de 80 anos

'Aedes Aegypti'

Casos de dengue crescem 43,9% no Brasil no início do ano

Ministério da Saúde alerta para necessidade de se intensificar as medidas de vigilância, afrouxadas em alguns pontos na pandemia de covid-19

JOSÉ MARIA TOMAZELA
SOROCABA

Os casos de dengue cresceram 43,9% no Brasil nos primeiros meses deste ano, em comparação com o início de 2021. Em dez semanas, de 2 janeiro a 12 de março, foram registrados 161.605 prováveis infecções no País, uma taxa de incidência de 75,8 casos por 100 mil habitantes, segundo dados do Ministério da Saúde.

A pasta alertou para a necessidade de intensificar as medidas de vigilância, principalmente em áreas com surtos recentes da doença. O período de maior transmissão de dengue se dá entre os meses de março e abril, por causa do ciclo das chuvas e do tempo necessário para a replicação e disseminação do vírus entre os humanos e os vetores.

A maior taxa de incidência aconteceu na Região Centro-Oeste (204,2 casos por 100 mil), seguida das Regiões Norte (97,4/100 mil), Sudeste (47,9/100 mil) e Sul (49/100 mil). A incidência menor acontece no Nordeste, com 31 casos por 100 mil habitantes. O município de Goiânia (GO) lidera o ranking de cidades, com 16.629 casos prováveis, seguido por Brasília (DF) com 10.653, Palmas (TO) com 6.508, São José do Rio Preto (SP) com 2.477, e Aparecida de Goiânia (GO), com 2.438.

No mesmo período, foram registrados 154 casos de dengue grave e 1.504 casos com sinais de alarme. Foram, ainda, confirmados 29 óbitos por dengue – 27 por exame laboratorial e 2 por análise clínica. Os Estados de São Paulo, Bahia e Goiás tiveram seis óbitos cada. Conforme a pasta, outros 75 óbitos estão em investigação. O País registrou ainda 13.092 casos prováveis de chikungunya e 756 de zika, doenças também transmitidas pelo *Aedes aegypti*.

SÃO PAULO. No Estado de São Paulo, os casos de dengue diminuíram este ano, em relação ao ano passado. De acordo com a Secretaria de Saúde, até o dia 5 de março de 2022 foram registrados 12.974 casos, além de 4 óbitos já confirmados. No mesmo período de 2021, foram contabilizados 29 mil casos e 11 óbitos por dengue.

ALERTA. Indicadores do InfoDengue, sistema de monitoramento de arboviroses desenvolvido por pesquisadores da Fiocruz e da Fundação Getulio Vargas, apontam a Região Sul do País como área de atenção em 2022. A tendência é de expansão da dengue para maiores latitudes nesses Estados. Surtos importantes de dengue aconteceram na região de Londrina e Sengés, no Paraná, e em Joinville, em Santa Catarina, no ano passado, indicando maior adaptação do mosquito Aedes às alterações climáticas. Tradicionalmente, essas regiões são mais frias.

O InfoDengue desenvolve um projeto para avaliar mudanças no padrão de temperatura no País e possível associação com o aumento da temporada de dengue. Períodos chuvosos atrelados ao calor são favoráveis à reprodução do mosquito, segundo a coordenadora do serviço, Claudia Codeço. "A antecipação do período de transmissão em alguns Estados traz preocupação e pode levar a incidências altas, se não for feito o controle adequado dos vetores", disse. Além do Sul do País, encontram-se atualmente em situação de atenção o noroeste do Estado de São Paulo, a região entre Goiânia (GO) e Palmas (TO), passando pelo Distrito Federal, e alguns municípios isolados da Bahia, Santa Catarina e Ceará.

Cláudia disse ser fundamental que as prefeituras restabeleçam as estruturas de controle do mosquito transmissor, que foram desmontadas durante a pandemia. "A maioria dos focos está dentro das casas." ●

> ***"A antecipação do período de transmissão traz preocupação e pode levar a incidências altas, se não for feito o controle dos vetores."***
> **Claudia Codeço**
> **Coordenadora do InfoDengue**

EM ALTA

AGENDA COVID

Cronograma da vacinação

Cronograma da vacinação
SÃO PAULO
Idosos com mais de 80 anos estão recebendo a quarta dose na cidade de São Paulo, desde que tenham recebido a terceira dose se há pelo menos quatro meses. A partir da terça-feira, o município amplia a aplicação para idosos a partir de 70 anos.

BELO HORIZONTE
Nesta sexta-feira, será aplicada a segunda dose em crianças de 9 anos, sem comorbidades, nascidas de julho a dezembro de 2012, vacinadas com a Pfizer, em que o intervalo entre as aplicações é de oito semanas. A quarta dose para idosos de 80 anos ou mais aguarda comunicado federal.

RIO DE JANEIRO
O município antecipa a aplicação da segunda dose da Pfizer pediátrica para o intervalo de 21 dias para crianças de 5 a 11 anos com deficiência ou comorbidades. A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-Rio) iniciou nesta quinta-feira a aplicação da quarta dose em idosos com 80 anos ou mais. ●

Números

A SITUAÇÃO NO PAÍS, COM DADOS DO CONSÓRCIO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERADOS)

TOTAL DE MORTES	658.367
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H*	300
MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS	269
TOTAL DE VACINADOS	175.318.247
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	29.764.701
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H*	35.544
NÚMERO DE RECUPERADOS**	28.407.457

* ATÉ AS 20H DE ONTEM
** NÚMEROS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 20° · TARDE 33° · NOITE 23° · VOLUME DE CHUVA 5 MM · UMIDADE RELATIVA 34%

SÁBADO 21°/31° · DOMINGO 21°/27° · SEGUNDA 20°/26° · TERÇA 19°/29°

SOL — NASCENTE: 6H11 · POENTE: 18H12

LUA: **MINGUANTE**

MINGUANTE	25/03	2H39
NOVA	1/04	3H27
CRESCENTE	9/04	3H48
CHEIA	16/04	15H57

Estado de SP

● Madrugada abafada e tarde quente. Chove rápido e isolado à tarde. Venta ao longo do dia.

Tábuas das marés: Porto de Santos

Vento: 15 nós · Onda: 1,0 m

HOJE		
5h59	↓	0,6
11h14	↑	0,8
16h26	↓	0,4

SÁBADO, 26		
0h12	↑	1,2
6h18	↓	0,6
11h36	↑	1,0
17h14	↓	0,3

DOMINGO, 27		
0h26	↑	1,3
6h36	↓	0,6
11h58	↑	1,1
17h55	↓	0,2

SEGUNDA, 28		
0h39	↑	1,4
6h54	↓	0,6
12h22	↑	1,3
18h32	↓	0,2

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/29°	MACEIÓ	23°/28°
BELÉM	23°/33°	MANAUS	23°/31°
BELO HORIZONTE	18°/31°	NATAL	24°/31°
BOA VISTA	24°/33°	PALMAS	22°/31°
BRASÍLIA	18°/29°	PORTO ALEGRE	17°/23°
CAMPO GRANDE	21°/27°	PORTO VELHO	24°/32°
CUIABÁ	24°/34°	RECIFE	24°/29°
CURITIBA	18°/24°	RIO BRANCO	24°/32°
FLORIANÓPOLIS	22°/26°	RIO DE JANEIRO	21°/36°
FORTALEZA	24°/30°	SALVADOR	22°/30°
GOIÂNIA	20°/32°	SÃO LUÍS	24°/29°
JOÃO PESSOA	24°/30°	TERESINA	23°/30°
MACAPÁ	24°/32°	VITÓRIA	21°/32°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	18°/27°	MÉXICO	-3	12°/24°
ATENAS	5	10°/19°	MIAMI	-1	19°/28°
BARCELONA	4	8°/16°	MONTEVIDÉU	0	13°/19°
BERLIM	4	7°/16°	MOSCOU	6	1°/3°
BRUXELAS	4	7°/17°	NOVA YORK	-1	7°/15°
BUENOS AIRES	0	13°/19°	PARIS	4	6°/18°
CARACAS	-1	20°/27°	ROMA	4	7°/15°
CHICAGO	-2	2°/6°	SANTIAGO	0	12°/28°
ESTOCOLMO	4	4°/13°	SYDNEY	14	18°/22°
GENEBRA	4	1°/11°	TEL-AVIV	5	8°/14°
JOHANNESBURGO	5	17°/27°	TÓQUIO	12	12°/16°
LIMA	-2	19°/20°	TORONTO	-1	4°/8°
LISBOA	3	10°/16°	WASHINGTON	-1	9°/14°
LONDRES	3	8°/16°			
LOS ANGELES	-4	16°/30°			
MADRID	4	8°/12°			

CLIMATEMPO — A StormGeo Company

Pandemia do coronavírus

Estudo vê alta na proporção da subvariante da Ômicron

Levantamento aponta avanço de 3,8% para 27,2% nos diagnósticos da BA.2 no Brasil; testes positivos continuam em queda

ÍTALO LO RE

A proporção de casos prováveis da linhagem BA.2 da variante Ômicron do coronavírus, mais transmissível, subiu de 3,8%, em relação ao total de diagnósticos positivos, para 27,2% em três semanas no Brasil, aponta levantamento do Instituto Todos pela Saúde (ITpS). Em contrapartida, a taxa de positividade dos testes para detecção do coronavírus continua em queda. O índice, que chegou a 60% no início deste ano, agora está em 4,5%. Paralelamente, a média móvel de casos caiu 26% em duas semanas no País.

A BA.2 tem sido apontada como uma das principais responsáveis pelo avanço de casos em países da Europa, como Reino Unido e Alemanha, e da Ásia, como a China. No Brasil, pesquisadores ainda buscam entender se o avanço da variante acarretará alta de casos a médio prazo. Segundo o ITpS, os dados que indicam o rápido avanço da BA.2 têm base em casos de covid diagnosticados pelos laboratórios privados DB Molecular e Dasa em testes moleculares, como RT-PCR.

MENOS TESTES. Como a circulação do vírus está hoje em um patamar mais baixo, o ITpS destacou que a busca por testes também caiu, o que dialoga com a baixa de casos observada no País. Entre 13 e 19 de março, DB Molecular e Dasa realizaram 4,4 mil exames para detectar SARS-CoV-2, e 192 deles positivos. Desde o início do estudo, em 5 de dezembro de 2021, o ITpS analisou mais de 118,6 mil testes – grande parte deles em janeiro, por causa da alta demanda.

Até 19 de março, o banco de dados Gisaid, com informações de sequenciamento genético, apontava 131 casos de BA.2 no Brasil. Segundo o pesquisador do Instituto de Medicina Tropical da USP e coordenador de pesquisa da Dasa, José Eduardo Levi, boa parte desses diagnósticos positivos pode ter vindo do Rio, que tem registrado alta expressiva da linhagem BA.2. Dados reunidos pela Dasa apontam que a fatia de diagnósticos positivos para covid ocupada pela BA.2 triplicou no Estado. Entre 19 de fevereiro e 5 de março, a linhagem correspondia a 10,2% dos casos de covid no Rio. Entre 6 e 19 de março, o índice saltou para 30,2%. “Já se pode dizer que é uma tendência de que a BA.2 vai dominar o espaço, mas com viés de queda nos casos”, diz Levi. “Não deve ter o mesmo impacto do que está acontecendo na Europa.”

Já para Rodrigo Stabeli, diretor da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em São Paulo, os ciclos da pandemia são diferentes na comparação entre o Brasil e os países da Europa. Isso reforça a necessidade de acompanhar a BA.2 de perto nas próximas semanas. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora se queixa de cobrança por operadora

Reclamação de Cíntia Vasconcelos: “Depois de quase duas semanas sem internet, agendei pela central de atendimento uma visita técnica. Nos dois dias seguintes, os técnicos compareceram na minha residência e tiveram de mexer até no poste. O próprio técnico me alertou que muita gente na região estava com problemas. Para minha surpresa, eu estou sendo cobrada da visita técnica. Em fevereiro, liguei para a central e após quase 20 minutos, o atendente me disse que o técnico tinha realmente feito a cobrança indevida e que em 48 horas minha fatura estaria com o valor correto para ser paga. Dias depois, a fatura continuava sem o valor correto no aplicativo. Liguei novamente na central de atendimento e pedi para recuperarem a reclamação.”

Resposta: “A Claro informa que realizou os ajustes necessários.” ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

A situação dos russos

Londres - O Escriptorio Internacional de Trabalho communicou que os russos espalhados pelo mundo serão considerados exilados, se não comparecerem nos novos consulados bolchevistas. Um recente decreto do governo de moscou declara que todos os russos, que viverem no estrangeito durante cinco annos ou mais, sem se registrarem nas legações da Russia depois de Novembro de 1917, com permissão ou não do governo dos soviets, estão sob o risco de perder os direitos. Os russos, que deixaram o paiz antes de 7 de Novembro de 1917 sem permissão dos soviets ou os que combateram contra o exercito vermelho não terão o auxilio do actual regimen para serem repatriados... ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Maria Vitalina dos Santos – Dia 18, aos 86 anos. Filha de Pedro Vitalino dos Santos e Josefa Maria da Conceição. Era solteira. Deixa os filhos José Leandro, Roberto, Aparecido, Gilberto, Rosane, Rosangela, Helena, Cleuza, Angela e Angelo. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro - SP.

Isabel Kechichian Poghassian – Dia 21, aos 78 anos. Era casada com Jorge Poghassian. Deixa os filhos Jorge Ardaches e Alessandra. O enterro foi realizado no Cemitério São Paulo.

Judith Ribeiro da Costa Schmidt – Dia 18, aos 78 anos. Filha de João Ribeiro da Costa e Teodora Maria de Jesus. Era casada com João Schmidt. Deixa os filhos Wagner, Audrey e Patricia. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Vera Lúcia Costa Martins Amatuzzi – Dia 24, aos 78 anos. Era casada com Marcio Martins Amatuzzi. Deixa filhos, parentes e amigos. A cerimônia de cremação será realizada **hoje**, às 12 horas, no Crematório Memorial Bosque da Paz.

Domingos Geraldo Barbosa de Almeida – Dia 19, aos 104 anos. Era viúvo de Heloisa Vidigal Barbosa de Almeida. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Consolação.

Isidio Isidoro do Nascimento – Dia 20, aos 91 anos. Filho de José do Nascimento e Thereza Liberone. Era casado com Izaira Mestieri do Nascimento. Deixa as filhas Sandra e Claudia. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro - SP.

Neivaldo Fernandes – Aos 58 anos. Filho de José Fernandes e Francisca Sales Fernandes. Era solteiro. O enterro foi realizado no Cemitério Parque dos Girassóis.

MISSAS

Marizilda Conceição Lourenço – Amanhã, às 16 horas, na Igreja São Luiz Gonzaga, na Av. Paulista, 2.378, Bela Vista (2 anos).

Maria do Carmo Brant de Carvalho Galizia – Amanhã, às 18 horas, na Paróquia São Pedro e São Paulo, na R. Circular do Bosque, 31, Cidade Jardim (7º dia).

Fernando Marcondes Morgan – Hoje, às 11 horas, na Igreja São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Domingos Geraldo Barbosa de Almeida – Hoje, às 12 horas, na Paróquia Nossa Senhora Mãe do Salvador (Cruz Torta), na Av. Profº. Frederico Hermann Júnior, 105, Alto de Pinheiros (7º dia). Online, às 20 horas: https://youtu.be/xjE79nRZ3DI

Roberto Chuairi – Hoje, às 18h30, na Paróquia Assunção de Nossa Senhora, na Al. Lorena, 665A, Jardim Paulista (7º dia).

Armando Masayoshi Yoshida – Amanhã, às 12 horas, no Santuário São Judas Tadeu, Av. Jabaquara, 2.682, Mirandópolis (1 mês). Online: www.youtube.com/santuariosaojudastadeu

Cemitério Israelita do Butantã (Matzeiva)

Kiwa Kozuchowicz – Dia 27, às 11 horas, no S C - Q 23 – Sep. 36.

Vettel não se livra da covid e vira dúvida para o GP da Arábia Saudita

Eliminatórias

Itália dá vexame e está fora da Copa pela 2ª vez seguida

Tetracampeã mundial e atual campeã europeia, a Azzurra perde em casa para a Macedônia do Norte e repete fracasso de 4 anos atrás

PALERMO

CARMELO IMBESI / EFE

Jogadores da Itália ficam desolados após a eliminação da 'Azzurra' na repescagem das eliminatórias

Atual campeã da Eurocopa e com quatro títulos mundiais de futebol em sua história, a Itália está fora da disputa de uma Copa do Mundo pela segunda vez consecutiva. Ontem, a Azzurra recebeu a Macedônia do Norte em casa, pela repescagem das eliminatórias europeias, perdeu várias chances de marcar o seu gol e foi castigada aos 47 minutos do segundo tempo com o gol da vitória da seleção visitante por 1 a 0.

Após a partida, os italianos estavam incrédulos com o resultado. "O meu futuro? Agora vamos ver. Essa é a maior desilusão da minha carreira", afirmou o técnico Roberto Mancini. O experiente zagueiro Chiellini era outro que não escondia a frustração. "Estamos destruídos. Pagamos pelos erros dos últimos meses. Esperamos poder recomeçar ainda com Mancini", disse o jogador.

A imprensa italiana não perdoou mais um fiasco dos tetracampeões. "Adeus Mundial, adeus Europa, adeus tudo. A aventura acabou, a Itália não existe mais. Merecemos ficar fora da Copa", escreveu em seu site a *Gazzetta dello Sport*. O *TuttoSport* afirmou que os italianos "vão assistir um Mundial pela TV pela segunda vez consecutiva". O *La Repubblica* considerou a derrota como "a pior em 112 anos de história."

Em campo, a Itália sempre esteve ansiosa pelo gol. Perdeu várias chances de marcar – só no primeiro tempo foram 15 finalizações contra nenhuma da Macedônia do Norte.

No segundo tempo, o panorama não se alterou. Quando todos já se preparavam para uma prorrogação, a Macedônia do Norte fez o gol da vitória aos 47 minutos. Trajkovski, ex-jogador do Palermo, arriscou de longe e acertou o canto direito de Donnarumma.

Para chegar ao Mundial do Catar, a Macedônia do Norte terá de superar outra grande seleção na terça-feira. A equipe vai encarar Portugal na fase final da repescagem – quem vencer, garante a classificação.

No Porto, o estádio do Dragão foi o palco da vitória de Portugal em cima da Turquia por 3 a 1. Na primeira etapa, aos 15 minutos, Otavio abriu o placar. Aos 42, Diogo Jota, de cabeça, fez o segundo.

O segundo tempo foi diferente. Aos 20 minutos, em bela tabela, Under serviu Burak Yilmaz entre a zaga portuguesa: 2 a 1. Daí até o final a disputa foi eletrizante. A Turquia teve a chance do empate quando Jose Fonte fez pênalti em Enes, que o árbitro só viu com a ajuda do VAR. Mas Burak Yilmaz bateu por cima do travessão.

Com a perda do pênalti, os turcos também perderam o entusiasmo e Portugal aproveitou para fazer o terceiro gol, aos 48, com Matheus Nunes.

Nos outros jogos pela Europa, País de Gales venceu a Áustria por 2 a 1 e a Suécia bateu a República Checa por 1 a 0 – na terça, os suecos disputam uma vaga no Catar contra a Polônia. País de Gales terá de esperar o confronto entre Escócia e Ucrânia, adiado e ainda sem data definida pela Uefa.

CLASSIFICADOS. O Japão garantiu vaga na Copa ao vencer a Austrália ontem, por 2 a 0, e chegar a 21 pontos no Grupo B das Eliminatórias Asiáticas. O resultado classificou a Arábia Saudita, que tem 19 pontos e não poderá mais ser alcançado pelos australianos, que somam 15, a uma rodada do fim. ●

Seleção brasileira se despede da torcida com goleada sobre o Chile

MARCIO DOLZAN
RIO

WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Atletas do Brasil celebram o gol de Vinícius Jr., o segundo do jogo

Faltando ainda quase oito meses para a Copa do Mundo do Catar, a seleção brasileira se despediu ontem dos estádios do País com festa. Se a atuação não foi uma primazia ao logo dos 90 minutos, a goleada por 4 a 0 sobre o Chile ao menos foi inconteste e deu ao torcedor que lotou o Maracanã – quase 70 mil torcedores – a esperança de que o time pode, sim, sonhar com o hexa.

O clima nas arquibancadas era o melhor possível. Diferente do que fizera em outras épocas, a CBF vendeu as entradas com preços não tão distantes daqueles praticados em jogos da Série A. Assim, o público tinha o mesmo perfil, o do torcedor que grita, que canta e que provoca o adversário. Para se ter uma ideia, antes da partida os jogadores do Chile tiveram de aquecer no belo gramado do Maracanã aos gritos de "eliminado, eliminado".

O torcedor também demonstrou sentimentos distintos em relação à seleção brasileira. Neymar foi ovacionado quando teve o nome anunciado pelo sistema de som. Os ex-flamenguistas Lucas Paquetá e Vinícius Jr. foram muito aplaudidos. O técnico Tite, por sua vez, teve de ouvir forte vaia, talvez a maior desde que assumiu a seleção, há quase seis anos.

O Brasil abriu sua vantagem no fim do primeiro tempo. Primeiro, com Neymar batendo pênalti. Depois, com o atacante do PSG fazendo o corta-luz em passe de Antony para Vinícius Jr. chutar cruzado.

A seleção também teve outras boas notícias. Guilherme Arana estava em grande noite, jogando boa parte do tempo avançado - em determinados momentos, foi quase um meia pela esquerda. Paquetá foi outro que teve papel fundamental no ataque.

Com dois gols de vantagem para o Brasil e com o Chile em desespero – a derrota significava adeus à Copa –, a etapa final foi de futebol menos vistoso e mais pegado. Tite aproveitou para rodar o elenco, com Coutinho, Richarlison, Bruno Guimarães, Fabinho e Martinelli ganhando chance. Coutinho e Richarlison ainda ampliariam para o Brasil. No fim, o 4 a 0 com gols de um ex-flamenguista, de um ex-vascaíno e de um ex-tricolor carioca deixaram a despedida do Brasil no Maracanã ainda mais completa. ●

17ª RODADA DAS ELIMINATÓRIAS

BRASIL 4 — CHILE 0

Gols: Neymar, aos 44, e Vinícius Jr., aos 45 min. do primeiro tempo; Philippe Coutinho, aos 26, e Richarlison, aos 46 min. do segundo tempo.
BRASIL: Alisson; Danilo, Marquinhos, Thiago Silva e Arana; Casemiro (Fabinho), Fred (Bruno Guimarães) e Lucas Paquetá (Philippe Coutinho); Vinicius Jr. (Martinelli), Antony (Richarlison) e Neymar. **Técnico:** Tite
CHILE: Claudio Bravo; Isla, Paulo Díaz, Enzo Roco (Montecinos) e Suazo; Medel, Baeza (Fernández), Aránguiz e Vidal; Alexis Sánchez e Vargas (Meneses). **Técnico:** Martín Lasarte.
Amarelos: L. Paquetá, Casemiro, Neymar, Paulo Díaz, Claudio Bravo.
Renda: R$ 6.577.230,00
Público: 69.368 presentes.
Arbitragem: Darío Herrera (ARG)
Local: Maracanã, no Rio (RJ)

Darlan Romani

O alívio em forma de ouro: 'o muro foi derrubado'

Atleta do arremesso de peso fala sobre a sua conquista no Mundial, após anos no 'quase'

WAGNER CARMO/CBAT

Darlan Romani arremessa o peso para atingir a marca de 22m53 no Mundial disputado na Sérvia

ENTREVISTA

Darlan é o recordista sul-americano, ficou em 4º lugar nos Jogos de Tóquio e conquistou o título no Mundial Indoor de Belgrado

RICARDO MAGATTI

Darlan Romani cansou de ficar no "quase". Passou perto de subir ao pódio em dois Mundiais e nos Jogos Olímpicos de Tóquio, mesmo alcançando marcas que lhe garantiriam medalhas em edições anteriores. Mas lutou contra o destino e, enfim, venceu os melhores do mundo ao ganhar o ouro no arremesso de peso do Mundial Indoor de Belgrado, na Sérvia. A marca de 22,53 m é muito boa para início de temporada e isso foi fundamental para ele superar seus fortes adversários. Sentiu alívio, alegria e orgulho, sentimento que considera difíceis de descrever. "Consegui romper uma barreira. O muro foi derrubado", define.

Em entrevista ao **Estadão**, o catarinense natural de Concórdia diz como é competir com Ryan Crouser, Joe Kovacs e Thomas Walsh, três dos melhores arremessadores da história e detalha como faz a diferença ter de volta ao seu lado o técnico cubano Justo Navarro, que por conta da pandemia ficou fora do País por mais de um ano.

Você ficou em quarto lugar nos Jogos de Tóquio, e nos últimos dois Mundiais de Atletismo. Encarou o "quase" algumas vezes. Mas agora ganhou o ouro tão desejado em uma das principais competições internacionais. Como se sentiu?

A sensação é que eu consegui romper uma barreira. O muro foi derrubado. Eu treinei bastante, batalhei bastante por essa medalha. Agora encaixou e foi embora. A ficha ainda não caiu. Estou muito contente com esse título. É um momento de curtir essa medalha.

Carinho da torcida

Após Tóquio, Darlan ganhou muitos seguidores em suas redes sociais. 'Isso está muito legal', diz.

Você obteve o título e sua melhor marca indoor na carreira. Até quanto dá para alcançar?

É difícil dizer. Estou treinando para melhorar ainda mais.

Você disputa com três dos melhores arremessadores da história. Um deles, o Ryan Crouser, aliás, é considerado o melhor da história. Como é competir com esses caras?

Competir com eles é estar entre os melhores do mundo. Os caras são muito bons. São excelentes pessoas, grandes atletas. Eu estar ali no meio me faz sentir um dos maiores porque eu olho para o lado e vejo um cara (Ryan Crouser) que já passou dos 23 metros, bateu recorde mundial, é bicampeão olímpico. O Tom Walsh foi bicampeão indoor. O (Joe) Kovacs também foi campeão mundial, medalhista na Olimpíada. Você estar ali no meio deles e conseguir vencê-los é muito prazeroso. Meu coração fica contente e isso me motiva para melhorar ainda mais. Meu inglês é um pouco curto, mas sempre falo com eles. Pergunto sobre a família, os treinamentos. Dois dias antes da prova, eu treinei com o Crouser na academia. Ele até filmou e me colocou no canal do YouTube dele, fazendo análises. Ele queria minha opinião a respeito dos movimentos dele. Ele gostou. Temos uma boa amizade.

Você voltou a ter seu técnico, o cubano Justo Navarro, ao seu lado presencialmente depois de mais de um ano. O quanto isso faz a diferença no dia a dia?

Faz total diferença tê-lo de novo comigo. Fiquei 380 dias sem ele por perto. Na parte de força, por exemplo, na academia, o treinador está olhando o movimento com atenção e sempre dá um toque. São pequenos detalhes em que, quando você está sozinho, às vezes não presta atenção no que fez. Na parte técnica, não tem nem o que falar. Ele avisa o que tenho que melhorar, diz por que fiz determinado movimento. Psicologicamente, ele não me deixa acomodar de jeito nenhum. Diz: 'você é campeão mundial? Não interessa. Amanhã você vai treinar e pronto'. É bastante exigente, mas é o correto. ●

Campeonato Paulista

Corinthians passa nos pênaltis pelo Guarani e pega o São Paulo na semi

O Corinthians sofreu, mas está na semifinal do Campeonato Paulista. Garantiu a classificação ao vencer ontem o Guarani por 7 a 6 nos pênaltis, após empate por 1 a 1 no tempo normal. Cássio defendeu uma penalidade e o estreante Júnior Moraes marcou na disputa que classificaria o Alvinegro. Porém, com o empate o vai ter de jogar a semifinal contra o São Paulo, domingo, no Morumbi, sem a sua torcida.

O Corinthians dominou com tranquilidade o primeiro tempo. Basicamente, o time dava pouco espaço para o Guarani jogar. Tomava a iniciativa e, quando perdia a bola, pressionava imediatamente o adversário, a fim de retomá-la o mais rapidamente possível.

O time de Campinas vivia da tentativa de neutralizar os donos da casa e de raras aparições no campo ofensivo. No entanto, as chances do Corinthians se sucediam, o que obrigou o goleiro Kozlinski a fazer várias intervenções.

O Guarani cedeu vários escanteios ao Corinthians e em um deles, aos 43 minutos, Renato Augusto colocou a bola na cabeça de Gil, que ganhou da marcação e acertou o ângulo, sem chance de defesa.

Pouco depois, Paulinho acertou a trave com um chute cruzado. Já o Guarani, a rigor, teve apenas uma chance no primeiro tempo, em um chute de Madison no travessão.

Na segunda etapa, o Corinthians foi surpreendido logo aos 8 minutos, quando João Victor aproveitou um escanteio e empatou para o Guarani.

A partir daí, o Corinthians perdeu o ímpeto, parou de incomodar o Guarani e, pior, passou a levar seguidos sustos. Acabou se contentando com a disputa por pênaltis, que só vou definida nas cobranças suplementares. ●

RODRIGO CORSI/AG. PAULISTÃO

Cássio defendeu um pênalti e garantiu a vaga do Corinthians

QUARTAS DE FINAL DO PAULISTÃO

CORINTHIANS 1 (7) — GUARANI 1 (6)

Gols: Gil, aos 43 min do 1º tempo. João Victor, aos 8 do 2º. **CORINTHIANS:** Cássio; Fagner, Gil, João Victor e Piton (Fábio Santos); Du Queiroz (Giuliano), Paulinho e Renato Augusto; Gustavo Mosquito (Adson), Willian (Júnior Moraes) e Roger Guedes (Mantuan). **Téc:** Vitor Pereira. **GUARANI:** Kozlinski; Mateus Ludke (Rodrigo Andrade), João Victor, Ronaldo Alves (Derlan) e Matheus Pereira; Madison, Índio (Bruno Silva) e Giovanni Augusto; Júlio César (Lucas Veludo), Nicolas Careca (Ronald) e Lucão do Break. **Técnico:** Daniel Paulista. **Árbitro:** Flávio Rodrigues de Souza. **Amarelos:** Mateus Ludke, Rodrigo Andade, João Victor, Cássio. **Público:** 38.283. **Renda:** R$ 2.296.942,00. **Local:** Neo Química Arena.

PAULISTA - SEMIFINAIS

Sábado			
18h30	Palmeiras	x	Bragantino
Domingo			
16h	São Paulo	x	Corinthians

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● Copa Libertadores
Sorteio dos Grupos
12h / ESPN
● Eliminatórias da Copa
R.D.Congo x Marrocos
12h / ESPN 4
Camarões x Argélia
14h / ESPN 4
Egito x Senegal
16h30 / ESPN
Gana x Nigéria
16h30 / ESPN 4
Argentina x Venezuela
20h30 / SporTV
● Troféu do Interior
Mirassol x Água Santa
19h / Premiere
Ferroviária x Inter de Limeira
21h / Premiere

TÊNIS
● Masters de Miami
Segunda Rodada
12h e 20h / ESPN 2

VÔLEI
● Superliga Feminino
Pinheiros x Praia Clube
18h30 / SporTV 2
Osasco x Sesc-RJ/Flamengo
21h / SporTV 2

PILAR OLIVARES/REUTERS-11/3/2022

Sede da Petrobras, no Rio: símbolo do gigantismo do Estado e das benesses concedidas aos funcionários das estatais

Com poder de pressão favorecido por 'monopólio', corporação resiste a mudanças

Altos salários e regalias perduram na Petrobras

JOSÉ FUCS

Nos idos de 2015, ao se licenciar da presidência do conselho de administração da Petrobras, posto que acabaria deixando em definitivo dois meses depois, o executivo Murilo Ferreira fez um diagnóstico sinistro da estatal a um amigo.

"A Petrobras não é do acionista majoritário nem do acionista minoritário – ela é da corporação", disse Ferreira, que também era presidente da Vale, de acordo com o site *Brazil Journal*. "Se eu fosse morador de Nilópolis, São Gonçalo ou da Baixada (regiões pobres do Rio, onde se situa a sede da empresa), ficaria revoltado com os privilégios que os funcionários da Petrobras conseguiram garantir para si mesmos."

Desolado com a sua impotência para mudar a situação, ele fechou o desabafo traçando um paralelo entre a Vale, privatizada em 1997, e a Petrobras, símbolo maior do gigantismo do Estado no País: "Na Vale, consegui tirar os carros dos diretores. Na Petrobras, não é possível diminuir qualquer coisa que a corporação não queira."

Passados quase sete anos do diagnóstico feito por Ferreira, o quadro continua praticamente o mesmo. Desde que ele deixou a companhia, ninguém conseguiu mexer para valer nas benesses do pessoal. Quem tentou, segundo ex-gestores da empresa, tornou-se alvo de ameaças e de campanhas difamatórias promovidas pela tropa de choque da turma.

FABIO MOTTA /ESTADÃO - 18/12/2018

Pausa estendida

Nas plataformas, a jornada é de 14 dias de trabalho por 21 de folga, em vez de 14 dias de trabalho e 14 de folga, como em outros países

'LONGE DEMAIS'. Os privilégios, é certo, vêm se acumulando desde a criação da Petrobras, em 1953, no governo Vargas. Mas, conforme relatos feitos ao **Estadão**, foi durante os governos Lula e Dilma, quando sindicalistas assumiram o comando da área de recursos humanos, que a situação degringolou de vez. "Sempre houve privilégios na Petrobras, mas as concessões feitas naquele período agravaram muito o problema", afirma um ex-executivo da estatal.

Os salários, que já eram inflados, também engordaram ainda mais. Entre 2003 e 2015, de acordo com dados dos sindicatos dos petroleiros, os funcionários da Petrobras tiveram um ganho real (já descontada a inflação) de 34%. Mesmo com a perda de 5,6% ocorrida nos governos Temer e Bolsonaro, ainda acumulam um aumento real de 26,4% (*veja o gráfico*). "Acho razoável que haja uma certa liberalidade numa grande empresa", diz Almir Pazzianotto, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e ex-ministro do Trabalho. "Agora, na Petrobras, eles foram longe demais."

Pelos cálculos de um ex-gestor de RH da companhia, o custo das "jabuticabas" – como costuma chamar os privilégios que só os funcionários da estatal têm – alcança cerca de R$ 7 bilhões por ano, o equivalente a um terço do gasto total de pessoal, de R$ 21,7 bilhões em 2020, incluindo os encargos sociais e tributários.

'COISA DE LOUCO'. As "jabuticabas" fazem tanta diferença no bolso dos petroleiros que, para mantê-las no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020-2022, ainda em vigor, os sindicatos aceitaram o "congelamento" dos salários por um ano, proposto pela empresa.

Os funcionários da Petrobras recebem, por exemplo, 100% a mais pelas horas extras, em vez do adicional de 50%, previsto na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Enquanto os demais trabalhadores ganham um adicional de 33,33% nas férias, eles embolsam 100% a mais. Recebem também um reembolso de até 90% dos gastos com matrículas e mensalidades escolares de filhos de até 18 anos e uma "ajuda de custo" para assistência alimentar de R$ 1.254 por mês, mais R$ 192 de vale-refeição.

Nas plataformas da empresa, a jornada funciona no esquema de 14 dias de trabalho por 21 dias de folga, em vez dos 14 dias de trabalho por 14 de folga praticados pela indústria de petróleo mundo afora, segundo um ex-dirigente da empresa.

O sistema é tão *light*, em sua avaliação, que há funcionários de plataformas que moram nos Estados Unidos, em Portugal e em outros países. Chegam ao aeroporto do Galeão, no Rio, vão direto para o heliporto usado pela Petrobras em Jacarepaguá, na zona oeste da cidade, passam duas semanas em alto mar e depois fazem o caminho inverso. Só voltam a trabalhar três semanas depois. Como não moram no Rio, ainda têm um benefício adicional: o tempo gasto na viagem de ida e volta de helicóptero conta como se estivessem trabalhando.

"É uma chuva de privilégios sem precedentes no setor privado", diz Paulo Uebel, ex-secretário especial de Desburo-

cratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. "O acordo coletivo da Petrobras é uma coisa de louco, diferente de tudo o que eu conheço", afirma Pazzianotto.

Mesmo se perdessem os "penduricalhos", os petroleiros não poderiam reclamar da vida. Pesquisas encomendadas pela Petrobras apontam que seus funcionários ganham de duas a três vezes mais do que a média paga no mercado. Como apurou o **Estadão**, um "inspetor de segurança", responsável pela proteção das portarias, recebe de R$ 7 mil a R$ 8 mil por mês, enquanto no mercado a média para o cargo gira em torno de R$ 2,5 mil. Um técnico de operação, que trabalha em refinarias, recebe em média R$ 20 mil mensais, enquanto o ganho no setor privado não passa de R$ 7 mil.

RETIFICAÇÃO. Nas posições de nível superior, como engenheiro, geólogo e psicólogo, a remuneração média é de R$ 25 mil por mês, podendo chegar a R$ 40 mil, conforme o tempo de serviço do funcionário, enquanto no setor privado a média fica ao redor de R$ 12 mil.

> ***Excesso***
> ***As benesses da Petrobras custam cerca de R$ 7 bilhões por ano, o equivalente a 1/3 do gasto total com pessoal***

Um levantamento divulgado recentemente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada ao Ministério da Economia, mostrou que, na média, a remuneração dos funcionários da Petrobras atingiu R$ 25.164 por mês em 2020. A maior remuneração mensal foi de R$ 145,2 mil e a menor, de R$ 1,5 mil. Pelo estudo, que incluiu as 46 estatais controladas pela União, o ganho médio na Petrobras só foi menor que o do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), onde chegou a R$ 31 mil mensais.

Apesar de os dados divulgados pela Sest terem sido fornecidos pela própria Petrobras, a empresa agora informa que a remuneração média em 2020 ficou em R$ 18,6 mil por mês, enquanto a maior foi de R$ 97,7 mil, e a menor, de R$ 3,3 mil. Mesmo que a retificação seja procedente, não altera muito o quadro. Em vez de ocupar o segundo lugar na lista das maiores remunerações das estatais, a Petrobras passaria para a terceira posição, atrás também da Embrapa, onde o ganho médio foi de R$ 20,2 mil por mês em 2020.

MONOPÓLIO. Na visão de Paulo Uebel, a situação chegou a esse ponto porque a Petrobras detém o monopólio no setor de fato, embora não de direito, já que a "reserva de mercado" que a favorecia caiu oficialmente em 1997. Isso, segundo ele, dá um poder enorme para os sindicatos e favorece a realização de greves com enorme impacto na vida dos cidadãos e das empresas. Uebel é favorável à privatização da Petrobras, combatida de forma feroz pelos sindicatos, mas pondera que, enquanto ela não vier, o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) deveria limitar sua participação de mercado, nas diferentes áreas em que atua, a no máximo 60%. "É preciso quebrar o monopólio não só de direito, mas de fato", afirma. "Só assim será possível reduzir a força da corporação."

De acordo com Uebel, o quadro atual se deve também às decisões da Justiça do Trabalho, que garantem estabilidade no emprego aos funcionários de estatais, apesar de eles serem contratados pela CLT e poderem negociar aumentos salariais e benefícios por meio de acordo coletivo. "No poder público, isso não existe: ou você tem estabilidade e só pode criar benefícios e definir reajustes salariais por meio de lei ou não tem estabilidade e aí pode negociar tudo por meio de acordo coletivo."

Uma saída, para Uebel, seria realizar uma reforma administrativa que incluísse o corte dos privilégios existentes nas estatais, sujeitando seus funcionários às mesmas regras e aos mesmos princípios da administração pública direta.

Pazzianotto sugere que a Petrobras contrate "gente de fora" para conduzir as negociações trabalhistas com os sindicatos. "É uma forma de evitar possível conflito de interesses por parte de advogados da empresa, que se beneficiam do acordo coletivo ou de uma decisão favorável aos trabalhadores na Justiça."

PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS. Os sindicatos rejeitam, obviamente, a percepção de que os benefícios recebidos pelos funcionários sejam "privilégios". "A CLT é um piso", diz o presidente do Sindipetro de São José dos Campos (SP), Rafael Prado, secretário de comunicação da FNP (Federação Nacional dos Petroleiros. "Isso não quer dizer que não seja possível negociar um acordo coletivo melhor."

Para Prado, os altos lucros da Petrobras justificariam os benefícios e salários recebidos pelos funcionários. "Isso precisa ser encarado dentro da realidade do setor de petróleo e gás. Como ele tem uma rentabilidade muito superior à média da economia, paga salários melhores", afirma. "Isso significa que parte da riqueza toda gerada no setor fica com os trabalhadores."

A questão é que, independentemente dos fartos benefícios e salários recebidos por seus funcionários, a Petrobras já lhes concede participação nos lucros. Oferece também um programa de bonificação baseado no desempenho individual e coletivo, que é outra forma de reconhecer o papel dos trabalhadores no negócio. "A fatia que fica com os trabalhadores é ínfima perto do lucro que eles produzem."

Com os preços dos combustíveis na estratosfera, a tentação de atribuir o problema aos privilégios e à remuneração generosa dos petroleiros é grande. Mas não dá para dizer, segundo exgestores da Petrobras, que o impacto nos preços seja significativo. O que se pode afirmar é que isso afeta a eficiência e a produtividade, assim como a capacidade de investimento e de pagamento de dividendos aos acionistas, inclusive a própria União. "Embora o custo de extração seja muito baixo, há uma estrutura pesada, que é muito cara. O custo de refino também é muito alto por causa disso", diz um ex-executivo da empresa. Não é pouca coisa. ●

VANTAGENS EM SÉRIE

Além da remuneração generosa, os funcionários da Petrobras têm inúmeros benefícios que não estão previstos na CLT

Elite da elite

A despesa da Petrobras por funcionário supera de longe a média das estatais, cujos gastos com pessoal já são bem maiores que os da iniciativa privada[1]

[1] DADOS DE 2020; [2] VALORES INCLUÍDOS NO TOTAL DE GASTOS COM PESSOAL; [3] INCLUI A DIFERENÇA ENTRE O GASTO TOTAL COM PESSOAL DIVULGADO PELA PETROBRAS, DE R$ 21,7 BILHÕES, E O VALOR CONTABILIZADO PELA SEST, DE R$ 13,2 BILHÕES; [4] 46 EMPRESAS DE CONTROLE DIRETO DA UNIÃO, INCLUINDO A PETROBRAS; [5] VALOR DIVULGADO PELA EMPRESA; [6] INCLUI FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS CONTROLADAS

Salários turbinados

Apesar da perda salarial ocorrida nos últimos anos, os funcionários da Petrobras ainda acumulam um ganho real (acima da inflação) de 26,5% desde 2003

[1] INPC ACUMULADO NO PERÍODO DE SETEMBRO DE UM ANO A AGOSTO DO ANO SEGUINTE, USADO COMO BASE PARA O REAJUSTE SALARIAL DOS PETROLEIROS

Festival de 'jabuticabas'

Principais benefícios concedidos aos funcionários da Petrobras no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022

- ADICIONAL DE 100% POR **HORA EXTRA**
- ADICIONAL DE 100% DO SALÁRIO NAS **FÉRIAS**
- ADICIONAL DE ATÉ 45% DO SALÁRIO POR **TEMPO DE SERVIÇO**
- **AUXÍLIO-CUIDADOR** DE UM SALÁRIO MÍNIMO PARA FUNCIONÁRIOS COM MAIS DE 60 ANOS E CAPACIDADE FUNCIONAL COMPROMETIDA
- **AUXÍLIO-ENSINO** COM REEMBOLSO DE ATÉ 90% DOS GASTOS COM MATRÍCULA E MENSALIDADES DE FILHOS E ENTEADOS DE ATÉ 18 ANOS EM ESCOLAS PARTICULARES E DE MATERIAL ESCOLAR E UNIFORMES EM ESCOLAS PÚBLICAS
- **AUXÍLIO-UNIVERSIDADE** COM REEMBOLSO DE 60% DAS DESPESAS DE MATRÍCULA E MENSALIDADES DE FILHOS E ENTEADOS DE ATÉ 24 ANOS EM ESCOLAS PRIVADAS E DOS GASTOS COM LIVROS E APOSTILAS EM ESCOLAS PÚBLICAS[1]
- **AUXÍLIO-DOENÇA** DE ATÉ 36 MESES, COM COMPLEMENTAÇÃO DO SALÁRIO INTEGRAL, POR ATÉ QUATRO ANOS DE AFASTAMENTO
- **AUXÍLIO-CRECHE** COM REEMBOLSO PARCIAL DE DESPESAS PARA FILHOS DE TRÊS A 36 DE MESES DE IDADE[1] E REEMBOLSO INTEGRAL ATÉ O SEXTO MÊS PARA FUNCIONÁRIOS SOLTEIROS, VIÚVOS OU DIVORCIADOS
- **AUXÍLIO-FARMÁCIA** COM REEMBOLSO DE 19% A 100% DO CUSTO DOS MEDICAMENTOS, CONFORME A FAIXA SALARIAL E O VALOR DO MEDICAMENTO
- CUSTEIO DE 60% DO **PLANO DE SAÚDE**, INCLUSIVE PARA PENSIONISTAS, APOSENTADOS E SEUS DEPENDENTES
- ABONO DE ATÉ DUAS HORAS DIÁRIAS DE **LACTANTES**, POR ATÉ UM ANO
- ABONO DE ATÉ DUAS HORAS DIÁRIAS PARA FUNCIONÁRIOS COM **DEFICIÊNCIA** QUE PRECISAM DE ACOMPANHAMENTO MÉDICO
- ADICIONAL DE **PERMANÊNCIA** NO ESTADO DO AMAZONAS PARA QUEM JÁ RECEBE O BENEFÍCIO
- **ASSISTÊNCIA ALIMENTAR** MENSAL DE R$ 1.254 + R$ 192 DE VALE-REFEIÇÃO

[1] BENEFÍCIO RESTRITO AOS INSCRITOS ATÉ 30/9/2019, ATÉ O LIMITE DEFINIDO PELA EMPRESA

FONTES: SEST/MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PETROBRAS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

LEON FERRARI

Desde os dois anos de idade, Maria Antônia Lourenço Mota de Souza, de 18 anos, vive entre Cuiabá, cidade natal, em Mato Grosso, e a capital paulista. Durante o período, curou-se de dois cânceres e hoje trata o lúpus eritematoso sistêmico. Nada disso impediu que ela se tornasse, em 2022, a primeira da família a entrar em uma universidade federal, a UFMT. Maria Antônia foi aprovada em Administração pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

"Achei que era mentira", conta a jovem sobre o momento em que viu o nome na lista de aprovados. Ela disse que se surpreendeu pois fez o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) apenas uma vez, em 2021. A comemoração dela e da mãe, Mariene, de 44 anos, se deu em meio a lágrimas de alegria. "O mérito é todo dela. Mas, para mim, também foi uma vitória, porque eu não deixei ela cair", fala a mãe.

O périplo constante das duas começou em 2005. Aos 2 anos, Maria Antônia foi diagnosticada com um câncer raro, um tumor rabdomiossarcoma vaginal botrióide. "Me falaram: 'Você tem de ir para São Paulo para ontem, porque aqui não tem tratamento. Você tem de correr, porque esse tipo de tumor é raro e agressivo'", lembra Mariene.

Grávida da filha mais nova, Mariana, hoje com 16 anos, Mariene deixou o filho mais velho, Gabriel, agora com 23 anos, e o marido, Fúlvio, em Cuiabá, e veio à capital paulista com a filha do meio. "Eu caí de paraquedas em São Paulo. É uma cidade grande, onde eu não conhecia nada."

Com tratamento precoce e ágil, Maria Antônia curou-se do câncer. Mas continuou vindo a São Paulo para avaliações de seu estado de saúde.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO - 2/3/2022

'O mérito é todo dela. Mas, para mim foi uma vitória, porque eu não deixei ela cair', afirma a mãe, que a acompanha na rotina hospitalar

Superação

Ela venceu dois cânceres e entrou na Federal de MT

Primeira da família em universidade pública, Maria Antônia, de 18 anos, foi aprovada em Administração

Em 2010, ela teve uma recidiva do tumor. Dessa vez, conta a mãe, o câncer se alastrou para a bexiga e o útero. A jovem teve inclusive de fazer uma ostomia (cirurgia que faz abertura para saída de fezes ou urina e auxiliar na respiração e alimentação). Por ser ostomizada, ela passou a ser considerada pessoa com deficiência.

Em 2016, Maria Antônia foi diagnosticada com lúpus eritematoso sistêmico. Essa doença autoimune não tem cura, mas tem tratamento para reduzir crises e melhorar a qualidade de vida do doente. Depois, a jovem já teve duas síndromes de ativação macrofágica (complicação do lúpus caracterizada pela ativação excessiva dos macrófagos e histiócitos). Uma delas, em 2018, atingiu seu cerebelo e lhe causou até problemas de memória.

NUNCA DESISTIR. Seja nos hospitais em que ficou internada ou em lares de apoio, como a Casa Ninho, que abriga mãe e filha em São Paulo desde 2008, Maria Antônia nunca deixou os estudos de lado. Sempre esteve matriculada nas escolas públicas de MT e, em São Paulo, era atendida por professoras de classe hospitalar.

Mariene conta que nunca deixou Maria Antônia entregar os pontos, mesmo quando sentia dores ou cansaço. "Não é porque está doente que pode desistir", fala a mãe. "Eu agradeço muito a ela por isso", destaca a filha.

Por ter deficiência e estar em tratamento, Maria Antônia tinha direito a fazer exames excepcionais, mas sempre optou por fazer os regulares. "Ficou conhecida na escola por isso", diz a mãe, orgulhosa.

Maria Antônia também credita a conquista a Joseane Terto de Souza Uema, de 38 anos, professora de classe hospitalar da Casa Ninho, que atendeu às dúvidas da estudante dentro ou fora de horário, presencialmente ou a distância, por mensagens ou ligação.

"(*A aprovação*) dá a ela e a outras crianças que atendemos uma perspectiva de sonhar e ter futuro, que é o meu grande objetivo com elas", diz Joseane. "A missão da classe hospitalar é mostrar para eles que a doença é apenas uma etapa", resume.

Disso, a educadora entende bem. Quando estava no 3.º ano do ensino médio, ela enfrentou um câncer de tireoide. Hoje, é formada em Letras e Pedagogia, tem especialização em Psicopedagogia e mestrado em Psicologia da Educação. "Fiquei quase todo o ano afastada", conta Joseane, que só não repetiu a série porque uma colega lhe trazia todas as tarefas. Daí nasceu o sonho de trabalhar com crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais.

Agora, ela usa a história dela para ajudar. "Ter essa identificação ajuda muito a conversar com eles, ter essa sintonia com o que sentem física e mentalmente", afirma.

As aulas de Maria Antônia começam em abril, porém, é só o início de uma longa jornada, assegura Mariene. "O futuro dela é brilhante, só tem de correr atrás."●

B22 Eólica e solar
R$ 6,4 bi em projetos de energia limpa até 2025 turbinam nova fase da Casa dos Ventos

ECONOMIA & NEGÓCIOS
E&N
SEXTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2022 O ESTADO DE S. PAULO

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B28)

Impasse **Vagas represadas**

Disputa com Senado trava indicações

Senadores bloqueiam 46 nomes definidos por Bolsonaro para agências, órgãos e embaixadas; 14 escolhidos à espera na Casa Civil também têm de vencer briga política

LORENNA RODRIGUES
DANIEL WETERMAN
GUILHERME PIMENTA
BRASÍLIA

A disputa entre senadores e o governo trava ao menos 60 indicações do presidente Jair Bolsonaro para cargos em agências, órgãos e embaixadas. Responsável por aprovar os escolhidos, o Senado bloqueia 46 indicados. Além deles, segundo o *Estadão/Broadcast* apurou, pelo menos mais 14 nomes já foram escolhidos e estão na Casa Civil para serem enviados ao Congresso. O impasse tem dificultado o trabalho de órgãos como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o Banco Central e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Chamadas de "pacotão" no Planalto, as indicações não avançam porque há atrito entre "padrinhos", incluindo senadores, ministros, integrantes do Centrão e o entorno do presidente. A divisão do "latifúndio" de cargos só deve ser resolvida após a reforma ministerial, no início de abril, e dependerá das escolhas de Bolsonaro para substituir os ministros que deixarão a Esplanada até o dia 2 para concorrer às eleições. O Senado quer indicar integrantes para as pastas.

De acordo com fontes, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), segura indicações há mais de um ano porque quer "dividir o bolo" de uma vez, para atender de forma "equilibrada" as alas que têm interesses nos cargos. O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, também defende, segundo apurou a reportagem, a negociação em bloco. Procurados, eles não se manifestaram.

Pacheco, que tenta consolidar apoio para ser reeleito no comando do Congresso, em fevereiro de 2023, é pressionado por senadores a cobrar do Planalto a troca de pessoas já indicadas. Há polêmicas em torno de nomes para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Cade, entre outros. ●

AGÊNCIAS E ÓRGÃOS REGULADORES ATUAM DESFALCADOS. PÁG. B2

Celso Ming celso.ming@estadao.com

O impacto da guerra

A guerra da Ucrânia completa um mês e já vem produzindo importantes consequências sobre a economia.

Elas se misturam com as que foram produzidas pela pandemia que não só matou 6,1 milhões de pessoas (das quais mais de 650 mil no Brasil), como, também, impôs grandes mudanças nas cadeias globais de produção e distribuição.

As sanções impostas à Rússia pelo bloco ocidental aumentaram a escassez de insumos e produtos essenciais. A economia mundial ainda não havia se recuperado da desorganização dos fluxos de comércio imposta pela covid-19 e, no entanto, enfrenta ainda mais desestruturação com a interrupção de processos de produção e com o bloqueio de rotas de navegação. Por toda a parte, empresas e autoridades públicas vêm sendo obrigadas a reforçar estoques de produtos essenciais, o que acentua as demandas e provoca galopada das cotações. É o que está acontecendo com o petróleo, com os fertilizantes e com os alimentos, especialmente o trigo, milho e soja. A inflação mundial, que já vinha acentuada com o aumento de custos ao longo da pandemia, tende agora a aumentar ainda mais.

Alguns analistas veem nisso uma volta atrás no processo de globalização porque induz os agentes econômicos a buscar

MARCOS MÜLLER/ESTADÃO

mais segurança e mais fornecedores, em vez de se aterem a mais eficiência e a custos mais baixos. Exemplo: se não se conseguem fertilizantes da Rússia, há que buscá-los onde houver, a preços mais altos. Mas globalização é mais do que isso. A Europa se uniu como nunca, jamais o resto do mundo havia imposto represálias tão drásticas e tão rápidas a uma grande potência.

Os grandes bancos centrais parecem desnorteados. São pressionados a aumentar os juros para combater a inflação e também para aumentar a retirada dos trilhões em recursos despejados durante a pandemia para enfrentar a derrubada da atividade econômica. Mas atuam travados, porque não podem acentuar a desaceleração dos negócios.

A economia do Brasil enfrenta a mistura de efeitos bons e ruins. Entre os bons está o grande aumento de receitas com exportação de commodities, como petróleo, minérios e grãos. De quebra, esse aumento de receitas tende a melhorar o desempenho das contas públicas, graças à bonança produzida pelos royalties do petróleo e ao aumento da arrecadação proporcionado pela alta dos combustíveis e dos alimentos. A melhora das contas externas mais a forte aceleração dos juros vêm derrubando as cotações da moeda estrangeira e, por essa correia de transmissão, atuando para atenuar a alta dos preços dos produtos importados, o que também pode ajudar a conter a inflação.

Mas o balão da inflação ganhou mais ar quente e vai disseminando pelos mercados com os movimentos de defesa geral (conflito distributivo), cujo efeito mais pronunciado é ainda maior disparada dos preços. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Impasse Nomeações represadas

Sem indicações, agências e órgãos reguladores têm atuado desfalcados

A Agência Nacional de Águas, por exemplo, é hoje dirigida por interinos; Cade tem vagas abertas há quase um ano

LORENNA RODRIGUES
DANIEL WETERMAN
GUILHERME PIMENTA
BRASÍLIA

Agências e órgãos reguladores atuam de forma desfalcada por conta da demora do Senado em analisar indicações. Uma das situações mais críticas é a da Agência Nacional de Águas (ANA), que é hoje dirigida por interinos.

A diretoria da agência é formada por quatro diretores e um diretor-presidente. Hoje, porém, a presidência é ocupada interinamente por Victor Saback, que foi nomeado para diretor, e quatro diretorias são ocupadas por servidores da agência que, por lei, assumem os cargos em caso de vacância. O presidente Bolsonaro já enviou quatro nomes para as diretorias da ANA, mas as indicações ainda não começaram a tramitar.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) também tem vagas abertas há quase um ano. Em fevereiro, com o fim do mandato da conselheira Paula Farani, foi aberta uma segunda vaga no conselho. O *Estadão/Broadcast* apurou que o mais cotado hoje para ser indicado ao cargo é o advogado Victor Oliveira Fernandes, atual chefe de gabinete do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Outros dois nomes "correm por fora" e são citados por fontes que acompanham as negociações: o do presidente interino da ANA, Victor Saback, e da advogada Juliana Domingues, que foi secretária nacional do Consumidor na gestão de Bolsonaro e é assessora especial do ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres. Outras duas indicações para o Cade já estão no Senado desde meados do ano passado, mas ainda não foram aprovadas.

Já a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) completou em março sete meses com a diretoria incompleta, o que tem causado preocupação no setor regulado pelo órgão. O diretor-geral da agência, Rafael Vitale, não convocou até o momento diretores substitutos para ocupar as duas cadeiras que começaram a vagar em agosto do ano passado, iniciativa que, no entendimento de técnicos, contraria a Lei das Agências Reguladoras.

De agosto até o início de fevereiro, a diretoria realizou votações com apenas quatro diretores, das cinco vagas previstas. Vitale então teve à sua disposição o voto de Minerva nos casos de desempate. Esse poder foi decisivo para o diretor-geral fazer prevalecer seu entendimento em um dos casos de maior repercussão julgados pela ANTT recentemente, sobre as regras do mercado de transporte rodoviário de passageiros.

DIFICULDADES. Na avaliação da advogada Ana Frazão, ex-conselheira do Cade e especialista em Direito Público, a composição das agências têm como destinatário final o cidadão, "que é o titular do direito de ter uma regulação adequada, rápida e eficiente". "A partir do momento em que os problemas de composição das agências começam a dificultar ou a criar embaraços para o exercício das suas competências legais, a maior prejudicada é a sociedade brasileira", disse Frazão.

Ela lembrou que, em alguns casos, a falta de pessoal nesses órgãos cria problemas dramáticos, como dificuldades para em votações, o que acarreta a necessidade de utilização de mecanismos excepcionais, como voto de desempate. ●

Pacheco marca sabatinas para o começo de abril

BRASÍLIA

Após sucessivos movimentos para adiar a deliberação, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), convocou a votação de um pacote de sabatinas e votações para a semana entre 4 e 8 de abril, após o prazo para troca de ministros do governo que disputarão as eleições de outubro, que acaba em 2 de abril. Antes de serem nomeados, os ocupantes de diretorias e conselheiros de órgãos reguladores passam por sabatina em comissões do Senado e têm de ser aprovados pelo plenário da Casa.

A avaliação no Congresso é de que a análise das agências dependerá do resultado da reforma ministerial – se o Senado não for atendido, a apreciação de nomes pode ser adiada novamente. No Congresso, parlamentares pressionam pela liberação de verbas federais no período pré-eleitoral. O entendimento é de que, se os ministérios forem ocupados por senadores ou apadrinhados políticos, haveria um "ambiente melhor" para a distribuição dos recursos.

A interlocutores, Pacheco admitiu a possibilidade de algumas indicações ficarem para depois ou serem substituídas pelo Executivo. ●

Judiciário e MP **PEC do quinquênio**

Folga no teto de gastos favorece benefício a juízes e procuradores

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

A tentativa de ressuscitar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no Senado que garante benefício extra na remuneração de juízes e procuradores ganhou força porque o Judiciário, Legislativo, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União têm juntos folga de R$ 3 bilhões no limite de teto de gastos.

O espaço no teto aumentou depois que o Congresso aprovou, no ano passado, revisão na regra que limita o crescimento das despesas à inflação incluída na PEC dos Precatórios para aumentar o limite de gastos este ano e garantir volume maior de emendas parlamentares no Orçamento.

Essa margem para gastos não pode ser utilizada pelo Executivo, que nesta semana anunciou que fará um bloqueio de R$ 1,72 bilhão nas despesas para recompor recursos que faltam em áreas que tiveram despesas cortadas pelos parlamentares na votação do Orçamento deste ano.

Para o pesquisador associado do Insper Marcos Mendes, a PEC é um "tremendo retrocesso" com custo elevado para o Executivo, Estados e municípios. Ele lembrou que o pagamento de quinquênios (5% do valor do salário a cada cinco anos) tinha acabado para os servidores do Executivo em 1999 – e para os do Judiciário e Ministério Público em 2005. "A medida está na contramão da reforma administrativa que tem que ser feita", disse. A reforma administrativa, que prevê reformulação nas regras para contratar, promover e demitir os servidores, está empacada no Congresso desde setembro de 2020. ●

Na contramão do que o serviço público precisa

ANÁLISE

JOÃO VILLAVERDE

Neste exato momento, enquanto o leitor do **Estadão** lê estas linhas, há 12 milhões de homens e mulheres sem emprego. Buscam e não encontram. Além disso, a renda média da população caiu 1,1%, a R$ 2.489 por mês, no trimestre entre novembro de 2021 e janeiro deste ano e os três meses imediatamente anteriores. Um período de elevado desemprego com renda em baixa é o pior momento possível para ter inflação alta. Pois é o que ocorre no Brasil: a inflação está muito alta, beirando 11% ao ano.

Quem anda pelas ruas brasileiras vê com os próprios olhos este quadro de desalento social: famílias morando nas ruas, em praças e viadutos. Sem conseguir arcar com custos de habitação, resta a rua. A insegurança alimentar aumentou.

É neste cenário, que todos estamos vendo e vivendo, que é revelado, pelo **Estadão**, o projeto encampado pelo governo Bolsonaro de gastar ainda mais dinheiro público com juízes e procuradores. Trata-se de uma PEC que recria o "quinquênio" para o Judiciário.

Pense, leitora e leitor: o governo quer escrever na Constituição que integrantes do Judiciário receberão um adicional de 5% do salário a cada cinco anos de função. As projeções de custos, para União e Estados, chegam a R$ 4 bilhões por ano.

Integrantes do Judiciário já estão no topo da cadeia salarial do serviço público. Ademais, há uma série de benefícios, como servidores de apoio, além de outros penduricalhos.

Mais de 94% das despesas primárias do Orçamento federal estão "engessadas", isto é, não podem ser reduzidas livremente.

Desalento social
Sem conseguir arcar com custos de habitação, resta a rua. A insegurança alimentar aumentou

A maior parte vai para aposentadorias e salários. Com a PEC, esses gastos subirão ainda mais. Sobrará menos ainda para todas as outras demandas do País. Essa PEC vai na contramão do que realmente necessitamos quando o assunto é serviço público: uma reforma que permita progressões por méritos e que introduza avaliações contínuas de impacto de políticas públicas.

Do ponto de vista social, o País está à deriva. É justamente quando a renda está apertada, pela terrível combinação de desemprego e inflação, que a sociedade deixa escolas privadas, transporte individual, planos de saúde e outros gastos de consumo particular para então buscar, como substitutos, os serviços públicos. Dado que os recursos são finitos e, pior, "engessados", aumentar gastos com o topo da pirâmide beira o inacreditável. ●

PROFESSOR DA FGV-SP

Laura Karpuska karpuska.estadao@gmail.com

Yara

A diferença salarial entre homens e mulheres não ocorre, em geral, porque mulheres recebem menos pelo mesmo trabalho. Existem alguns fatores que explicam a diferença. Um deles é que mulheres costumam ocupar profissões que são socialmente menos valorizadas e, portanto, com remuneração menor.

Escolhas profissionais também são fruto de nosso ambiente cultural e social. Se as mulheres crescem ouvindo que são ruins em matemática, elas vão se afastar das Ciências Exatas – associadas a profissões mais bem remuneradas. Mulheres também participam menos do mercado de trabalho. Muitas vezes, elas escolhem não seguir uma profissão fora do domicílio.

Mulheres também costumam progredir menos nas suas carreiras. São raras as mulheres em posições de liderança. Um dos fatores que mais explicam essa estancada é a maternidade. O mecanismo por meio do qual a maternidade impacta a carreira das mulheres é opaco.

Mulheres são punidas por se tornarem mães e são levadas a serem menos ambiciosas, se podemos falar assim, para poder lidar com a maternidade na falta de uma rede de apoio. Se a sociedade oferecesse uma melhor rede de apoio a mães, estas mulheres poderiam caminhar em outras direções. Há, portanto, espaço para políticas públicas e privadas que minimizem o custo coletivo da gravidez.

> *O quadro só muda com mulheres ocupando mais espaços de liderança nas profissões*

Durante minha gravidez, ouvi que as mulheres hoje podem tudo e que a gravidez não é mais um empecilho. Acho um discurso perigoso. Fingir que não há custos na maternidade é continuar incapacitando mulheres de exercer seu verdadeiro potencial. Oferta de creches públicas, licença-maternidade, licença-paternidade são apenas algumas das óbvias políticas públicas que podem ajudar a reduzir o custo individual da maternidade e a desigualdade gerada pelo acesso a esses serviços.

Além desses fatores observáveis, há os não observáveis. O acolhimento dos erros masculinos costuma ser maior entre seus pares. Não existe a mesma tolerância com as colegas. Esse quadro só muda com mulheres ocupando mais espaços de liderança nas profissões. Algo que se torna difícil sem um plano de acolhimento à maternidade.

Ficarei algumas semanas sem escrever. Saio de licença-maternidade para ter minha primeira filha e poder cuidar dela. Quando descobri que teríamos uma menina, pensei com otimismo que ela encontraria um mundo ainda melhor do que eu e minha mãe encontramos.

Dedico esta coluna às leitoras mulheres, sejam mães ou não. O peso da maternidade cai sobre todas nós, de uma forma ou de outra. E dedico especialmente à Yara, que me fez mãe. ●

PROFESSORA DO INSPER, PH.D. EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE NOVA YORK EM STONY BROOK

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Tributos Recursos no Carf

STF adia análise de regra pró-contribuinte

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou ontem a conclusão do julgamento que avalia a constitucionalidade do voto de desempate pró-contribuinte no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), última instância para recorrer de autuações da Receita Federal. Após o voto do ministro Alexandre de Moraes, que favorece quem paga imposto, o ministro Nunes Marques pediu vista (mais tempo para análise) e travou o julgamento.

Desde 2020, há uma regra no Carf que favorece os contribuintes. Até então, a lei permitia ao presidente de cada turma do Carf, que é um funcionário da Fazenda Nacional, desempatar o julgamento. Quase sempre a vitória era da União.

Hoje, os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, no entanto, anteciparam seus votos para também beneficiar quem paga imposto, pela constitucionalidade da nova regra. Anteriormente, Luís Roberto Barroso já havia votado para beneficiar o contribuinte.

Gilmar Mendes e Dias Toffoli preferiram aguardar o retorno do julgamento e não anteciparam os votos, mas indicaram que também votariam favoravelmente aos contribuintes.

PLACAR. No momento, está vencendo a tese de que, caso o julgamento administrativo no Carf dê empate, ele deve favorecer, obrigatoriamente, o contribuinte. Barroso também segue esta tese, mas é o único que entende que, neste caso, a União pode recorrer da derrota administrativa ao Poder Judiciário – os demais ministros entenderam que não cabe à Justiça reanalisar o mérito das decisões administrativas.

O ex-ministro Marco Aurélio Mello, relator do processo, já havia votado pela inconstitucionalidade da nova lei quando o julgamento foi iniciado. No entendimento do ex-ministro, a norma que instituiu o desempate favorável às empresas e às pessoas físicas é inconstitucional porque foi inserida como um "jabuti".

Dados do Carf indicam que, em 2021, 1,7% dos casos julgados foi decidido pela referida regra de empate favorável aos contribuintes.

JULGAMENTO. O voto de Alexandre de Moraes abriu o julgamento ontem. Para ele, a Constituição prevê uma série de mecanismos que protegem o contribuinte. Assim, não seria razoável favorecer a União caso o julgamento administrativo empatasse.

> **Poucos casos**
> **Dados do Carf indicam que, em 2021, 1,7% dos casos julgados foi decidido pela regra questionada**

Seu entendimento foi seguido pelo ministro Ricardo Lewandowski, Edson Fachin e Cármen Lúcia. Após a manifestação de advogados, o ministro Nunes Marques travou o julgamento. Para ele, a questão é complexa, demanda mais análise e precisa ser discutida com profundidade.

Para a advogada Nina Pencak, sócia do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados, os ministros demonstraram preocupação em demarcar a constitucionalidade da norma pró-contribuinte. "O resultado do julgamento se encaminha para a improcedência das ações, com a manutenção do critério de desempate pró-contribuinte", disse. ● **GUILHERME PIMENTA / BRASÍLIA**

POLPAR S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 59.789.545/0001-71 - NIRE 35 3 0012252 6

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/; www.polpar.com.br; https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=13447; https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POLPAR S.A.

Aos Senhores
Administradores e Acionistas,

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Polpar S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Considerando que o patrimônio líquido da Polpar S.A. está quase que exclusivamente investido em ações ajustadas a valor de mercado da Suzano Holding S.A. e de sua controlada Suzano S.A., as demonstrações contábeis da Companhia refletem substancialmente esses investimentos. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A. estão detalhadas no seu Relatório da Administração.

Resultados

No exercício de 2021 a Companhia apurou prejuízo de R$ 20 mil em comparação ao prejuízo de R$ 95 mil no exercício anterior. O resultado financeiro líquido, no valor de R$ 135 mil, não foi suficiente para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R$ 155 mil.

Auditoria e controles internos

As avaliações dos auditores externos sobre resultados, práticas contábeis e controles internos são apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Atendendo a Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2021, que não seja de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	–	23
Aplicações financeiras	2.341	2.370
Tributos a recuperar	133	114
Total do ativo circulante	2.474	2.507
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	519	506
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes - nota explicativa 4	72.896	70.994
Total do ativo não circulante	73.415	71.500
Total do ativo	75.889	74.007

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Tributos a pagar	1	–
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.295	21.655
Total do passivo	22.296	21.655
Patrimônio líquido		
Capital social	4.300	3.000
Reservas de lucros	1.697	3.017
Ajuste de avaliação patrimonial	47.596	46.335
Total do patrimônio líquido	53.593	52.352
Total do passivo e do patrimônio líquido	75.889	74.007

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.000	3.112	31.203	–	37.315
Resultado abrangente					
Prejuízo do exercício	–	–	–	(95)	(95)
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	–	–	15.132	–	15.132
Mutações internas do patrimônio líquido					
Compensação do prejuízo com reservas	–	(95)	–	95	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.000	3.017	46.335	–	52.352
Resultado abrangente					
Prejuízo do exercício	–	–	–	(20)	(20)
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	–	–	1.261	–	1.261
Mutações internas do patrimônio líquido					
Capitalização de reservas - nota explicativa 5	1.300	(1.300)	–	–	–
Compensação do prejuízo	–	(20)	–	20	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.300	1.697	47.596	–	53.593

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas (despesas) operacionais		
Dividendos	–	8
Despesas gerais e administrativas	(155)	(153)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(155)	(145)
Resultado financeiro	135	50
Prejuízo do exercício	(20)	(95)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(20)	(95)
Variação do valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente	1.901	22.874
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(640)	(7.742)
Total do resultado abrangente	1.241	15.037

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros consumidos	(155)	(153)
Valor consumido pela Companhia	(155)	(153)
Valor adicionado recebido em transferência		
Dividendos	–	8
Receitas financeiras	156	66
Valor adicionado a distribuir	1	(79)
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	7	5
Remuneração de capitais de terceiros	14	11
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízos retidos	(20)	(95)
	1	(79)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(20)	(95)
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais	(156)	(66)
Variações nos ativos e passivos operacionais	(14)	–
Fluxos de caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	(190)	(161)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Redução de aplicações financeiras	167	291
Fluxos de caixa gerados nas atividades de investimentos	167	291
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	–	(108)
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamentos	–	(108)
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	(23)	22
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	–	23
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	(23)	22

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na B3 S.A. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia é controlada por membros da família Feffer. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente. A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2022. **2.2. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A Companhia adota a prática de refletir na DVA os efeitos dos itens de outros resultados abrangentes, quando e se os mesmos transitarem pelo resultado do exercício. As normas contábeis internacionais (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação. **3. Principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base em políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2020. **3.1. Políticas contábeis adotadas: 3.1.1. Ativos e passivos financeiros: a) Visão geral:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o hedge accounting previsto nos CPC 48. **b) Ativos financeiros:** Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) custo amortizado, (b) ao valor justo por meio do resultado e (c) ao valor justo por meio do resultado abrangente. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo: i) Custo amortizado: Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui basicamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado. ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de Receitas ou Despesas financeiras. iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente: Incluem ativos financeiros patrimoniais (participações societárias). A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. A variação no valor justo dessas participações é reconhecida no resultado abrangente e, por opção irrevogável da Companhia, os valores acumulados são mantidos no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial, e não serão realizados contra o resultado, mesmo na alienação ou perda. **c) Passivos Financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: i) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. ii) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor. **3.1.3. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.1.4. Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.2. Mudanças nas práticas contábeis:** As normas que foram alteradas não tiveram impactos materiais para a Companhia. **4. Títulos e valores mobiliários:** O saldo dessa conta encontra-se representado por ações das empresas Suzano S.A. e Suzano Holding S.A. O valor de mercado desses títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data de cada balanço, como abaixo:

	Quantidade Ações	Tipo	% Participação	31/12/2021 Principal	31/12/2021 Ajuste	31/12/2021 Saldo	31/12/2020 Principal	31/12/2020 Ajuste	31/12/2020 Saldo
Suzano S.A.	643.450	ON	0,05%	675	38.003	38.678	675	36.993	37.668
Suzano Holding S.A.	267.787	PN	0,15%	2.329	31.889	34.218	2.329	30.997	33.326
				3.004	69.892	72.896	3.004	67.990	70.994

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a Companhia optou em mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, de maneira irrevogável, ao valor justo por meio do resultado abrangente. Em 2021, não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos, tampouco mudança na hierarquia da determinação do valor justo, como descrito nas últimas demonstrações anuais. **5. Patrimônio líquido: Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia era de R$ 4.300 (R$ 3.000 em 31 de dezembro de 2020), composto de 34.000 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital. A Assembleia Geral Ordinária Extraordinária de 30 de abril de 2021 aprovou o aumento de capital de R$ 1.300, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte das reservas estatutárias. **Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes. **Dividendos:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias. **6. Eventos subsequentes:** A Companhia recebeu dividendos dos seus títulos, representados por ações das empresas Suzano S.A. e Suzano Holding S.A., no montante de R$477 em 27 de janeiro de 2022 e R$340 em 31 de janeiro de 2022, respectivamente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

David Feffer - Presidente
Claudio Thomaz Lobo Sonder - Vice-Presidente
Geraldo José Carbone - Conselheiro

DIRETORIA

David Feffer - Presidente
Orlando de Souza Dias - Diretor e Diretor de Relações com Investidores
Marcel Paes de Almeida Piccinno - Diretor
Isabel Cotta Fernandino de França Leme - Diretor

CONTADOR

Rinaldo Ciucci
CRC 1SP-147256/O-0

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O RELATÓRIO DE AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre estas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/ e https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=13447 O referido relatório do auditor independente sobre estas demonstrações financeiras foi emitido em 15 de março de 2022, sem modificações.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2022 TIPO: MENOR PREÇO

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, realizará a licitação para COMPRA CENTRAL - FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, em atendimento à demanda de diversos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais. A sessão do pregão iniciará no dia 7/4/2022, às 10 horas, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG, 25/3/2022. Jafer Alves Jabour - Superintendente da Central de Compras Governamentais/SEPLAG.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA

COMUNICADO: RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 65/2022, PROCESSO Nº 2022/00158, PUBLICADO EM 11/03/2022, objeto: REAGENTES LABORATORIAIS. Onde se lê: "DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 14/03/2022"; leia-se: "DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 28/03/2022". Onde se lê: "DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/03/2022"; leia-se: "DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/04/2022".

O Edital alterado está disponível no site: www.bec.sp.gov.br e http://www.hc.famema.br.
Mais informações, fone (14) 3434-2501.

Condomínio Shopping Center Lapa

CNPJ: 53.817.748/0001-48

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os condôminos para a assembleia geral ordinária, que será realizada por videoconferência, através do link: https://us04web.zoom.us/j/78649386630?pwd=2ICdVjpxaHy-YCQuuj0ZpufNUGg5ZK.1 em 1ª convocação, no dia 05 de abril de 2022, às 15 horas. Se não houver maioria absoluta, a assembleia será realizada no dia 12 de abril de 2022, no mesmo link e hora com qualquer número de presentes. A ordem do dia é a seguinte: 1) exame e votação do relatório da síndica administradora e do balanço de 31/12/21; 2) orçamento das despesas ordinárias de condomínio; 3) eleição dos síndicos e administradores; 4) eleição dos membros do Conselho de Administração. (a) Shopping Center Lapa Ltda. - Síndica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 43/2022

Objeto: Registro de preços para aquisição de toalha de papel Data e hora limite para credenciamento no sítio da Caixa até: 11/04/2022 às 08h30 Data e hora limite para recebimento das propostas até: 11/04/2022 às 09h Início da disputa da etapa de lances: 11/04/2022 às 10h30 Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou www.licitacoes.caixa.gov.br. Paulínia, 24 de março de 2022.

Ednilson Cazellato
Prefeito Municipal

11º Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - Congrejufe

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 11º CONGREJUFE

1. O Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE, representante da entidade de classe com sede no SCS Quadra 02 Bloco C, Salas 312 a 318 - Ed. Serra Dourada, Cep: 70.300-902, Brasília – DF, no uso das atribuições que lhe confere o estatuto e conforme deliberação da Diretoria Executiva, convoca entidades sindicais no gozo de seus direitos de filiadas para o 11º Congresso Nacional da Fenajufe – 11º CONGREJUFE a realizar-se no Tauá Resort Alexânia - BR-060, 561, CEP 72.920-000 - Alexânia - GO, nos dias 27, 28, 29, 30 de abril e 1º de maio de 2022, tendo como pauta: Regimento interno do 11º Congrejufe, análise de relatório e recursos (Estatuto Seção VI, Art. 30 e Art. 13, VII); Conjuntura internacional e nacional; Eleição da comissão eleitoral; Pauta de reivindicações, plano de lutas e políticas permanentes; Regimento eleitoral; Prestação de contas (abril de 2019 a março de 2022); Alteração estatutária e organização sindical; Balanço de gestão e atuação da Fenajufe; Eleição e posse da diretoria executiva e do conselho fiscal.

Brasília – DF, 26 de março de 2022.

Fabiano dos Santos – Coordenador Geral
José Aristeia Pereira – Coordenador Geral

Tributos Tentativa de conter preços dos combustíveis

Estados fixam alíquota única de ICMS sobre o diesel a partir de 1º de julho

ANTONIO TEMÓTEO
BRASÍLIA

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) fixou em R$ 1,0060 a alíquota de ICMS para o óleo diesel S10, o mais usado no País. A decisão dos secretários estaduais de Fazenda atende a uma determinação de lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro.

A regra mudou o modelo da cobrança do tributo, que deixa de ser um porcentual sobre o custo final na bomba para ser um valor fixo sobre o litro. A medida vale a partir de 1.º de julho.

No caso do diesel, se um valor fixo não fosse definido em consenso pelos Estados seria adotada a média de preços dos últimos cinco anos. Essa medida, entretanto, resultaria em perda de até 30% na arrecadação aos cofres dos governadores.

MAIS ALTO. O valor de R$ 1,006 é superior ao equivalente em porcentagem cobrado atualmente pela maioria dos Estados. Para evitar aumentos generalizados, os governadores decidiram criar um incentivo fiscal, uma espécie de desconto, que fará com que o aumento não recaia sobre o consumidor final. A decisão do Confaz contém em anexo um subsídio de ajuste de equalização, que garantirá descontos no valor fixo para manter o mesmo nível de arrecadação, a partir do parâmetro do congelamento de novembro.

Além da fixação para o diesel, o Confaz prorrogou por 90 dias, até 30 de junho, o congelamento do ICMS da gasolina, do etanol e do gás de cozinha. Segundo o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Décio Padilha, durante esse prazo os Estados devem estudar os valores que serão fixados para os três combustíveis.

Padilha, secretário de Fazenda de Pernambuco, criticou a lei. Segundo ele, além de provocar uma perda de arrecadação que deve chegar a R$ 30 bilhões, a norma viola a Constituição. Os Estados estudam recorrer ao Judiciário para declarar a norma inconstitucional.

"A resistência dos Estados ao novo modelo é que o impacto na arrecadação é avassalador. A queda da arrecadação é avassaladora. O impacto financeiro é muito grande. Para ninguém ter perda e ninguém ter ganho, a gente colocou o valor na maior alíquota e permitiu fazer a equalização tributária", disse.

VALIDADE. A alíquota unificada sobre o diesel valerá a partir de 1.º de julho para que os Estados possam ajustar o sistema que administra a distribuição de arrecadação, assim como o programa da nota fiscal eletrônica para o novo modelo de tributação do diesel.

Além de criticar as novas regras, Padilha declarou que os Estados têm sofrido sistematicamente com perda de arrecadação diante de decisões do Judiciário, do Congresso e do governo. Ele citou decisões recentes da Justiça que mudaram as alíquotas cobradas do setor de energia e de telecomunicações, além da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). ●

Para evitar aumento, governos dão 'desconto'

Embora os Estados tenham definido o valor fixo de R$ 1,006 por litro de óleo diesel S10 (o mais usado no País) para atender à lei, na prática cada governador poderá cobrar um valor menor ao dar um "desconto" sobre o valor referência. Essa foi a solução (*ver quadro*) que os secretários estaduais de Fazenda deram para evitar que os Estados e o Distrito Federal tivessem de subir a alíquota de ICMS em vez de reduzi-la como antecipou o **Estadão**.

O valor estabelecido ontem pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) é maior do que o equivalente ao cobrado hoje pela maior parte dos Estados. Somente o Acre não aplicará um "desconto".

Na prática, o desconto fará com que a arrecadação com a cobrança de ICMS sobre o diesel permaneça a mesma de novembro de 2021, quando os Estados congelaram o valor do tributo sobre os combustíveis pela primeira vez.

A alíquota única entra em vigor em 1.º de julho. Até lá, o valor do ICMS sobre o diesel segue tendo como referência os preços de novembro. ●

Valor por Estado

● **Norte**
AC (R$ 1,0060), AM (R$ 0,9157), AP (R$ 0,8679), PA (R$ 0,8602), RO (R$ 0,8864), RR (R$ 0,8864) e TO (R$ 0,6480)

● **Nordeste**
AL (R$ 0,8868), BA (R$ 0,9830), CE (R$ 0,9267), MA (R$ 0,8581), PB (R$ 0,9034), PE (R$ 0,7530), PI (R$ 0,8784), RN (R$ 0,9238) e SE (R$ 0,9115)

● **Centro-Oeste**
DF (R$ 0,7297), GO (R$ 0,8086), MS (R$ 0,5091) e MT (R$ 0,8625)

● **Sudeste**
ES (R$ 0,5563), MG (R$ 0,7158), RJ (R$ 0,5951) e SP (R$ 0,6618)

● **Sul**
PR (R$ 0,5304), RS (R$ 0,5815) e SC (R$ 0,5544)

Anauger Participações S.A.

CNPJ/MF nº 09.020.689/0001-90

Balanços Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em Reais)*

Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	2.932.137	1.146.026	Impostos e contribuições a recolher	10.956	8.356
Adiantamento à acionistas	730.827	–	Imposto de renda e CSLL a recolher	98.339	70.416
Mútuo A. Pastori Participações S.A.	159.229	159.229	Outras contas a pagar	–	117.341
	3.822.193	**1.305.255**	Dividendos a pagar	783.050	178.592
				892.345	**374.705**
Não circulante			**Patrimônio líquido**		
Adiantamento a acionistas	1.200.000	1.200.000	Capital social	3.245.358	3.245.358
Imobilizado	2.675.179	2.861.104	Reserva legal	649.072	649.072
	3.875.179	**4.061.104**	Dividendos complementares propostos	2.910.597	1.097.224
				6.805.027	**4.991.654**
Total do ativo	**7.697.372**	**5.366.359**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**7.697.372**	**5.366.359**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em Reais)*

	Capital Social	Reserva legal	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total
Saldo incial (01.01.2020)	**3.245.358**	**649.072**	**561.449**	–	**4.455.879**
Resultado do exercício	–	–	–	714.367	714.367
Dividendos					
Mínimos obrigatórios				(178.592)	(178.592)
Complementares propostos	–	–	535.775	(535.775)	–
Saldo Final (31.12.2020)	**3.245.358**	**649.072**	**1.097.224**	–	**4.991.654**
Resultado do exercício	–	–	–	2.417.831	2.417.831
Dividendos					
Mínimos obrigatórios				(604.458)	(604.458)
Complementares propostos	–	–	1.813.373	(1.813.373)	–
Saldo Final (31.12.2021)	**3.245.358**	**649.072**	**2.910.597**	–	**6.805.027**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em Reais)*

	2021	2020
Receita operacional	2.921.527	2.447.958
Lucro bruto	**2.921.527**	**2.447.958**
Despesas operacionais		
Administrativas e gerais	(210.088)	(1.458.031)
Outras despesas líquidas	(33.036)	(31.246)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**2.678.403**	**958.681**
Receitas financeiras	71.411	21.593
Despesas financeiras	(1.800)	(5.868)
Resultado financeiro líquido	69.611	15.725
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**2.748.014**	**974.406**
Imposto de renda e contribuição social	(330.183)	(260.039)
Lucro líquido do exercício	**2.417.831**	**714.367**
Ações ordinárias	3.245.358	3.245.358
Lucro líquido por ação	**0,75**	**0,22**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em Reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.417.831	714.367
Resultado abrangente do exercício	**2.417.831**	**714.367**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em Reais)*

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**2.417.831**	**714.367**
Ajustes para reconciliação do lucro líquido:		
Depreciação	185.925	185.924
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	330.183	260.039
Variação nos ativos e passivos circulantes e não circulantes		
Adiantamento à acionistas	(730.827)	–
Mutuo – A.Pastori Participações S.A.	–	(159.229)
Aumento em impostos a recolher	2.600	942
(Aumento)/Redução em outras contas a pagar	(117.341)	16.307
Impostos de renda e contribuição social pagos	(302.260)	(249.913)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	**1.786.111**	**768.437**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos		
Do resultado	–	(187.149)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamentos	–	**(187.149)**
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.786.111**	**581.288**
No Início do Exercício	1.146.026	564.738
No Final do Exercício	2.932.137	1.146.026
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**1.786.111**	**581.288**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Anauger Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima constituída no Brasil com sua sede registrada e situada à Rua Prefeito José Carlos, 2555, Santa Julia, na cidade de Itupeva-SP. A Sociedade tem como objetivo social o aluguel de imóveis próprios. **2. Base de preparação – Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (Pronunciamentos Técnico CPC PME emitido pelo Comitê de Pronunicamentmos Contábeis). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Empresa em 27 de janeiro de 2022. Após sua emissão, somente os acionistas tem o direito de editar as informações. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e de apresentação** – Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais. A moeda funcional da Empresa é o Real (R$) e todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o Real mais próximo. **4. Uso de estimativas e julgamentos** – A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC PME exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receita e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma continua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **5. Base de mensuração** – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **6. Principais políticas contábeis** – A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando indicado em contrário. **a. Instrumentos financeiros:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos com os quais a Companhia opera possuem as seguintes características: ***(i) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis):*** A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retirada pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: empréstimos e recebíveis. ***Recebíveis:*** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, adiantamentos a acionistas e mútuo. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldo de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. ***Adiantamento a acionistas (circulante):*** Refere-se ao pagamento de despesas com seguro de vida e assistência médica dos acionistas e familiares. ***Mútuo:*** Refere-se ao contrato de mútuo com a acionista A. Pastori Participações S/A. ***Adiantamento a acionistas (não-circulante):*** Refere-se à antecipação à título de adiantamento conforme item c.4 da Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de setembro de 2019. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: dividendos a pagar e outras contas a pagar. **b. Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos em outras receitas ou despesas operacionais no resultado. ***Gastos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício. Terrenos não são depreciados. O tempo de depreciação dos bens para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Tempo em anos
Edifícios e Construções	25

c. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre um percentual da receita bruta excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social. ***Imposto corrente:*** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre um percentual da receita bruta, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data da elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **e. Capital social:** O capital social é composto por ações ordinárias nominativas que estão totalmente integralizadas pelos acionistas. **f. Reconhecimento da receita:** ***Receita de Aluguel:*** A receita operacional de aluguel no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as receitas são reconhecidas. **g. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, principalmente rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras compreendem, principalmente a despesas bancárias.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Conta corrente	1.045.572	306.432
Aplicações financeiras	1.886.565	839.594
	2.932.187	**1.146.026**

As aplicações financeiras, classificadas como caixa e equivalentes de caixa correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média, a 150% e 93% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) para 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

8. Imobilizado – a. Composição do ativo imobilizado

	2020 Líquido	2021 Custo	2021 Depreciação acumulada	2021 Líquido
Terrenos	289.856	289.856	–	289.856
Edifícios e Construções	2.571.248	4.648.107	(2.262.784)	2.385.323
	2.861.104	**4.937.963**	**(2.262.784)**	**2.675.179**

b. Movimentação da depreciação acumulada

	2020 Saldo final	Movimentação Adições	Movimentação Baixas	2021 Saldo final
Edifícios e Construções	(2.076.859)	(185.925)	–	(2.262.784)
	(2.076.859)	**(185.925)**	–	**(2.262.784)**

A Companhia não possui ativos imobilizados com garantia em suas transações de financiamentos e empréstimos e na defesa de processos judiciais.

9. Tributos a recolher

	2021	2020
Circulante		
PIS a recolher	1.951	1.488
COFINS a recolher	9.005	6.868
	10.956	**8.356**

10. Transações com partes relacionadas – a. Composição dos saldos de ativos e passivos com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como, as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas a seguir:

	2021	2020
Ativo Circulante		
Adiantamento a acionistas	730.827	–
Mútuo – A. Pastori Participações S.A.	159.229	159.229
	890.056	**159.229**
Ativo não circulante		
Adiantamento a acionistas	**1.200.000**	**1.200.000**
Passivo circulante		
Dividendos a pagar	**783.050**	**178.592**

b. Composição dos saldos de resultado com partes relacionadas: As operações com partes relacionadas que afetaram o resultado referem-se à recebimentos de aluguel, sendo R$ 2.921.527 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$ 2.447.958 em 31 de dezembo de 2020). **11. Patrimônio Líquido – a. Capital social:** O capital social no montante de R$ 3.245.358, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, totalmente integralizado, está dividido em 3.245.358 ações ordinárias nominativas, com direito a voto, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, estando assim distribuído:

	Quantidade de ações ordinárias
A. Pastori Participações S.A.	1.622.671
Geronimo Pastore	811.340
Osni Pastore	202.835
Nilza Fernandina Pastore Sandri	202.835
Marlene Maria Pastore Gimenez	202.835
Débora Amanda Pastore	101.417
Xênia Kelly Pastore	101.417
Jeferson Domingos Pastori	2
Aurélio Antôio Pastori	2
Rafael Cristiano Bonet Pastori	2
Débora Cristina Bonet Pastori	2
	3.245.358

b. Reservas de lucros: ***(i) Reserva legal:*** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não reconheceu como reserva legal o montante de 5% do lucro líquido apurado no exercício, porque atingiu o limite de 20% do capital social, conforme determina o art. 193 da Lei 6.404/76. **c. Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.417.831	714.367
(x) Percentual definido em estatuto	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	**604.458**	**178.592**

A movimentação dos dividendos a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	1.275.816	748.598
(+) Complemento de dividendos a pagar não aprovados em assembléias	1.813.373	535.775
(+) Dividendo mínimo obrigatório	604.458	178.592
(-) Pagamentos	–	(187.149)
(=) Saldo final do exercício	**3.693.647**	**1.275.816**

Durante o exercício de 2021, a Companhia não realizou pagamento de dividendos. Do dividendo total a distribuir, poderá ser retido: Do acionista A. Pastori Participações S.A. o montante de R$ 150.000,00 acrescido de juros no montante de R$ 9.229 perfazendo um total de R$ 159.229 conforme Instrumento Particular de Mútuo firmado em 10 de junho de 2020, e Dos acionistas, o montante de R$ 1.200.000, conforme item c.4 da Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de setembro de 2019. Do dividendo total a distribuir, deverá ser retido dos acionistas parcela correspondente ao adiantamento a acionista para pagamento de convênio médico e seguro de vida dos acionistas e familiares nos montantes de:

	Pastore	Pastori	Total
Assistência Médica	75.046	652.171	727.217
Seguro de Vida	1.378	2.232	3.610
Totais	**76.424**	**654.403**	**730.827**

12. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita de aluguel	3.032.202	2.540.694
(-) Pis sobre receita de aluguel	(19.709)	(16.515)
(-) COFINS sobre receita de aluguel	(90.966)	(76.221)
Receita operacional líquida	**2.921.527**	**2.447.958**

13. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	71.411	12.364
Juros recebidos – Mútuo – A. Pastori Participações S.A.	–	9.229
	71.411	21.593
Despesas financeiras		
Despesas Bancárias	(1.800)	(5.868)
Resultado financeiro líquido	**69.611**	**15.725**

14. Imposto de renda e contribuição social – *(ii) Imposto de renda e contribuição social correntes:* O imposto de renda e a contribuição social trimestral calculados por estimativa com base na receita bruta, estão demonstrados a seguir:

2021	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Total
IRPJ	50.463	51.075	59.318	75.572	236.428
CSLL	20.327	20.547	23.515	29.366	93.755
	70.790	**71.622**	**82.833**	**104.938**	**330.183**

2020	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Total
IRPJ	43.321	43.738	46.940	50.854	184.853
CSLL	17.755	17.906	19.058	20.467	75.186
	61.076	**61.644**	**65.998**	**71.321**	**260.039**

15. Instrumentos financeiros – A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Classificação dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros não derivativos são empréstimos e recebíveis e passivos financeiros não derivativos, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo classificados como:

	2021	2020
Ativo Circulante		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 07)	2.932.137	1.146.026
Adiantamento a acionistas (nota nº 11)	730.827	–
Mútuo – A. Pastori Participações S.A. (nota nº 11)	159.229	159.229
Ativo não circulante		
Adiantamento a acionistas (nota nº 10 a)	1.200.000	1.200.000
Passivos financeiros não derivativos		
Dividendos a pagar (nota nº 11 c)	783.050	178.592
Outras contas a pagar	–	117.341

16. Eventos subsequentes – Até a data da publicação, não ocorreram eventos que possam por em risco a integridade destas demonstrações.

Diretoria

Geronimo Pastore CPF: 103.575.308-10 – Diretor Presidente
Jeferson Domingos Pastori CPF: 033.589.978-12 – Diretor Superintendente
Elias Lopes de Oliveira CPF: 163.156.518-44 – Contador CRC: 1SP 254.351/O-1

ESTADÃO VENTURES S.A.

CNPJ nº 31.561.674/0001-99 - NIRE 35300521617

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da ESTADÃO VENTURES S.A., na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 55, 6º andar, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 25 de março de 2022. Francisco Mesquita Neto - Diretor Presidente.

APP MEDIA S.A.

CNPJ nº 11.907.196/0001-19 - NIRE 35300479530

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da APP MEDIA S.A., na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Rua Carlos Rath, 29, sala 5, Bairro Alto de Pinheiros, CEP 05462-030, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 25 de março de 2022. Armando Prudêncio Garcia de Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

2023 (IV): Emendas parlamentares

ARTIGO

Fabio Giambiagi
Economista

Este é o quarto artigo com propostas para 2023. Hoje iremos tratar de uma das questões mais importantes com as quais se defrontará o presidente a ser eleito. A ideia de "farinha pouco, meu pirão primeiro" para os parlamentares acabou incrustada na Constituição, no artigo 166, que pelas emendas 86 e 100 passou a incorporar os incisos IX e XII, que dizem que "as emendas individuais (...) serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo", e que "a garantia de execução de que trata o inciso XI aplica-se também às programações incluídas por todas as emendas de bancada no montante de até 1% da receita corrente líquida" (o inciso XI refere-se à execução dos recursos).

Há três problemas: i) alocar uma quantidade cada vez maior de recursos para as emendas parlamentares é algo que causa uma péssima impressão diante da opinião pública; ii) o aumento das emendas se deu simultaneamente a uma redução dos recursos para atividades fundamentais para a população; e iii) a circunstância de que uma parcela relevante das emendas compõe o que a imprensa denominou "orçamento secreto" é um escândalo.

Tratar da questão é essencial para a qualidade da democracia e deve envolver quatro componentes: i) o volume de recursos objeto dessas emendas precisa ser menor; ii) o comando constitucional precisa mudar para que eles se tornem uma proporção das despesas discricionárias e não da receita, de modo a alinhar incentivos entre o Executivo e o Parlamento para limitar o gasto obrigatório; iii) as emendas que transferem recursos sem conexão com qualquer projeto federal relevante deveriam ser proibidas; e, por último, iv) é preciso acabar com os dispositivos embutidos na legislação e que, na prática, desobrigam a execução de parte dessas emendas de qualquer tipo de controle.

Todos assistimos, anos atrás, às manifestações contra figuras envolvidas em casos de corrupção, quando os acusados eram xingados em restaurantes ou constrangidos na frente de suas residências. É preciso estarmos atentos. Tais

Se o tema deste artigo não for equacionado, poderemos assistir à 'Lava Jato II – O Retorno'

aberrações que passam por cima da Justiça ocorrem quando o cidadão comum se vê indefeso. Se o tema do qual este artigo trata não for equacionado, daqui a alguns anos poderemos ver parlamentares sem poder sair à rua e assistiremos à "Lava Jato II – O Retorno" (agradeço a M. Mendes a interlocução sobre o assunto do artigo, desvinculando-o de qualquer interpretação eventualmente equivocada da minha parte).●

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 15/2022 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente **EDITAL:** 15/2022 **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico **OBJETO:** aquisição de materiais hospitalares, proteção e segurança, farmacológicos e laboratoriais **ENCERRAMENTO:** às 08:30h do dia 07/03/2022 **ABERTURA:** às 09:00h do dia 07/03/2022 **INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro **TELEFONES:** (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452 SITIO ELETRÔNICO DO MUNICIPIO www.presidenteprudente.sp.gov.br
Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 24 de março de 2022 - Walner Silvestre – Licitador Depto Compras

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
REITORIA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO
Encontra-se aberto na **REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" - UNESP, o Pregão Eletrônico nº 08/2022-RUNESP, PROCESSO 207/2022-RUNESP, OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DA PLATAFORMA MICROSOFT OFFICE 365 NA MODALIDADE SOFTWARE COMO SERVIÇO**. A realização da sessão pública "on line" será no dia **06/04/2022, às 09:30 horas**, junto aos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br, OC nº **102301100612022OC00012**. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para um dos citados endereços eletrônicos, durante o período compreendido entre o dia 25/03/2022 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais da Reitoria da Unesp, sita à Rua Quirino de Andrade, nº 215 - 2º Andar - Centro, São Paulo/SP, CEP: 01.049-010. O Edital na íntegra encontra-se nos endereços eletrônicos: www.bec.sp.gov.br, www.e-negociospublicos.com.br, e https://ape.unesp.br/licitacao/

SICOOB COCRED
COOPERATIVA DE CRÉDITO
SICOOBCOCRED Cooperativa de Crédito

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Ademir José Carota, portador do CPF nº 303.381.738-62, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na Sicoob Cocred Cooperativa de crédito, CNPJ nº 71.328.769/0001-81.
ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.
Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet)
Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB
Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo
BANCO CENTRAL DO BRASIL
Gerência Técnica de Organização do Sistema Financeiro em Belo Horizonte (Deorf/GTBHO):
Telefone: (31) 3253-7448
E-mail: gtbho.deorf@bcb.gov.br;
Sertãozinho – SP, 25 de março de 2022.

Westwing Comércio Varejista S.A.
CNPJ nº 14.776.142/0001-50 - NIRE 35.3.0056296-8
Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022
Convocamos os senhores acionistas da **Westwing Comércio Varejista S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508); Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Vila Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.3.0056296-8 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia **("CNPJ/ME")** sob o nº 14.776.142/0001-50, registrada na Comissão de Valores Mobiliários **("CVM")** como companhia aberta categoria "A" sob o código 2551-8 **("Companhia")**, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada **("Lei das Sociedades por Ações")** e dos artigos 3º e 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada **("Instrução CVM 481")**, a se reunirem, **de modo exclusivamente a distância e digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2022, às 15:00 **("AGOE")**, a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) definir o número de membros do Conselho de Administração; e (iv) eleger membros do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) ratificar a remuneração anual dos administradores realizada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (iii) alterar e consolidar o Estatuto Social, contemplando o ajuste (a) do artigo 5º do estatuto social da Companhia, para refletir o novo valor do capital social; (b) do artigo 9º, parágrafo 1º, para refletir o prazo legal para convocação da assembleia geral da Companhia, conforme artigo 124, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações; (c) do artigo 12, parágrafo 5º, para refletir o prazo de gestão disposto no artigo 150, §4º da Lei das Sociedade por Ações; (d) a exclusão das disposições transitórias contidas no artigo 39; e (e) ajustes formais de menor ordem. **Instruções e Informações Gerais: Diante da atual situação decorrente da pandemia da COVID-19 e das restrições impostas ou recomendadas pelas autoridades com relação a viagens, deslocamentos e reuniões de pessoas, a Companhia esclarece que a AGOE será realizada exclusivamente a distância e digitalmente, conforme as instruções apresentadas a seguir e, também, na Proposta da Administração da Companhia.** A Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a plataforma Zoom Meetings, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na Proposta da Administração que poderá ser acessada por meio da página eletrônica da Companhia (ri.westwing.com.br).** Para participarem, os acionistas deverão enviar solicitação por e-mail à Companhia para o endereço ri@westwing.com.br, até às 15:00 do dia 25 de abril de 2022, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme acima especificada) para permitir a participação do acionista na AGOE, conforme detalhado na Proposta da Administração da Companhia divulgada em 25 de março de 2022. **Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido (ou seja, até às 15:00 do dia 25 de abril de 2022) não poderão participar digitalmente da AGOE, nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da Instrução da CVM 481.** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação a distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). **O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.** O acionista que optar por exercer seu direito de voto por meio do Boletim de Voto poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iii) preencher o Boletim de Voto disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração. Para mais informações, observar as regras previstas na Instrução CVM 481, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e nos websites da Companhia (ri.westwing.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 481. São Paulo, 25 de março de 2022. **Marcello Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues** - Presidente do Conselho de Administração.

DECLARAÇÃO À PRAÇA E BANCOS
Eu, **CLAUDIA REGINA STRICAGNOLO STUKSA**, CPF: **106.630.178-66**, declaro a praça e às instituições financeiras e comercial em geral que esta sendo usado meus documentos de identificação pessoal desde 15/dezembro/2021 indevidamente para compras e/ou empréstimos financeiros sem o meu conhecimento e aprovação. São Paulo 23 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 698/2022.
Pregão Eletrônico nº 23/2022.
Objeto: Contratação de empresa especializada para provimento de sistema informatizado de saúde destinado à rede ambulatorial do município de Ourinhos-SP, abrangendo o fornecimento de licença de uso, instalação, implantação, manutenção, treinamento e a locação de equipamentos para automação do referido sistema.
Data limite para recebimento das propostas e documentos de habilitação: 11/04/2022 até às 08:59:59 horas.
Abertura, avaliação das propostas e documentos de habilitação e início da sessão pública de disputa de preços: 11/04/2022 – 09:00:00 horas.
Sítio eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br
O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Ourinhos (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, bem como no endereço eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnetlicitacoes.com.br), sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser registrados e obtidos diretamente na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias.
Ourinhos, 24 de março de 2022.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS
Nº 34/2022
TIPO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará a licitação para o registro de preços para a eventual contratação do serviço de gerenciamento de abastecimento de veiculos e equipamentos, por meio de sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão ou tag (RFID) e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, e de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas no edital e seus anexos. A sessão do pregão iniciará no dia 7/4/2022, às 10 horas, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG, 25/3/2022. Jafer Alves Jabour – Superintendente da Central de Compras Governamentais/SEPLAG.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Indicadores Preços em alta

BC admite que inflação deve ficar fora da meta pelo 2º ano consecutivo

EDUARDO RODRIGUES
CÉLIA FROUFE
BRASÍLIA

O Banco Central (BC) admitiu ontem que não deve cumprir a meta de inflação em 2022. No seu cenário de referência, a probabilidade de a inflação deste ano ficar acima do teto da meta, de 5%, está em 97% ante 41% do documento de três meses atrás. Se a projeção se confirmar, será o segundo ano consecutivo que o BC não cumpre a meta estipulada pelo governo.

Em sua justificativa ao ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre não ter cumprido a meta no ano passado, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, argumentou que a inflação é um fenômeno global. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2021 em 10,06%, a maior inflação em seis anos.

Segundo o Relatório Trimestral de Inflação (RTI), o cenário de referência indica um IPCA (índice oficial de inflação) de 7,10% para este ano e 3,40% no próximo. A estimativa para 2022 se encontra muito acima da margem de tolerância da meta de 3,50% (com teto de 5%). Para 2023, a meta é de 3,25%, com margem de 1,5 ponto (taxa de 1,75% a 4,75%). Já para 2024, o objetivo é de 3%, com tolerância de 1,5% a 4,5%. A meta para 2025 ainda não foi definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O cálculo de probabilidade de furo da meta divulgado ontem tem como base a Selic (taxa básica de juros) variando conforme o Relatório de Mercado Focus e o câmbio atualizado com base na Paridade do Poder de Compra (PPC).

GUERRA NA UCRÂNIA. Dada a disparada dos preços do petróleo no mercado internacional por causa da invasão da Ucrânia pela Rússia, a autoridade monetária divulgou também um cenário alternativo para algumas de suas projeções, que leva em conta a trajetória de queda do preço da commodity ao longo de 2022. Não informou, no entanto, até onde essa redução pode chegar. Neste caso, a probabilidade de a inflação deste ano ficar acima do teto da meta também é elevada, de 88%. ●

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/; http://www.suzanoholding.com.br/investidores/; https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=9067; https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA SUZANO HOLDING S.A.

Aos Senhores

Administradores e Acionistas,

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Suzano Holding S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Considerando que o patrimônio líquido da Suzano Holding S.A. está quase que exclusivamente investido na controlada Suzano S.A., suas demonstrações contábeis refletem substancialmente essa participação. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A. estão detalhadas no Relatório da Administração dessa controlada.

Resultados

O lucro da Suzano Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 2.349.415 mil, em comparação ao prejuízo de R$ 2.938.863 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o lucro do exercício, e para o prejuízo do exercício anterior, foi o resultado da equivalência patrimonial apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano S.A.

(em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Equivalência patrimonial	2.356.872	(2.917.824)
Despesas operacionais, líquidas	(8.253)	(7.251)
Resultado financeiro líquido	691	1.788
Imposto de renda e contribuição social	105	(15.576)
Lucro (prejuízo) do exercício	2.349.415	(2.938.863)

(em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Abertura da equivalência patrimonial por controlada		
Suzano S.A.	2.351.701	(2.920.818)
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	5.171	2.994
	2.356.872	(2.917.824)

Auditoria e controles internos

Os auditores externos apresentam suas avaliações sobre resultados, práticas contábeis e controles internos diretamente aos membros do Conselho de Administração.

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2021, que não seja de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	13.598.149	6.884.478	5.482	46.248
Aplicações financeiras	7.508.275	2.212.079		
Contas a receber de clientes	6.532.715	2.915.483		
Estoques	4.639.085	4.011.764		
Dividendos a receber	6.604	7.633	250.068	816
Tributos a recuperar	361.020	407.132	272	252
Outros ativos	1.467.941	1.572.251	196	181
Total do ativo circulante	34.113.789	18.010.820	256.018	47.497
Não Circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.731.608	8.678.577	1.668	1.564
Outros ativos	4.416.603	3.390.400	34.048	216
Ativos biológicos	12.248.732	11.161.210		
Investimentos	524.072	359.082	4.121.460	1.980.094
Imobilizado	38.170.239	39.157.446	528	554
Direito de uso	4.795.064	4.345.555	1.041	1.477
Intangível	16.034.339	16.759.528		
Total do ativo não circulante	84.920.657	83.851.798	4.158.745	1.983.905
Total do ativo	119.034.446	101.862.618	4.414.763	2.031.402

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	3.288.897	2.361.098		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.655.537	2.043.386		
Instrumentos financeiros derivativos	1.563.459	1.991.118		
Tributos a recolher	339.798	170.741	207	229
Salários e encargos sociais	594.722	497.384	4.117	4.579
Dividendos a pagar	914.249	6.239	243.954	
Outros passivos	1.195.313	1.108.800	818	763
Total do passivo circulante	11.551.975	8.178.766	249.096	5.571
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	75.973.092	70.856.496		
Contas a pagar de arrendamento	5.270.498	4.572.772	586	1.189
Instrumentos financeiros derivativos	6.331.069	6.126.282		
Provisão para passivos judiciais	3.232.612	3.255.955		
Outros passivos	1.444.408	1.481.924	2.065	1.276
Total do passivo não circulante	92.251.679	86.293.429	2.651	2.465
Total do passivo	103.803.654	94.472.195	251.747	8.036
Patrimônio líquido				
Capital social	1.975.670	1.975.670	1.975.670	1.975.670
Reservas de capital	416.595	1.916.595	416.595	1.916.595
Reservas de lucro	1.063.593		1.063.593	
Ajuste de avaliação patrimonial	707.158	720.195	707.158	720.195
Resultados acumulados		(2.589.094)		(2.589.094)
Participações de acionistas não controladores	11.067.776	5.367.057		
Total do patrimônio líquido	15.230.792	7.390.423	4.163.016	2.023.366
Total do passivo e do patrimônio líquido	119.034.446	101.862.618	4.414.763	2.031.402

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita líquida	40.972.610	30.465.380		
Custo dos produtos vendidos	(20.617.334)	(18.968.203)		
Lucro bruto	20.355.276	11.497.177		
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas	(2.291.722)	(2.174.652)		
Gerais e administrativas	(1.585.153)	(1.449.314)	(8.307)	(7.255)
Resultado da equivalência patrimonial	51.912	36.142	2.356.872	(2.917.824)
Outras, líquidas	1.648.097	531.156	54	4
Resultado operacional antes do resultado financeiro	18.178.410	8.440.509	2.348.619	(2.925.075)
Resultado financeiro	(9.346.511)	(26.083.581)	691	1.788
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	8.831.899	(17.643.072)	2.349.310	(2.923.287)
Imposto de renda e contribuição social	(197.316)	6.911.328	105	(15.576)
Resultado líquido do exercício	8.634.583	(10.731.744)	2.349.415	(2.938.863)
Atribuível à acionistas				
Não controladores	6.285.168	(7.792.881)		
Controladores	2.349.415	(2.938.863)	2.349.415	(2.938.863)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado líquido do exercício	8.634.583	(10.731.744)	2.349.415	(2.938.863)
Outros resultados abrangentes				
Itens sem efeitos subsequentes no resultado	80.297	(17.886)	21.879	(4.874)
Itens com efeitos subsequentes no resultado	45.181	(2.857)	12.310	(779)
	8.760.061	(10.752.487)	2.383.604	(2.944.516)
Atribuível a acionistas				
Não controladores	6.376.457	(7.807.971)		
Controladores	2.383.604	(2.944.516)		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial – Outros resultados abrangentes	Resultado do exercício	Total Patrimônio Líquido	Acionistas Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.975.670	1.916.595	330.992	749.595		4.972.852	13.191.172	18.164.024
Resultado abrangente total								
Prejuízo do exercício					(2.938.863)	(2.938.863)	(7.792.881)	(10.731.744)
Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada				(5.653)		(5.653)	(15.090)	(20.743)
Transações de capital com os sócios								
Opções de ações outorgadas reconhecidas por controlada							3.371	3.371
Realização de mais valia atribuída a não controladores							(19.676)	(19.676)
Reversão de dividendos prescritos							95	95
Dividendos Pagos			(4.970)			(4.970)	(9)	(4.979)
Aumento de capital em controlada							75	75
Mutações internas do patrimônio líquido								
Realização do ajuste de avaliação patrimonial de controlada				(23.747)	23.747			
Compensação do prejuízo do exercício com reservas			(326.022)		326.022			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.975.670	1.916.595		720.195	(2.589.094)	2.023.366	5.367.057	7.390.423
Resultado abrangente total								
Lucro do exercício					2.349.415	2.349.415	6.285.168	8.634.583
Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada				34.189		34.189	91.289	125.478
Transações de capital com os sócios								
Opções de ações outorgadas reconhecidas por controlada							3.523	3.523
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio							(15.039)	(15.039)
Dividendos propostos					(243.954)	(243.954)	(664.333)	(908.287)
Aumento de capital em controlada							75	75
Reversão de dividendos prescritos							36	36
Mutações internas do patrimônio líquido								
Absorção de prejuízos com reservas		(1.500.000)			1.500.000			
Realização do ajuste de avaliação patrimonial de controlada				(47.226)	47.226			
Distribuição do lucro			1.063.593		(1.063.593)			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.975.670	416.595	1.063.593	707.158		4.163.016	11.067.776	15.230.792

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	17.632.683	13.117.638	(6.432)	(7.492)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(10.395.092)	(739.066)	(33.440)	(524)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(1.574.728)	(9.790.834)	(894)	(5.770)
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	1.050.808	982.850		
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	6.713.671	3.570.588	(40.766)	(13.786)
No início do exercício	6.884.478	3.313.890	46.248	60.034
No final do exercício	13.598.149	6.884.478	5.482	46.248
Acréscimo (decréscimo) líquido caixa e equivalentes de caixa	6.713.671	3.570.588	(40.766)	(13.786)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
1 Receitas	46.484.979	33.832.401	59	
2 Insumos adquiridos de terceiros	(17.967.485)	(15.698.735)	(1.327)	(1.218)
3 Valor adicionado bruto (1-2)	28.517.494	18.133.666	(1.268)	(1.218)
4 Depreciação, exaustão e amortização	(7.038.769)	(6.716.905)	(671)	(537)
5 Valor adicionado líquido (3-4)	21.478.725	11.416.761	(1.939)	(1.755)
6 Valor adicionado recebido em transferência	7.383.692	11.663.042	2.357.918	(2.931.175)
7 Valor adicionado para distribuição	28.862.417	23.079.803	2.355.979	(2.932.930)
Pessoal	2.790.353	2.434.040	5.236	4.662
Impostos, taxas e contribuições	779.348	598.564	990	843
Remuneração dos capitais de terceiros	16.658.133	30.778.943	338	428
Remuneração dos capitais próprios	8.634.583	(10.731.744)	2.349.415	(2.938.863)
8 Distribuição do valor adicionado	28.862.417	23.079.803	2.355.979	(2.932.930)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding" ou "Companhia") é uma holding controladora da Suzano S.A., designada a seguir como "Suzano" que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto, papel (papel revestido, papel cartão, papel não revestido e cut size), bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - tissue), para atendimento ao mercado interno e externo, além da exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, a operação de terminais portuários, participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica. A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. ("Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticker SUZB3 e American Depositary Receipts ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("New York Stock Exchange - "NYSE") sob o ticker SUZ. A Suzano possui 12 unidades industriais, localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira e Suzano, sendo 2 unidades nesta localidade (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul). Adicionalmente, possui 5 centros de tecnologia, 21 centros de distribuição e 3 portos, todos localizados no Brasil. A Companhia também controla a Premesa S.A., que possui atividade imobiliária e a Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., que possui atividade de administração de imóveis. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("*IASB*"), e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em

continua

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

milhares, exceto se expresso de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis, que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.36. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo; e (iv) custo atribuído ao ativo imobilizado. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1 de janeiro de 2021 e cujo impacto estimado foi divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. **3.1. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis adotadas:** As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.1.1. Reforma da taxa de juros de referência - CPC 38/IAS 39 - CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 - Fase 2 (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2021, permitida adoção antecipada):** A adoção da fase 2, resume-se à: (i) mudanças nos fluxos de caixa contratuais: expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato; (ii) requisitos de hedge accounting: fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge accounting (Fase 1), e (iii) divulgações: requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a Suzano está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das Interbank Offered Rate ("IBORs"). A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não esperam ter impactos significativos em suas dívidas e derivativos atrelados a LIBOR. **3.1.2. Arrendamento - CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Atualização do original emitido em 16 de junho de 2020 (Aplicável em/ou após 1 de abril de 2021, permitida adoção antecipada):** Em 31 de março de 2021, este pronunciamento foi alterado em decorrência de benefícios concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento devido à pandemia da COVID-19. A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permaneceram inalteradas. **3.2. Políticas contábeis adotadas: 3.2.1. Demonstrações financeiras individuais:** Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora. **3.2.2. Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis consistentes. A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas, coligadas e investimentos controlados em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. A participação dos acionistas não controladores está destacada. **3.2.3. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição. **3.2.4. Investimentos em controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas, são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. **3.2.5. Investimentos em operações em conjunto:** São todas entidades nas quais a Companhia e suas controladas mantêm o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. **3.2.6. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição. Nos investimentos em coligadas, a Companhia e suas controladas exercem influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Em relação as coligadas Ensyn e Spinnova, a equivalência é mensurada com base na última informação disponível e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2021, o efeito seria ajustado na demonstração financeira consolidada. **3.2.7. Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação:** A Companhia definiu que para a sua controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC, Spinnova Oy, Woodspin Oy e Celluforce, as moedas funcionais são diferentes do Real, cujos efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. As demonstrações financeiras individuais de cada controlada incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3.2.7.1. Transações e saldos em moeda estrangeira:** São convertidas adotando-se os seguintes critérios: (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação; (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício. **3.2.8. Economias hiperinflacionárias:** Entidades sediadas na Argentina, país considerado como de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42 / IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da controlada esteja registrado ao valor corrente. Entretanto, a controlada da Suzano sediada na Argentina, tem o Real como moeda funcional e, desta forma, não é considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e não apresenta sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42 / IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. As demonstrações financeiras são apresentadas ao custo histórico. **3.2.9. Combinações de negócios:** São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente. Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos. Nas transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado aplicam-se as orientações complementar ao CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado é segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas. **3.2.10. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia e suas controladas identificaram os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente canais de venda. **3.2.11. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **3.2.12. Instrumentos financeiros: 3.2.12.1. Classificação:** Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; (iii) valor justo por meio do resultado.: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data à qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **3.2.12.1.1. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e controladas, fornecedores e outros passivos, classificados como passivos financeiros. **3.2.12.1.2. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas optaram por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Compreende o saldo da rubrica outros investimentos. **3.2.12.1.3. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos. Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros. **3.2.12.2. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e (ii) uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.12.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros: 3.2.12.3.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado. **3.2.12.3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado. **3.2.13. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsicamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial. **3.2.14. Contas a receber de clientes:** São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas. A Suzano utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. **3.2.15. Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques, é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete. Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques. **3.2.16. Ativos não circulantes mantidos para venda:** São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os itens estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. **3.2.17. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo. Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Suzano considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas. Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos, mantidas contabilmente pelo seu custo de formação e as áreas de preservação ambiental permanente, que não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, não são incluídos na mensuração ao valor justo. **3.2.18. Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia e suas controladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. A Companhia e suas controladas realizam anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.19. Arrendamento:** Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia e suas controladas tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia e suas controladas tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se: • tem o direito de operar o ativo, ou • projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em/ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS, é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança: (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa; (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou (iii) na avaliação se a Companhia e suas controladas exercerão a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia e suas controladas não possuem registrados contratos de arrendamento com cláusulas de: (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados; (ii) garantia de valor residual; e (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, referem-se, respectivamente, àqueles cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.2.20. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida

continua

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

útil econômica do ativo intangível. As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registradas no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Suzano registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem. A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos. **3.2.21. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") correntes e diferidos:** Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.2.22. Contas a pagar aos fornecedores:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. **3.2.23. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto. Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Suzano, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Suzano não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.2.24. Provisões, ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material. Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia e suas controladas esperam desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre: (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com o cliente. **3.2.25. Provisão para desmobilização de ativos:** Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente por uma taxa de desconto de longo prazo em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado. **3.2.26. Pagamento baseado em ações:** Os executivos e administradores da Suzano recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro. As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é reconhecida na rubrica despesas administrativas, na demonstração de resultado. Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Suzano, o passivo financeiro é reclassificado para a rubrica opções de ações outorgadas no patrimônio líquido. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Suzano liquida o passivo financeiro em favor do executivo. **3.2.27. Benefícios a empregados:** A Companhia e suas controladas oferecem benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado. **3.2.28. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **3.2.29. Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável. **3.2.30. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Suzano, que estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre (i) 25% do lucro líquido ajustado ou (ii) da geração de caixa operacional consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3.2.31. Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido da Companhia e suas controladas. Na Suzano, os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais. **3.2.32. Reconhecimento da receita:** As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Suzano utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito ("*lead time*"), quando destinado ao mercado interno. Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita, baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente e (ii) no tempo de trânsito ("*lead time*") e são produtos destinados aos mercados externo e interno. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente. **3.2.33. Receitas e despesas financeiras:** Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.2.34. Resultado básico por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis, durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras. **3.2.35. Participação dos funcionários e administradores no resultado:** Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas. **3.2.36. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: • controle, influência significativa e consolidação; transações com pagamento baseado em ações; • transferência de controle para reconhecimento da receita; • valor justo de instrumentos financeiros; • análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros; • perdas de crédito esperadas; • provisão para perdas nos estoques; • análise anual do valor recuperável de tributos; • valor justo dos ativos biológicos; • vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida; • análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*); • provisão para passivos judiciais; e • benefícios de aposentadoria. A Companhia e suas controladas revisam continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2021, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.3.1. Combinação de Negócios CPC 15/IFRS 3 - Referência à estrutura conceitual (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2022. Permitida adoção antecipada, se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes):** As alterações atualizam o CPC 15/IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15/IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25/IAS 37, o comprador aplica o CPC 25/IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19/IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica o ICPC 19/IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. **3.3.2. CPC 25/IAS 37 - Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada):** As alterações no CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam "custos para cumprir um contrato" quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do "custo incremental" podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição. A necessidade de esclarecimento foi provocada pela introdução da IFRS 15/CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, inclusive orientações contidas no CPC 17 (R1)/IAS 11, que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17 (R1)/IAS 11 especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o IAS 37 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação. **3.3.3. Imobilizado - CPC 27/IAS 16 - Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados. Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. A IAS 2/ CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção. **3.3.4. CPC 43 (R1)/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). **3.3.5. CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. **3.3.6. CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos (data de vigência não aplicável):** A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. **3.3.7. CPC 29/IAS 41 - Ativos biológicos e produto agrícola (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** A alteração exclui a exigência no CPC 29/ IAS 41 para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na CPC 29/ IAS 41 às exigências na CPC 46/ IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto é, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração. **3.3.8. Alterações à CPC 36(R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto. (A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.):** As alterações do CPC 36/IFRS10 e CPC 18/IAS 28 tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações de investidores não relacionados nessa coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizado pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou empreendimento controlado em conjunto. **3.3.9. Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada):** As alterações do CPC 26/IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. **3.3.10. Alterações a CPC 26(R1)/IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023):** Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas. Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes. **3.3.11. Alterações à CPC 23/IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023):** A alteração substitui a definição de "mudança de estimativa contábil" por "estimativa contábil". De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração". A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos: (i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e (ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores. **3.3.12. Alterações à CPC 32/IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023:** As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento. Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respetivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. As alterações aplicam-se a transações que ocorram no ou após o início do período comparativo mais antigo apresentado. Além disso, no início do período comparativo mais antigo, uma entidade reconhece: (i) Um ativo fiscal diferido (na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual a diferença temporária dedutível pode ser utilizada) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a: • Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; • Desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado. (ii) O efeito cumulativo da aplicação inicial das alterações como um ajuste ao saldo inicial dos lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

4. Investimentos: 4.1. Composição dos investimentos, líquidos

Posição e movimentação dos investimentos em controladas :

	Suzano S.A. (1)	Premesa S.A.	Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2021				
Quantidade de ações ou cotas possuídas				
Ações ordinárias	367.612.329	20.970		
Cotas			300.368	
Capital votante / total (2)	27,25%	99,17%	83,33%	
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2021				
Ativo	118.975.152	15.581	662	
Passivo	103.800.022	1.660	477	
Patrimônio líquido	15.075.467	13.921	185	
Capital social	9.235.546	5.300	360	
Resultado do período	8.626.386	5.431	(258)	
c) Investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.896.870	7.079	61	4.904.010
Equivalência patrimonial	(2.920.818)	3.436	(442)	(2.917.824)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	(5.652)			(5.652)
Aumento de capital			376	376
Dividendos (4)		(816)		(816)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.970.400**	**9.699**	**(5)**	**1.980.094**
Equivalência patrimonial	**2.351.701**	**5.386**	**(215)**	**2.356.872**
Aumento de capital			**374**	**374**
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	**34.189**			**34.189**
Dividendos (4)	**(248.790)**	**(1.279)**		**(250.069)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.107.500**	**13.806**	**154**	**4.121.460**

(1) Última cotação em bolsa por ação ordinária - R$ 60,11 em 30 de dezembro de 2021, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R$ 22.097.177;

(2) Em 28 de setembro de 2017 David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da Suzano de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 50,035% do capital social da Suzano, nos termos previsto no Acordo de Voto. A contraprestação paga para a aquisição do controle da Fibria se deu parte em dinheiro e parte em ações da Suzano. Com a emissão de novas ações da Suzano em favor dos então acionistas da Fibria, houve diluição da participação da Companhia na Suzano, fazendo com que ela caísse para abaixo de 50%, mesmo considerando o Acordo de Voto descrito no parágrafo acima. Essa situação requer que a administração avalie se o controle é mantido, especialmente quando perdendo a condição de acionista majoritário. A administração avaliou os fatos e circunstâncias

continua

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e conclui, apoiada em opinião de assessores externos, pela existência do de facto control i.e. a Companhia tem a habilidade prática de controlar a Suzano. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano, mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria. (3) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada; (4) Dividendos classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos. Os dividendos da Suzano foram pagos em 27 de janeiro de 2022, vide nota 6.1. **5. Patrimônio líquido: 5.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia era de R$ 1.975.670, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 75.034.146 ações ordinárias com direito a voto, 68.572.827 ações preferenciais de classe A e 29.320.330 ações preferenciais de classe B sem direito a voto. **5.2. Dividendos e cálculo de reservas:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2021
Resultado do exercício	**2.349.415**
Absorção de prejuízos acumulados	(1.089.094)
Resultado do exercício após absorção de prejuízos acumulados	**1.260.321**
Constituição de reserva legal - 5%	63.016
Constituição de reserva de incentivos fiscais reflexa	221.488
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**975.817**
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	**243.954**
Resultado remanescente	**731.863**
Reserva para aumento de capital - 90%	658.677
Reserva estatutária especial - 10%	73.186

Conforme divulgado na nota 6.1, a Companhia aprovou em 13 de janeiro de 2022, o pagamento de dividendos intermediários no montante de R$211.220, sendo pagos em 31 de janeiro de 2022, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 30 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a compensação de parte do prejuízo fiscal com parte da reserva de capital, no montante de R$1.500.000. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício. Em 26 de maio de 2020, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia aprovou a distribuição de dividendos do saldo de reservas de lucros, no montante de R$4.970. **5.3. Reservas: 5.3.1. Reservas de lucros:** São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R$63.016 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo devido a sua absorção integral. (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta reserva foi de R$705.903 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo devido a sua absorção integral. (iii) Estatutária especial: o saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R$73.186 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo nessa reserva devido a sua absorção integral. (iv) Incentivos fiscais reflexa: são às subvenções governamentais concedidas à Suzano, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R$221.488 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo devido a sua absorção integral. **5.3.2. Reservas de capital:** A Reserva de capital é composta pelos saldos das reservas de incentivos fiscais, anterior a lei 11.638/07, e ganhos de variação de participação em controlada. **5.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na Suzano. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da Suzano. **6. Eventos subsequentes: 6.1. Dividendos intermediários da Companhia:** Em 13 de janeiro de 2022, a Ata de Reunião de Diretoria aprovou a distribuição de dividendos pela Companhia no montante total de R$211.220, à razão de R$1,156 por ação ordinária e R$1,2716 por ação preferencial, declarados "*ad referendum*" da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à conta de lucros acumulados apurados com base no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e em observância ao lucro líquido apurado no balanço semestral datado de 30 de junho de 2021, após a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados da Companhia mediante a compensação parcial do saldo de reserva de capital e de lucros acumulados, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2021. Os dividendos intercalares serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos intermediários foi efetuado em 31 de janeiro de 2022, em moeda corrente nacional. Não houve atualização monetária ou incidência de juros entre a data da declaração dos dividendos e a data do efetivo pagamento. Os dividendos são isentos de imposto de renda, de acordo com a legislação em vigor. **6.2. Dividendos intercalares da Suzano:** Em 7 de janeiro de 2022, conforme aviso de acionistas, foi aprovada a distribuição de dividendos pela Suzano no montante total de R$1.000.000, à razão de R$0,741168104 por ação da Suzano, considerando o número de ações "ex-tesouraria" na presente data, declarados "*ad referendum*" da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à conta de lucros acumulados apurados com base no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e em observância ao lucro líquido apurado no balanço semestral datado de 30 de junho de 2021, mesmo após a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados da Suzano mediante a compensação parcial do saldo de lucros acumulados conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2021. Os dividendos intercalares serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O pagamento dos dividendos intercalares foi efetuado em 27 de janeiro de 2022, em moeda corrente nacional. Não houve atualização monetária ou incidência de juros entre a data da declaração dos dividendos e a data do efetivo pagamento. Os dividendos são isentos de imposto de renda, de acordo com a legislação em vigor. **6.3. Contratação de linha de crédito na Suzano:** Em 08 de fevereiro de 2022, a Suzano concluiu a contratação de uma linha de crédito rotativa ("*Revolver Credit Facility*"), aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US$500.000 para US$1.275.000. Do valor total contratado, US$100.000 têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024, sendo este valor remanescente da linha já vigente desde fevereiro de 2019, no valor original de US$500.000. O montante adicional de US$1.175.000 tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027 e possui os mesmos custos financeiros da linha vigente até fevereiro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Thomaz Lobo Sonder - Presidente

Antonio de Souza Corrêa Meyer - Vice-Presidente

Marcos Sampaio de Almeida Prado - Conselheiro

Geraldo José Carbone - Conselheiro

Ricardo Madrona Saes - Conselheiro

DIRETORIA

David Feffer - Diretor Presidente

Claudio Thomaz Lobo Sonder - Diretor Executivo

Orlando de Souza Dias - Diretor Executivo e de Relações com Investidores

CONTADOR

Rinaldo Ciucci - CRC 1SP-147256/O-0

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O RELATÓRIO DE AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre estas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/ e https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=9067.

O referido relatório do auditor independente sobre estas demonstrações financeiras foi emitido em 15 de março de 2022, sem modificações.

Cargill

Banco Cargill

Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do **Banco Cargill S.A.** ("Banco Cargill"), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. No 2º semestre de 2021, as perspectivas para o cenário econômico global e brasileiro esperado era mais benigno com o avanço da vacinação no Brasil e no mundo, mas com as novas variantes do coronavírus (Delta em julho e Ômicron em novembro), trouxeram incertezas quanto a continuidade da recuperação e preocupações mais uma vez de possíveis fechamentos de fronteira além de restrições de circulação de pessoas. Ainda no cenário internacional, o Federal Reserve (FED) sinalizou um movimento de aumento de juros ao longo de 2022, buscando o controle da inflação. No Brasil, ainda que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha crescido da ordem de 4,5%, observamos também a alta expressiva da SELIC, que atingiu o patamar de 9,25% a.a., o índice de inflação ao consumidor (IPCA) encerrou o ano em alta de 10,1% a.a., aliados a constantes ruídos político-econômicos, como o furo do teto de gastos, antecipação do clima eleitoral referente a eleição presidencial de outubro 2022, contribuíram para um ano de 2021 desafiador em termos econômicos e de mercado. O cenário de inflação no Brasil deteriorou-se bastante neste ano. A forte elevação das projeções de inflação durante o ano foi devido a diversos fatores, entre os quais: renovação dos choques ligados à pandemia e ao clima adverso; aumento de custos gerados pelo desequilíbrio de oferta e demanda e incerteza político fiscal elevada. No âmbito global, a propagação da variante Delta, em julho e agosto, elevou as incertezas por conta do risco associado ao ressurgimento de restrições à mobilidade, e retrocesso no processo de abertura das economias. No fim de novembro tivemos outra variante da Covid-19, Ômicron, que voltou a tornar no cenário global incerto e poderá influenciar a dinâmica das economias centrais no início de 2022, em um ambiente de retirada de estímulos fiscais e monetários. Nos EUA a recuperação econômica tem sido acompanhada por taxas de inflação relativamente elevadas. O Federal Reserve Bank sinalizou na sua reunião de dezembro que reduziria as compras de ativos e que poderia antecipar o ciclo de alta de juros. O Banco Central da Inglaterra estreou seu processo de aperto monetário elevando sua taxa básica também em dezembro de 2021. Os números de atividade seguem espelhando o processo de reabertura e recuperação global, mesmo com a forte elevação no número de casos de Covid-19 causada pela variante Ômicron. A menor expansão do número de hospitalizações e de óbitos têm contribuído para uma maior confiança dos participantes de mercado sobre a efetividade das vacinas perante essa variante e a expectativa de reduzidos impactos na economia advindos de lockdowns seletivos impostos por alguns países.

Desempenho

O Banco Cargill encerrou o exercício de 2021 com R$ 4.630.692 mil em ativos (R$ 3.889.072 mil em 2020), acréscimo de 19% em relação ao apresentado no exercício de 2020 e a carteira de crédito apresentou acréscimo de 35% atingindo R$ 2.885.101 mil (R$ 2.134.529 mil em 2020). Além disso, encerrou o exercício com lucro de R$ 82.884 mil (R$ 5.529 mil em 2020).

Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, por meio de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pelo conhecimento do agronegócio e por seus processos de análises robustos e eficientes. A administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. O Banco Cargill mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes, políticas e o Código de Conduta da Cargill, um manual baseado em sete princípios éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

Sustentabilidade

O futuro do nosso negócio depende da capacidade de transformação em toda a cadeia produtiva. Assumir um lugar de liderança em alimentação segura, responsável e sustentável passa necessariamente pelo modo como gerenciamos a cadeia de valor e pelos nossos compromissos com o meio ambiente e as comunidades em que atuamos. Entendemos que para atingir o nosso objetivo de ajudar o mundo a prosperar dependemos do engajamento com produtores rurais, comunidades, clientes, ONGs, governos, instituições nacionais e internacionais. Para isso, a Cargill investe em um relacionamento contínuo com esses públicos a fim de contribuir para a contínua evolução da empresa, do setor e do Brasil.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 4.776/20 válido até 31 de dezembro de 2021 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.818/20 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, fornecedores e parceiros que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 25 de março de 2022

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro 2020 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		**4.488.022**	**3.688.361**
Disponibilidades	4	153.708	187.019
Instrumentos financeiros		4.369.588	3.537.555
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	576.199	365.022
Títulos e valores mobiliários	5b	130.219	125.429
Instrumentos financeiros derivativos	5c	993	17.035
Operações de crédito - setor privado	6a	1.121.960	1.449.774
Carteira de câmbio	7	2.540.217	1.580.295
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(102.183)	(76.780)
Outros créditos, valores e bens		63	4.695
Negociação e intermediação de valores	5c	–	638
Diversos	8	63	4.057
Ativos fiscais diferidos	13c	66.846	35.872
Não circulante		**142.670**	**200.712**
Realizável a longo prazo		**142.556**	**200.598**
Instrumentos financeiros		114.291	201.303
Operações de crédito - setor privado	6a	57.082	148.651
Carteira de câmbio	7	57.209	52.652
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(4.013)	(60.881)
Outros créditos, valores e bens		24.352	24.443
Diversos	8	24.352	24.443
Ativos fiscais diferidos	13c	7.926	35.733
Investimentos		**1**	**1**
Intangível		**113**	**113**
Total do ativo		**4.630.692**	**3.889.073**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		**3.382.230**	**2.107.179**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		3.255.772	2.055.597
Depósitos	9	1.691	4.149
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	11.852	6.363
Empréstimos no exterior	11	1.976.866	880.284
Repasses do exterior	12	415.184	1.725
Instrumentos financeiros derivativos	5c	13.104	122.017
Carteira de câmbio	7	837.075	1.041.059
Provisões	14a	754	3.439
Outras obrigações		125.704	48.143
Recursos em trânsito de terceiros	20a	105.895	19.759
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3	2
Obrigações fiscais correntes	14b	17.876	28.325
Negociação e intermediação de valores	5c	1.220	–
Obrigações fiscais diferidas	13b	710	57
Não circulante		**544.367**	**1.146.106**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		519.991	1.121.303
Empréstimos no exterior	11	57.209	52.652
Repasses do exterior	12	462.782	1.039.340
Instrumentos financeiros derivativos	5c	–	29.311
Provisões	14a	24.376	24.714
Outras obrigações		–	89
Obrigações fiscais diferidas	13b	–	89
Patrimônio líquido		**704.095**	**635.788**
Capital social	16a	704.291	635.736
De domiciliados no país		454.197	408.526
Reservas de lucros		250.094	227.210
Outros resultados abrangentes		(196)	52
Total do passivo		**4.630.692**	**3.889.073**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**373.874**	**34.601**	**25.223**	**196.509**	**57**	**–**	**630.264**
Aumento de capital	34.601	(34.550)	–	–	–	–	51
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	–	–	–	–	(5)	–	(5)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	5.529	5.529
Destinações:							
Reservas	–	–	428	5.050	–	(5.478)	–
Dividendos (R$ 0,001 por ação)	–	–	–	–	–	(51)	(51)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**408.475**	**51**	**25.651**	**201.559**	**52**	**–**	**635.788**
Saldos em 30 de junho de 2021	**408.475**	**51**	**27.411**	**234.984**	**(143)**	**–**	**670.778**
Aumento de capital	–	45.671	–	–	–	–	45.671
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	–	–	–	–	(53)	–	(53)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	47.699	47.699
Destinações:							
Reservas	–	–	2.384	45.315	–	(47.699)	–
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,11 por ação)	–	–	–	(60.000)	–	–	(60.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**408.475**	**45.722**	**29.795**	**220.299**	**(196)**	**–**	**704.095**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**408.475**	**51**	**25.651**	**201.559**	**52**	**–**	**635.788**
Aumento de capital	–	45.671	–	–	–	–	45.671
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	–	–	–	–	(248)	–	(248)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	82.884	82.884
Destinações:							
Reservas	–	–	4.144	78.740	–	(82.884)	–
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,18 por ação)	–	–	–	(60.000)	–	–	(60.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**408.475**	**45.722**	**29.795**	**220.299**	**(196)**	**–**	**704.095**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º semestre 2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		**398.061**	**426.814**	**753.965**
Operações de crédito	18a	187.195	281.859	326.180
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18b	18.346	27.840	12.587
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	18c	41.997	(12.474)	415.198
Resultado de operações de câmbio	18f	150.523	129.589	–
Despesas da intermediação financeira		**(312.261)**	**(370.986)**	**(715.005)**
Operações de captação no mercado	18d	(417)	(547)	(2.640)
Operações de empréstimos e repasses	18e	(311.844)	(370.439)	(462.705)
Resultado de operações de câmbio	18f	–	–	(249.660)
Resultado bruto da intermediação financeira		**85.800**	**55.828**	**38.960**
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6f	**(34.414)**	**(10.394)**	**(69.744)**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(12.672)**	**57.599**	**39.995**
Receitas de prestação de serviços		–	1	3
Despesas de pessoal	18g	(3.281)	(4.666)	(5.864)
Outras despesas administrativas	18h	(3.300)	(8.134)	(7.408)
Despesas tributárias	18i	(3.016)	(6.477)	(8.785)
Outras receitas operacionais	18j	107	92.121	89.703
Outras despesas operacionais	18k	(3.182)	(15.246)	(27.654)
Resultado operacional		**38.714**	**103.033**	**9.211**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**38.714**	**103.033**	**9.211**
Imposto de renda e contribuição social	13a	**8.985**	**(20.149)**	**(3.682)**
Provisão para imposto de renda		(4.061)	(12.060)	(20.263)
Provisão para contribuição social		(4.077)	(10.488)	(15.506)
Ativo fiscal diferido		17.123	2.399	32.087
Lucro líquido no semestre/exercícios		**47.699**	**82.884**	**5.529**
Quantidade de ações do capital social		**454.197.354**	**454.197.354**	**408.526.354**
Lucro líquido por ação no semestre/exercícios - R$1,00		**0,11**	**0,18**	**0,01**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	2º semestre 2021	2021	2020
Lucro líquido no semestre/exercícios		**47.699**	**82.884**	**5.529**
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		**(53)**	**(248)**	**52**
Ajustes de valor a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda	5a	(97)	(450)	95
Efeito fiscal	5a	44	202	(43)
Resultado abrangente do semestre/exercícios		**47.646**	**82.636**	**5.581**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	2º semestre 2021	2021	2020
Atividades operacionais	**(6.538)**	**192.195**	**375.180**
Lucro líquido ajustado	73.128	113.427	78.955
Lucro no semestre/exercícios antes do imposto de renda e contribuição social	38.714	103.033	9.211
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	34.414	10.394	69.744
Variação de ativos e obrigações	(79.666)	78.768	296.225
Redução de títulos e valores mobiliários	3.484	10.800	26.853
(Aumento)/Redução de operações de crédito	(238.114)	377.524	(300.895)
(Aumento) de outros créditos	(586.121)	(960.684)	(462.416)
Redução de outros valores e bens	123	49	2
Aumento/(Redução) de depósitos	892	(2.458)	(6.909)
Aumento/(Redução) de recursos de aceites e emissão de títulos	(13)	5.489	(98.460)
Aumento de relações interfinanceiras e interdependências	62.681	86.247	12.761
Aumento de obrigações por empréstimos	831.022	1.101.139	595.521
Aumento/(Redução) de obrigações por repasses	6.699	(163.099)	280.488
Aumento/(Redução) de instrumentos financeiros derivativos	(107.920)	(138.224)	42.324
Aumento/(Redução) de outras obrigações	(49.017)	(204.877)	232.619
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.382)	(33.138)	(25.663)
Atividades de financiamento	**(14.329)**	**(14.329)**	**–**
Juros sobre o capital próprio	(14.329)	(14.329)	–
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(20.867)**	**177.866**	**375.180**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	750.774	552.041	176.861
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	729.907	729.907	552.041
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(20.867)**	**177.866**	**375.180**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Drº Chucri Zaidan, 1.240, 6º Andar, no estado de São Paulo, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000, nos termos da regulamentação bancária brasileira. O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de câmbio. Atuando no segmento financeiro, atendendo pessoas físicas e jurídicas, oferecendo produtos bancários como empréstimos e financiamentos, soluções contra variação cambial (*hedge*) e serviço e operações de câmbio. O acionista em última instância do Banco é a Cargill Inc., com sede em Minnesota, Estados Unidos da América.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis. As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 24 de março de 2022.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. As aplicações financeiras de curto prazo são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço. **(c) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. **(d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza: • *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período. • *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais. A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente

continua

Banco Cargill

continuação

Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. **(e) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H). As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida. **(f) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. **(g) Investimentos e intangível:** É demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **(h) Redução ao valor recuperável de ativos:** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566/08 válido até 31 de dezembro de 2021 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.924/21 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que aprovaram a adoção do CPC 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. **(i) Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. • Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas. • Passivos contingentes - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação. • Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **(k) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos:** As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 20 mensais, e contribuição social - 20% a partir de março 2020 e 25% de julho a dezembro de 2021. Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco. **(l) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a avaliação das contingências e obrigações, a apuração das respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e a avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas. As principais premissas usadas nas estimativas contábeis estão descritas nas notas 3c, 3d, 3e, 3h e 3j. **(m) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras do Banco são apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. **(n) Resultado não recorrente:** São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são: • Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas; • Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e • Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros. A composição do resultado não recorrente está apresentada na nota 18 l.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dez/2021	Dez/2020
Disponibilidades	153.708	187.019
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	576.199	–
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	365.022
	729.907	552.041

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Dez/2021	Dez/2020
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	576.199	–
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	365.022
	576.199	365.022

(b) Títulos e Valores Mobiliários: Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Dez/2021

	Valor de mercado				
Papel/vencimento	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total	Valor de curva	Ajuste a mercado
Carteira Própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.816	63.012	74.828	74.964	(136)
Vinculados à prestação de garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	44.008	11.383	55.391	55.612	(221)
	55.824	74.395	130.219	130.576	(357)

Dez/2020

	Valor de mercado				
Papel/vencimento	Até 90 dias	De 181 a 360 dias	Total	Valor de curva	Ajuste a mercado
Carteira Própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	27.709	54.927	82.636	82.573	63
Vinculados à prestação de garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	25.970	16.823	42.793	42.761	32
	53.679	71.750	125.429	125.334	95

O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi uma perda de R$ 357 (ganho de R$ 95 em dezembro de 2020), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R$ 196 de perda (ganho de R$ 52 em dezembro de 2020), líquidos dos efeitos tributários. **(c) Instrumentos financeiros derivativos: (i) Política de utilização:** O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem. A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*. **(ii) Objetivos:** O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, real e CDI). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários. **(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado:** Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfólio de derivativos

• Instrumentos financeiros derivativos por vencimento:

Dez/2021	Valor de Mercado De 91 a 180 dias
Posição ativa	
Contratos a termo	952
Outros derivativos	41
	993
Posição passiva	
Contratos a termo	11.760
Outros derivativos	1.344
	13.104

Dez/2020

	Valor de Mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa					
Contratos a termo	2.180	675	10.434	–	13.289
Outros derivativos	1.265	2.481	–	–	3.746
	3.445	3.156	10.434	–	17.035
Posição passiva					
Contratos a termo	47.230	58.418	16.369	29.311	151.328

• Contratos de operações a termo:

Dez/2021

	Valor	Valor de mercado			
Tipo	financeiro do contrato	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de curva
Compra - Dólar	847.109	952	11.178	(10.226)	(4.535)
Venda - Dólar	16.774	–	582	(582)	(252)
	863.883	952	11.760	(10.808)	(4.787)

Dez/2020

	Valor	Valor de mercado			
Tipo	financeiro do contrato	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de curva
Compra - Dólar	1.341.236	12.614	100.307	(87.693)	(70.894)
Venda - Dólar	345.567	675	51.021	(50.346)	(55.874)
	1.686.803	13.289	151.328	(138.039)	(126.768)

Dez/2021

	Valor	Valor de mercado			
Contraparte	financeiro do contrato	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de curva
Instituições Financeiras	847.109	952	11.178	(10.226)	(4.535)
Pessoas Jurídicas	16.774	–	582	(582)	(252)
	863.883	952	11.760	(10.808)	(4.787)

Dez/2020

	Valor	Valor de mercado			
Contraparte	financeiro do contrato	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de curva
Instituições Financeiras	1.436.575	11.083	117.894	(106.811)	(102.170)
Pessoas Físicas	159.870	2.206	17.211	(15.005)	(7.645)
Pessoas Jurídicas	90.358	–	16.223	(16.223)	(16.953)
	1.686.803	13.289	151.328	(138.039)	(126.768)

Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

• Contratos futuros:

Dez/2021

	Valor de Referência			
Tipo	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:				
Venda DI1	17.988	94.619	115.203	227.810
Moeda estrangeira:				
Compra DOL	58.978	–	–	58.978
	76.966	94.619	115.203	286.788

Dez/2020

	Valor de Referência				
Tipo	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	–	–	–	28.594	28.594
Venda DI1	174.974	66.676	66.804	17.497	325.951
Cupom cambial:					
Venda DDI	20.784	–	–	–	20.784
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	179.286	–	–	–	179.286
Venda DOL	176.110	–	–	–	176.110
	551.154	66.676	66.804	46.091	730.725

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor do ajuste a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.220 (ajuste a receber de R$ 638 em dezembro de 2020), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

• Outros derivativos:

Dez/2021

	Valor	Valor de mercado			
Tipo	financeiro do contrato	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de Curva
Venda - Dólar	829.440	41	1.344	(1.303)	12.920

Dez/2020

	Valor	Valor de mercado		
Tipo	financeiro do contrato	Valores a receber	Posição líquida	Valor de Curva
Venda - Dólar	1.108.560	3.746	3.746	80.091

As contrapartes envolvidas são instituições financeiras.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

(a) Por tipo de operação

	Dez/2021		Dez/2020	
Descrição	Valor	%	Valor	%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.706.059	59,13	535.089	25,07
Financiamentos à exportação	892.398	30,93	1.171.533	54,88
Financiamentos à exportação indireta	286.644	9,94	421.159	19,73
Empréstimos	–	–	5.733	0,27
Outros	–	–	1.015	0,05
	2.885.101	100,00	2.134.529	100,00
Carteira de câmbio - Circulante	1.654.055	57,33	478.284	22,41
Operações de crédito - Circulante	1.121.960	38,89	1.449.774	67,92
Operações de crédito - Longo prazo	57.082	1,98	148.651	6,96
Carteira de câmbio - Longo prazo	52.004	1,80	56.805	2,66
Outros créditos - Circulante	–	–	1.015	0,05

(b) Por vencimento

	Dez/2021		Dez/2020	
Descrição	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	35.578	1,23	17.156	0,80
A vencer até 3 meses	307.703	10,67	66.867	3,13
A vencer de 3 a 12 meses	2.432.734	84,32	1.845.050	86,44
A vencer de 1 a 3 anos	107.613	3,73	198.833	9,32
A vencer de 3 a 5 anos	1.473	0,05	6.623	0,31
	2.885.101	100,00	2.134.529	100,00

(c) Por setor de atividade

	Dez/2021		Dez/2020	
Descrição	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	1.331.591	46,15	1.525.053	71,45
Outros serviços	1.039.714	36,04	481.647	22,56
Comércio	513.796	17,81	127.829	5,99
	2.885.101	100,00	2.134.529	100,00

(d) Operações ativas vinculadas: O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% entre as taxas de captação e as taxas das operações ativas vinculadas, em cada operação. Em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Dez/2021

Descrição	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.706.059	–	56.099	–
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	286.644	–	66.823	–
Operações de crédito - Empréstimos	430.810	–	33.771	–
Empréstimos no exterior - Exportação	–	1.747.431	–	(51.622)
Repasses do exterior	–	717.454	–	(98.892)
	2.423.513	2.464.885	156.693	(150.514)

Dez/2020

Descrição	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	535.089	–	28.395	–
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	421.159	–	52.728	–
Empréstimos no exterior - Exportação	–	511.777	–	(27.268)
Repasses do exterior	–	421.159	–	(52.293)
	956.248	932.936	81.123	(79.561)

(e) Por nível de risco e provisionamento

Dez/2021

Nível	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas a mais de 15 dias	Total	%	Valor da Provisão
AA	1.465.258	–	1.465.258	50,79	–
A	990.465	–	990.465	34,33	4.952
B	163.221	–	163.221	5,66	1.632
C	111.747	–	111.747	3,87	3.352
D	58.267	–	58.267	2,02	5.827
E	5.953	–	5.953	0,21	1.786
G	5.145	–	5.145	0,18	3.602
H	49.467	35.578	85.045	2,94	85.045
	2.849.523	35.578	2.885.101	100,00	106.196

Dez/2020

Nível	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas a mais de 15 dias	Total	%	Valor da Provisão
AA	349.243	–	349.243	16,36	–
A	1.301.954	–	1.301.954	60,99	6.510
B	194.650	–	194.650	9,12	1.947
C	22.581	–	22.581	1,06	677
D	112.940	–	112.940	5,29	11.294
E	6.623	–	6.623	0,31	1.987
G	104.307	–	104.307	4,89	73.015
H	25.075	17.156	42.231	1,98	42.231
	2.117.373	17.156	2.134.529	100,00	137.661

(f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Saldo inicial	137.661	67.917
Constituição	42.838	75.469
Reversão	(32.444)	(5.725)
Baixa para prejuízo	(41.859)	–
Saldo final	106.196	137.661
Operações de crédito - Circulante	102.183	76.780
Operações de crédito - Longo prazo	4.013	60.881

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram recuperados R$ 53.650 de créditos baixados para prejuízo (R$ 2.887 em 2020), e renegociados créditos no montante de R$ 5.870 (R$ 56.639 em 2020).

7. CARTEIRA DE CÂMBIO

Dez/2021

Descrição	Ativos	Passivos
Câmbio comprado a liquidar	1.724.375	–
Direito sobre venda de câmbio	849.995	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	23.056	–
Câmbio vendido a liquidar	–	837.075
Obrigações por compra de câmbio	–	1.683.003
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(1.683.003)
	2.597.426	837.075
Circulante	2.540.217	837.075
Longo prazo	57.209	–

Dez/2020

Descrição	Ativos	Passivos
Direito sobre venda de câmbio	1.119.431	–
Câmbio comprado a liquidar	505.285	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	8.231	–
Câmbio vendido a liquidar	–	1.039.340
Obrigações por compra de câmbio	–	528.577
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(526.858)
	1.632.947	1.041.059
Circulante	1.580.295	1.041.059
Longo prazo	52.652	–

Em 2021 e 2020, o Banco operou com contratos interbancários para liquidação futura. Estas operações foram tratadas como derivativos (venda a termo), mensuradas por seu valor de mercado e estão assim registradas:

Descrição	Dez/2021
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	840.078
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	9.917
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(837.075)
Carteira de Câmbio	12.920
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	11.617
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	(1.303)

Descrição	Dez/2020
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	1.115.300
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	4.131
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(1.039.340)
Carteira de Câmbio	80.091
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	83.837
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	3.746

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as receitas apropriadas do prêmio foram de R$ 23.751 (R$ 15.048 em 2020) e os ajustes a valor de mercado foram R$ 11.617 positivo (R$ 83.837 positivo em 2020), registrados nas rubricas Resultado de operações de câmbio e Resultado com instrumentos financeiros derivativos, respectivamente.

8. OUTROS CRÉDITOS, VALORES E BENS

Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Devedores por depósitos em garantia (nota 15a)	24.248	27.158
Créditos Vinculados - Banco Central	55	166
Adiantamento e antecipações salariais	9	9
Títulos e créditos a receber (nota 6a)	–	1.015
Outros	103	152
	24.415	28.500
Circulante	63	4.057
Longo prazo	24.352	24.443

continua

Cargill

Banco Cargill

continuação

Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

9. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	Dez/2021 Depósitos à vista	Dez/2020 Depósitos à vista
Pessoas físicas	1.528	156
Indústria, comércio e serviços	161	3.990
Sociedades ligadas	2	3
	1.691	4.149

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Título Emitido	Dez/2021 Até 90 dias
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	11.852

Título Emitido	Dez/2020 Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	5.159	1.204	6.363

Letras de Crédito Imobiliário referem-se à captação com taxa de juros pós-fixada de 97% a.a. a 99,5% a.a. da variação do DI em dezembro de 2021 (99,5% a.a. a 100% a.a. em dezembro de 2020).

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2021 Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	201.135	228.368	1.260.719	57.209	1.747.431
Empréstimos do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	30.103	216.902	39.639	–	286.644
	231.238	445.270	1.300.358	57.209	2.034.075

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2020 Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	11.087	–	448.038	52.652	511.777
Empréstimos do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	–	381.340	39.819	–	421.159
	11.087	381.340	487.857	52.652	932.936

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 3,12% a.a. a 9,15% a.a. (3,5% a.a. a 9,8% a.a. em dezembro de 2020).

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2021 Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	–	–	716	446.440	447.156
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	26.000	278.394	110.074	16.342	430.810
	26.000	278.394	110.790	462.782	877.966

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2020 De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	1.725	1.039.340	1.041.065

Obrigações por repasses do exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 0,82% na forma da Resolução CMN nº 3.844/10 (0,83% a.a. a 3,46% a.a. em dezembro de 2020), e de 6% a.a. a 10,5% a.a. na forma da Resolução CMN nº 2.921/02 (5,2% a.a. a 9,8% a.a. em dezembro de 2020).

13. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	103.033	9.211
Juros sobre o Capital Próprio	(60.000)	–
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**43.033**	**9.211**
Receitas e Despesas tributáveis de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 45%	(19.365)	(4.145)
Impacto do aumento da alíquota da CSLL sobre a base (net) do diferido nas operações com vencimento a partir de março/2020 - EC 103/2019	–	794
Aumento da alíquota da CSLL corrente - Lei nº 14.183/2021	(815)	–
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	(4)	(363)
Outros	35	32
	(20.149)	(3.682)

A Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 20% para 25%, a partir de julho de 2021 até dezembro de 2021, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos passivos fiscais correspondentes. A Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20%, a partir 1º de março de 2020, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos ativos e passivos fiscais correspondentes. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.842/20, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os ativos e passivos ficais diferidos da CSLL foram reconhecidos pela alíquota de 25% para base com previsão de realização até 31 de dezembro de 2021 e 20% para base com previsão de realização a partir de 1º de janeiro de 2022. Em 2020, a alíquota foi de 20%.

(b) Passivo fiscal diferido:

Descrição	31/12/2020	Constituição	Reversão	31/12/2021
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	103	21.042	(20.435)	710
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	43	–	(43)	–
	146	21.042	(20.478)	710

(c) Ativo fiscal diferido: • Natureza e origem dos créditos tributários:

Descrição	31/12/2020	Constituição	Reversão	31/12/2021
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	61.947	698.609	(695.361)	65.195
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	6.271	647	(799)	6.119
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	3.387	12.456	(12.385)	3.458
Total dos créditos registrados	71.605	711.712	(708.545)	74.772

• Expectativa de realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	37.137	29.709	66.846
Até 2 anos	457	366	823
Até 3 anos	436	349	785
Até 4 anos	110	88	198
Acima de 5 anos	6.094	26	6.120
Total	44.234	30.538	74.772

• Valor presente dos créditos tributários: O valor presente dos créditos tributários é de R$ 65.143 (R$ 70.201 em 2020), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e trazido a valor presente pela taxa SELIC.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Provisões

Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Provisão para contingências (nota 15a)	24.376	27.624
Despesas de pessoal	299	237
Auditoria Externa	152	131
Publicações	97	97
Valores a pagar por prestação de serviços (nota 17)	59	62
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	3	2
Outros	144	–
	25.130	28.153
Circulante	754	3.439
Não circulante	24.376	24.714

(b) Obrigações fiscais correntes

Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	17.168	27.760
COFINS	385	391
Impostos e contribuições sobre salários	104	90
CIDE	88	1
PIS/PASEP	62	64
Imposto Sobre Serviços - ISS	44	–
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	25	19
	17.876	28.325

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações de 2021 e de 2020: A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3j.

Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Saldo da provisão no início do exercício	27.624	27.158
Adição	33	466
Utilização	(2.910)	–
Reversão	(371)	–
Saldo da provisão no fim do exercício	24.376	27.624

Os valores de provisão de natureza fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Valores provisionados Dez/2021	Valores provisionados Dez/2020	Depósitos judiciais Dez/2021	Depósitos judiciais Dez/2020
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
PIS	3.237	3.237	3.237	3.237
INSS	810	810	810	810
FGTS	246	246	246	246
CÍVEIS	128	466	–	–
CSLL	–	2.910	–	2.910
	24.376	27.624	24.248	27.158

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data-base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2021 as provisões totalizaram R$ 23.192 (R$ 23.192 em 2020). O Banco obteve sentença favorável em 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a decisão de 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98 e determinando o recolhimento destas contribuições com base na Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91. A decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região transitou em julgado em 22/01/2013. Em 25/11/2013, após os autos retornarem à origem, o Banco apresentou petição requerendo o levantamento integral dos depósitos judiciais efetuados, o que foi negado pelo juiz. Da decisão que indeferiu o pedido, o Banco ingressou com recurso e aguarda decisão judicial definitiva quanto à autorização para levantamento do montante depositado. O Banco questiona também a incidência da contribuição ao INSS e FGTS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2021 as provisões totalizaram R$ 1.056 (R$ 1.056 em 2020). O Banco questionava o aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% ocorrido a partir de maio de 2008. Os valores questionados referentes aos anos de 2009 e de 2010, base lucro real, e de 2011, base lucro por estimativa, estavam depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 06/2020, após recursos interpostos em última instância, houve o trânsito em julgado desfavorável ao Banco. Em 9 de novembro de 2021, os depósitos foram convertidos em pagamento definitivo para União (R$ 2.910 provisionado em 2020). Os passivos contingentes cíveis classificados como perdas prováveis que totalizam R$ 128 (R$ 466 em dezembro de 2020), são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas prováveis e estão reconhecidas contabilmente. **(b) Contingências possíveis:** Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis que totalizam R$ 76.170 (R$ 72.683 em 2020) são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão: • PIS/COFINS Lei nº 9.718/98: autos de infração lavrados para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R$ 14.672 (R$ 14.346 em 2020). • Tributos com Exigibilidade Suspensa - Autos de infração lavrados em razão da dedução de tributos com a exigibilidade suspensa da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido nos anos de 2006 a 2014, no montante de R$ 10.321 (R$ 9.939 em 2020). • Juros sobre Capital Próprio - Autos de infração lavrado em razão da cobrança de IRPJ e CSLL sobre o Juros de Capital Próprio (JCP) distribuído em 2015 referente a anos anteriores (2012 a 2014), no montante de R$ 50.653 (R$ 48.321 em 2020).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social, subscrito, está representado por 454.197.354 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma (408.526.354 em 2020). Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2019 foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 34.601 com emissão de 34.601.680 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 19 de fevereiro de 2020. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 13 de outubro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 51 com emissão de 51.007 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 8 de fevereiro de 2022. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 45.671 com emissão de 45.671.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 8 de fevereiro de 2022. **(b) Remuneração dos acionistas:** Conforme estatuto social, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76. **(c) Juros sobre o capital próprio:** Conforme Assembleia Geral Extraordinária em 30 de dezembro de 2021, de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R$ 60.000, reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R$ 30.000, não foram distribuídos juros sobre capital próprio em 2020. **(d) Reserva legal:** Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos. **(e) Reserva estatutária:** O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária.

17. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O Banco manteve operações com as seguintes partes relacionadas, sendo todas Coligadas: • Depósitos à vista: - Cargill Agrícola S.A.; - Cargill Brasil Participações Ltda.; - SJC Bioenergia S.A.. • Obrigações por empréstimos: - Cargill Financial Services International Inc.. • Obrigações por repasses do exterior: - Cargill Financial Services International Inc.. • Operações a termo: - Cargill Agrícola S.A.. • Valores a pagar/serviços técnicos especializados: - Cargill Agrícola S.A..

Os valores apurados foram:

Descrição	Ativo/(Passivo) Dez/2021	Ativo/(Passivo) Dez/2020	Receitas/(Despesas) Dez/2021	Receitas/(Despesas) Dez/2020
Obrigações por empréstimos	(2.034.075)	(932.936)	(250.669)	(165.861)
Obrigações por repasses do exterior	(877.966)	(1.041.065)	(119.770)	(296.844)
Valores a pagar sociedades ligadas	(59)	(62)	(255)	(875)
Depósitos à vista	(2)	(3)	–	–
Operações a termo	–	(16.488)	(3.276)	(20.586)
Depósitos a prazo	–	–	–	(88)

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

(a) Operações de crédito

Descrição	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
Rendas de financiamentos a exportação	140.963	228.031	322.133
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	46.232	53.650	2.887
Rendas de empréstimos	–	178	1.160
	187.195	281.859	326.180

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.744	22.594	8.354
Títulos de renda fixa	3.602	5.246	4.233
	18.346	27.840	12.587

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
Contratos de operações a termo	38.220	22.460	426.738
Contratos futuros	5.884	(29.885)	(11.343)
Outros derivativos	(2.107)	(5.049)	(197)
	41.997	(12.474)	415.198

(d) Operações de captação no mercado

Descrição	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	407	506	1.519
Depósito a prazo - CDB	–	24	557
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	9	16	98
Operações compromissadas - carteira própria	1	1	–
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	–	–	466
	417	547	2.640

(e) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	197.963	250.669	165.861
Despesas com repasses do exterior	113.881	119.770	296.844
	311.844	370.439	462.705

(f) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
Resultado com variação cambial	100.347	48.138	(294.467)
Resultado de operações de câmbio	30.661	51.623	28.350
Resultado com prêmios sobre interbancário	14.828	23.751	15.048
Outros	4.687	6.077	1.409
	150.523	129.589	(249.660)

(g) Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
Proventos	2.271	3.265	4.305
Encargos sociais	956	1.262	1.371
Benefícios	50	127	187
Outros	4	12	1
	3.281	4.666	5.864

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
Processamento de dados	1.435	2.704	2.248
Contribuições e doações	58	2.063	1.012
Serviços técnicos especializados	830	1.608	2.369
Emolumentos judiciais e cartorários	401	546	413
Serviços do sistema financeiro	205	477	640
Contribuição entidades de classe	157	293	273
Aluguel	96	183	163
Despesa com arrendamento de bens	53	117	103
Publicações	49	105	102
Viagens	–	–	61
Outros	16	38	24
	3.300	8.134	7.408

(i) Despesas tributárias

Descrição	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
Contribuição à COFINS	2.039	4.468	6.376
CIDE	419	803	833
Contribuição ao PIS	346	759	1.076
ISS	156	348	416
Outros	56	99	84
	3.016	6.477	8.785

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	–	91.624	89.703
Reversão de provisões operacionais	107	497	–
	107	92.121	89.703

(k) Outras despesas operacionais

Descrição	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
Variação cambial negativa proveniente de operações ativas	–	8.250	16.285
Despesas de comissões	2.888	6.475	7.679
Monitoramento de Lavoura	103	283	334
Descontos concedidos em operações de créditos	87	89	2.596
Despesas de processos judiciais - cobrança operações de crédito	6	29	261
Outros	98	120	499
	3.182	15.246	27.654

(l) Resultado não recorrente

Descrição	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
Lucro líquido do semestre/exercícios	47.699	82.884	5.529
Majoração da alíquota da contribuição social 5%	–	815	(794)
Tarifa de registro de operações financeiras	–	–	(3)
Lucro líquido recorrente	47.699	83.699	4.732

19. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

(a) Governança corporativa: A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base o seu conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas. O processo de gerenciamento de riscos no Banco Cargill visa identificar, medir e monitorar os riscos inerentes às operações e às atividades do banco, bem como estabelecer políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle alinhados às estratégias e ao Apetite de Risco (RAS - Risk Appetite Statement) definido pelo Banco Cargill. Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco Cargill possui estrutura e políticas definidas para o gerenciamento de riscos e de capital, revisadas no mínimo anualmente e aprovadas pela presidência. Essa estrutura tem como objetivo prover um sistema de controles estruturado, em consonância com o perfil operacional do Banco Cargill, visando auxiliar em decisões estratégicas e assegurar o contínuo funcionamento das atividades. A estrutura de riscos conta com o envolvimento da alta Administração do Banco Cargill. A diretoria colegiada representa um papel relevante na revisão, proposição de políticas e práticas de gestão de riscos, submetendo-as à aprovação do presidente do Banco Cargill. A estrutura de gerenciamento de riscos conta com divisões subordinadas às diretorias para monitoramento e análise de risco, apuração e acompanhamento do capital mínimo regulamentar segundo regras estabelecidas pelo BACEN. O Banco Cargill possui uma Política de Anticorrupção e Conduta que foi elaborado como um instrumento de conduta e compliance. Este código é um complemento ao Manual de Princípios Éticos da Cargill (Guide Principles). A Política enfatiza que estar em compliance é um dever de todos os funcionários e visa fortalecer o comportamento de todos os funcionários, de acordo com o Manual de Princípios Éticos da Cargill, com as expectativas dos clientes, com as melhores práticas de mercado e com as exigências legais e fiscalizadoras. Nesse contexto, fica bem claro que a imagem do Banco é projetada por meio de cada um de seus funcionários e de suas atividades diárias, qualquer que seja o tipo de trabalho desenvolvido. Dessa forma, todos têm uma responsabilidade especial perante a opinião pública, junto aos clientes, fornecedores e, também, aos colegas de trabalho. A Política apresenta conceitos e regras que se aplicam para todos os funcionários, sendo estes desde trabalhadores em tempo parcial, estagiários, terceirizados até a diretoria executiva do Banco. É indispensável que todos os funcionários ajam de acordo com as obrigações legais e fiscalizadoras, mesmo quando estas não forem mencionadas no Código. Ainda, faz parte da obrigação de toda a diretoria e da gerência assegurar de que isto esteja acontecendo. A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Cargill, contempla pontos de controles internos/compliance que descrevemos abaixo: I. Diretoria - designação de diretor responsável para o gerenciamento de riscos. II. Políticas - Gerenciamento Integrado de Riscos Operacional, Gerenciamento de Capital e Planejamento Estratégico e RAS. III. Monitoramentos através de relatórios que auxiliam as diversas áreas controlar os processos e verificar limites de atuação. Todos os relatórios de controle interno e gestão de riscos são devidamente formalizados e possuem o acompanhamento direto da alta administração e ficam à disposição das auditorias internas/externas e aos órgãos reguladores. A alta administração/diretoria também é responsável pelo acompanhamento de possíveis descumprimentos das normas internas e códigos de ética e quando cabível pela tomada de decisões reparatórias. **(b) Risco de crédito:** O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de

continua

Cargill

Banco Cargill

→☆ continuação

Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por um conjunto de áreas, tendo-se como base a política de crédito e, os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito. A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas. **(c) Risco de mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco. A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/17, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da alta Administração. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e, subordinada à Alta Administração e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de riscos. **(d) Risco operacional:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes à sua atividade e de continuidade dos negócios. Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles-chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles-chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas, somado aos trabalhos desempenhados pelo plano de auditoria interna independente. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resoluções CMN nºs 4.193/13 e 4.192/13 e Circular BACEN nº 3.640/13. **(e) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de *stress*. A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar diariamente os riscos associados ao risco de liquidez, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco. **(f) Gestão de capital:** O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processos) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta. O objetivo principal do gerenciamento de capital é garantir que se cumpram os requerimentos de capital impostos externamente e proporções de capital compatíveis e saudáveis com fins de suportar seus negócios do Banco. A Alta Administração do Banco Cargill garante o processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(g) Índice de Basileia:

Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	707.037	1.619.815
Patrimônio de Referência (PR)	703.981	635.675
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	62.004	147.080
Valor total da parcela RBAN	5.441	17.495
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	627.837	468.348
Índice de Basileia (PR ÷ RWA)	99,57%	39,24%
Índice de Basileia Amplo (PR÷((RBAN÷F)+RWA))	90,83%	34,58%
Fator "F"	8,00%	8,00%

Conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução CMN nº 4.193/13 o Fator "F" vigente para o ano de 2021 é de 8% (8% em 2020). **(h) Divulgação das informações referentes à gestão integrada de riscos:** As informações quantitativas e qualitativas, relacionadas à gestão integrada de riscos referente ao Pilar III de Basileia III, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco Cargill, www.bancocargill.com.br (não auditado) dentro do menu "Demonstrativos e Relatórios". **(i) Análise de sensibilidade:** Apresentamos os possíveis impactos no resultado gerados pelas operações com instrumentos financeiros, que expõe o Banco a riscos oriundos de variação cambial e de taxa de juros, com base nos cenários e exposições abaixo:

(I) Variação cambial

		Cenários - Dez/2021			
	Exposição	25%	50%	(25%)	(50%)
NDF Cambial	833.247	208.312	416.623	(208.312)	(416.623)
Futuro dólar	58.977	14.744	29.489	(14.744)	(29.489)
Exposição patrimonial	(890.956)	(222.739)	(445.478)	222.739	445.478
	1.268	317	634	(317)	(634)

		Cenários - Dez/2020			
	Exposição	25%	50%	(25%)	(50%)
Exposição patrimonial	204.879	51.220	102.440	(51.220)	(102.440)
NDF Cambial	28.303	7.076	14.151	(7.076)	(14.151)
Futuro dólar	(176.110)	(44.028)	(88.055)	44.028	88.055
	57.072	14.268	28.536	(14.268)	(28.536)

São considerados quatros cenários que refletem os movimentos das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais. • **Cenário (I):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 25% na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2021 e de 2020; • **Cenário (II):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 50% na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2021 e de 2020; • **Cenário (III):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (25%) na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2021 e de 2020; • **Cenário (IV):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (50%) na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(II) Taxa de juros

	Cenários Dez/2021		Cenários Dez/2020	
	Exposição	DV/100	Exposição	DV/100
Exposição patrimonial	809.821	(90)	619.817	(23)
DI Futuro	(209.823)	(79)	(122.384)	(13)
NDF	(847.479)	(276)	(1.193.708)	(70)
	(247.481)	(445)	(696.275)	(106)

Utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de juros dos fatores de risco mais relevantes da carteira do Banco, como por exemplo a curva PréXDI. Tal método tem como objetivo simular os efeitos na marcação à mercado das carteiras do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado. Para análise de sensibilidade das operações com risco de taxa de juros aplicamos choques de 100 bps (pontos base) para mais e para menos nas exposições existentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e reportamos o cenário que apresenta perda de valor econômico.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Recursos em trânsito de terceiros: O valor registrado de R$ 105.895 (R$ 19.759 em dezembro de 2020) refere-se na sua totalidade a ordens de pagamento em moedas estrangeiras. **(b) Benefícios a empregados: (i) Fundo de Pensão:** O Banco, em conjunto com outras empresas do Grupo Cargill, é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar administrado pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos. São mantidos dois planos, sendo: um plano parte contribuição definida e parte benefício definido e um plano integralmente de contribuição definida. Estes planos têm por finalidade principal a concessão de benefícios de pecúlio e/ou renda suplementares ou assemelhados da Previdência Social para funcionários, diretores e seus beneficiários das empresas patrocinadoras. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes. **(ii) Planos de Saúde:** O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal ou com co-partipação, podendo ser estendido a seus cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais. **(c) Acordo de compensação:** O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

21. OUTROS ASSUNTOS

Diante da pandemia do coronavírus em todo o mundo o Banco Cargill reafirma a preocupação com seus colaboradores, clientes, prestadores de serviços e toda a comunidade em que está inserido. Alinhado as recomendações dos Órgãos Governamentais, o Banco Cargill ativou seu Plano de Gestão de Crises para analisar as informações acerca desta pandemia e colocou em prática o Plano de Continuidade de Negócios, estando todos os funcionários e colaboradores no regime de trabalho "home-office" desde 17 de março de 2020. O Plano de Continuidade de Negócios tem garantido o pleno funcionamento das operações e o atendimento as necessidades dos clientes de forma normal. Adicionalmente, a administração do Banco Cargill considera que no curto prazo os possíveis impactos econômicos e comerciais serão controlados. A liderança do Plano de Gestão de Crises tem monitorado e avaliado esta situação de forma diária.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

DIRETOR PRESIDENTE

Paulo Humberto Alves de Sousa

DIRETORES

Alvaro Luiz de Rezende Puech
Marina Haidar Chede Carton
Marlon Glauco Lazaro

CONTADOR

Marcelo Pongeluppi
CRC 1SP212314/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e aos administradores do **Banco Cargill S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Samia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

www.cpfl.com.br

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 58.635.517/0001-37

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial do Grupo demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://valor.globo.com/valor-ri/
- https://cpfl.riweb.com.br/

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (CPFL Serviços), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	353	606
Contas a receber	6	115.195	93.962
Imposto de renda e contribuição social a compensar		722	611
Outros tributos a compensar		5.429	4.469
Estoques		11.079	7.262
Outros ativos		4.064	4.404
Total do circulante		**136.842**	**111.313**
Não circulante			
Mútuos com coligadas, controladas		–	36.557
Depósitos judiciais	10	5.041	5.102
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6	945	405
Outros tributos a compensar	6	1.526	1.494
Créditos fiscais diferidos		18.888	21.719
Outros ativos		49	49
Imobilizado	7	203.214	149.848
Intangível	8	18.454	13.676
Total do não circulante		**248.117**	**228.850**
Total do ativo		**384.959**	**340.164**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores		62.973	35.988
Empréstimos e financiamentos	9	959	977
Imposto de renda e contribuição social a recolher		762	51
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher		13.267	9.597
Mútuos com coligadas, controladas e controladora		–	40.206
Dividendo e juros sobre capital próprio		23.903	6.852
Obrigações estimadas com pessoal		19.096	14.663
Derivativos		60	–
Outras contas a pagar		15.601	21.832
Total do circulante		**136.622**	**130.166**
Não circulante			
Fornecedores		–	2.706
Mútuos com coligadas, controladas e controladora		39.601	–
Empréstimos e financiamentos	9	268	1.226
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10	18.146	15.278
Outras contas a pagar		6.965	7.610
Total do não circulante		**64.980**	**26.819**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		150.929	150.929
Reserva legal		3.474	2.115
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		28.954	9.580
Dividendo adicional proposto		–	20.555
		183.357	183.179
Total do passivo e do patrimônio líquido		**384.959**	**340.164**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Dividendo	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	120.929	672	9.580	–	–	–	131.181
Resultado abrangente total	–	–	–	–	–	28.849	28.849
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	28.849	28.849
Mutações internas do patrimônio líquido	–	1.442	–	–	–	(1.442)	–
Constituição da reserva legal	–	1.442	–	–	–	(1.442)	–
Transações de capital com os acionistas	30.000	–	–	20.555	–	(27.407)	23.148
Aumento de capital	30.000	–	–	–	(30.000)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	30.000	–	30.000
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(6.852)	(6.852)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	20.555	–	(20.555)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	150.929	2.115	9.580	20.555	–	–	183.179
Resultado abrangente total	–	–	–	–	–	27.192	27.192
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	27.192	27.192
Mutações internas do patrimônio líquido	–	1.360	19.374	–	–	(20.734)	–
Constituição da reserva legal	–	1.360	–	–	–	(1.360)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	19.374	–	–	(19.374)	–
Transações de capital com os acionistas	–	–	–	(20.555)	–	(6.458)	(27.013)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(6.458)	(6.458)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	(20.555)	–	–	(20.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	150.929	3.474	28.954	–	–	–	183.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro antes dos tributos	**41.434**	**35.328**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	28.513	24.268
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.400	10.583
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	117	20
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	2.798	1.652
Perda (ganho) na baixa de não circulante	(233)	(251)
	77.029	71.600
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Contas a receber	(21.350)	(38.134)
Tributos a compensar	(1.435)	1.872
Depósitos judiciais	185	(664)
Outros ativos operacionais	(2.692)	(1.397)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	24.280	2.142
Outros tributos e contribuições sociais	3.815	2.069
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(2.774)	(1.760)
Outros passivos operacionais	(2.444)	18.053
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**74.614**	**53.781**
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(51)	(816)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.332)	(11.392)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**63.231**	**41.573**
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(79.375)	(44.051)
Adições de Intangível	(7.834)	(5.946)
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	–	(40.000)
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	36.821	3.500
Outros	–	22
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**(50.388)**	**(86.475)**
Atividades de financiamentos		
Amortização de principal de empréstimos	(974)	(25.867)
Liquidação de operações com derivativos	(47)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	30.000
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(9.962)	(3.193)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	–	40.000
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(2.113)	–
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**(13.096)**	**40.940**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(253)	(3.962)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**606**	**4.568**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**353**	**606**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	12	**634.704**	**505.622**
Custo com operação	13	**(537.281)**	**(418.854)**
Depreciação e amortização		(25.254)	(22.305)
Outros custos com operação		(512.027)	(396.549)
Lucro operacional bruto		**97.423**	**86.768**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	13	**(4.535)**	**(2.786)**
Depreciação e amortização		(30)	(30)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(117)	(20)
Outras despesas com vendas		(4.388)	(2.736)
Despesas gerais e administrativas	13	**(50.312)**	**(47.772)**
Depreciação e amortização		(3.229)	(1.933)
Outras despesas gerais e administrativas		(47.083)	(45.839)
Outras despesas operacionais	13	**233**	**251**
Outras despesas operacionais		233	251
Resultado do serviço		**42.809**	**36.460**
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		2.129	824
Despesas financeiras		(3.504)	(1.957)
		(1.375)	**(1.133)**
Lucro antes dos tributos		**41.434**	**35.328**
Contribuição social		(3.770)	(1.628)
Imposto de renda		(10.472)	(4.850)
		(14.242)	(6.478)
Lucro líquido do exercício		**27.192**	**28.849**
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R$		16,63	17,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	27.192	28.849
Resultado abrangente do exercício	27.192	28.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
1 - Receita	**782.322**	**609.549**
1.1 Receita de prestação de serviços	694.297	557.876
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	88.142	51.693
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(117)	(20)
2 - (–) Insumos adquiridos de terceiros	**(355.854)**	**(263.196)**
2.1 Material	(192.319)	(115.229)
2.2 Serviços de terceiros	(151.992)	(133.541)
2.3 Outros	(11.543)	(14.425)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**426.468**	**346.353**
4 - Retenções	**(28.513)**	**(24.268)**
4.1 Depreciação e amortização	(28.513)	(24.268)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	**397.955**	**322.084**
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**2.233**	**864**
6.1 Receitas financeiras	2.233	864
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**400.188**	**322.949**
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	**237.861**	**187.398**
8.1.1 Remuneração direta	158.254	125.820
8.1.2 Benefícios	68.467	52.896
8.1.3 F.G.T.S.	11.140	8.682
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**121.489**	**96.951**
8.2.1 Federais	95.356	74.713
8.2.2 Estaduais	4.698	3.622
8.2.3 Municipais	21.435	18.616
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**13.646**	**9.750**
8.3.1 Juros	3.472	1.941
8.3.2 Aluguéis	10.174	7.809
8.4 Remuneração de capital próprio	**27.192**	**28.849**
8.4.1 Reserva Legal	1.360	1.442
8.4.2 Dividendos (mínimo obrigatório)	6.458	6.852
8.4.3 Dividendos adicional proposto	19.374	20.555
	400.188	322.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços" ou "Companhia"), fundada em 1988, é uma companhia por ações de capital fechado, e tem como atividade preponderante a construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, além da fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos elétricos e hidráulicos em geral e a administração de obras. A sede administrativa da Companhia está localizada na Avenida dos Braghetta, 364, CEP: 13720-000 - São José do Rio Pardo - São Paulo.

A CPFL Serviços é uma companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Controladora").

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de março de 2022. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico exceção pelos instrumentos não derivativos. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 e 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas). **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 5 - Contas a receber; • Nota 6 - Tributos a compensar; • Nota 7 - Imobilizado; • Nota 8 - Intangível; • Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos; • Nota 10 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; • Nota 12 - Receita operacional líquida; • Nota 13 - Custo e despesas operacionais. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Informações por segmento:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquidos de seus valores residuais estimados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. **3.2 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares. **3.3 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida por meio do PoC (*Percentage of Completion*) método de cálculo que reconhece as receitas conforme a evolução da obra, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou formação e estão deduzidos da amortização acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada linearmente, a taxa anual de 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. **3.4 Custos orçados das obras e projetos:** Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para

continua

—☆ continuação

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o encerramento das obras e projetos, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. **3.5 Mudanças nas principais políticas contábeis**: A Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2021. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. **3.6 Novas normas e interpretações vigentes ainda não efetivas:** Novas normas e emendas às normas e interpretações CPC foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **(a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); (b) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23); (c) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26); (d) Outras normas.** A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração. **- Instrumentos financeiros**

5. CONTAS A RECEBER

	Saldos	Vencidos		Total	
	vincendos	até 90 dias	> 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Contas a receber	54.526	838	98	55.461	51.505
Contas a receber com partes relacionadas	59.129	707	6	59.842	42.505
	113.654	1.545	104	115.303	94.010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(108)	(48)
Total				115.195	93.962

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"): A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2019	(14)
Provisão revertida (constituída) líquida	(34)
Recuperação de receita	14
Baixa de contas a receber provisionadas	(14)
Saldo em 31/12/2020	(48)
Provisão revertida (constituída) líquida	(60)
Recuperação de receita	(58)
Baixa de contas a receber provisionadas	58
Saldo em 31/12/2021	(108)

6. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	722	611
Imposto de renda e contribuição social a compensar	722	611
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	169	90
ICMS a compensar	427	1
Programa de integração social - PIS	472	400
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.176	1.845
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.071	2.078
Outros	114	55
Outros tributos a compensar	5.429	4.469
Total circulante	6.151	5.080
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	555	405
Imposto de renda a compensar - IRPJ	390	–
Imposto de renda e contribuição social a compensar	945	405
ICMS a compensar	13	13
Programa de integração social - PIS	269	264
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.244	1.217
Outros tributos a compensar	1.526	1.494
Total não circulante	2.471	1.899

O saldo de INSS a compensar refere-se ao tributo retido na fonte sobre vendas de prestação de serviços sujeitos à retenção à base de 3,5%, passível de dedução mensal do INSS a recolher incidente sobre a folha de pagamento da Companhia. A utilização do referido crédito ocorre através do abatimento do saldo a pagar ou compensação via PER/DCOMP.

7. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2019	297	9.821	50.706	40.060	1.849	25.874	128.608
Custo histórico	297	14.736	77.386	92.175	3.083	25.874	213.551
Depreciação acumulada	–	(4.915)	(26.680)	(52.115)	(1.233)	–	(84.943)
Adições	–	–	–	–	–	44.051	44.051
Baixas	–	–	–	(1.041)	–	–	(1.042)
Provisão para custos socioambientais	–	–	–	–	–	–	–
Transferências	–	2.946	20.818	20.790	906	(45.460)	–
Transferências de/para outros ativos - custo	–	–	(22)	–	–	–	(22)
Depreciação	–	(485)	(8.615)	(13.273)	(184)	–	(22.558)
Baixa da depreciação	–	–	–	811	–	–	811
Saldo em 31/12/2020	297	12.281	62.887	47.347	2.571	24.465	149.848
Custo histórico	297	17.682	98.182	111.924	3.989	24.465	256.539
Depreciação acumulada	–	(5.400)	(35.295)	(64.577)	(1.418)	–	(106.691)
Adições	–	–	–	–	–	79.375	79.375
Baixas	–	(293)	(15)	(1.255)	–	–	(1.562)
Provisão para custos socioambientais	–	–	–	–	–	–	–
Transferências	–	2.742	25.435	21.108	457	(49.743)	–
Transferências de/para outros ativos - custo	–	–	–	–	–	–	–
Depreciação	–	(572)	(10.850)	(13.991)	(240)	–	(25.651)
Baixa da depreciação	–	92	6	1.106	–	–	1.204
Saldo em 31/12/2021	297	14.252	77.463	54.317	2.788	54.097	203.214
Custo histórico	297	20.131	123.602	131.778	4.446	54.097	334.351
Depreciação acumulada	–	(5.879)	(46.139)	(77.461)	(1.657)	–	(131.137)
Taxa média de depreciação 2020		3,36%	10,25%	14,27%	6,25%		
Taxa média de depreciação 2021		3,36%	10,25%	14,27%	6,25%		

8. INTANGÍVEL

	Ativos intangíveis
Saldo em 31/12/2019	9.391
Custo histórico	13.845
Amortização acumulada	(4.454)
Adições	5.946
Amortização	(1.683)
Baixa	22
Saldo em 31/12/2020	13.676
Custo histórico	19.813
Amortização acumulada	(6.137)
Adições	7.834
Amortização	(2.837)
Baixa	(219)
Saldo em 31/12/2021	18.454
Custo histórico	27.428
Amortização acumulada	(8.974)

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pre Fixado	2.203	(974)	49	(51)	1.227
Total ao custo	2.203	(974)	49	(51)	1.227
Total	2.203	(974)	49	(51)	1.227
Circulante	977				959
Não Circulante	1.226				268

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pre Fixado					
FINAME	Pre Fixado de 2,5% a 10%	1.227	2.203	2012 a 2024	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária
		1.227	2.203		
Total moeda nacional		1.227	2.203		
Total		1.227	2.203		

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Controladora
2023	268
Total	268

10. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	12.435	3.071	10.925	3.181
Cíveis	38	1	49	32
Fiscais	5.672	1.932	4.303	1.889
Outros	–	37	–	–
Total	18.146	5.041	15.278	5.102

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	10.925	3.785	(900)	(2.693)	1.318	12.435
Cíveis	49	62	(3)	(82)	10	38
Fiscais	4.303	1.193	(1)	–	175	5.672
Total	15.278	5.041	(904)	(2.774)	1.504	18.146

Perdas possíveis: A companhia tem outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estavam assim representadas:

	31/12/2021	31/12/2020	
Trabalhistas	78.611	95.397	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	900	4.625	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	6.018	4.715	Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 16)
Fiscais - outros	5.072	6.219	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Total	90.601	110.957	

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da justiça do Trabalho a partir da vigência da norma. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 1.634.743.834, ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal (1.634.743.834 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020), sem valor nominal.

Destinação do lucro líquido do exercício: A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

Lucro Líquido base para destinação	27.192
Costituição de Reserva Legal	1.360
Dividendo mínimo obrigatório	6.458
Reserva de reforço de capital de giro	19.374

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita de prestação de serviço	2021	2020
Prestação de Serviços Operação e Manutenção	596.121	508.255
Outras receitas operacionais	98.176	49.621
Total da receita operacional bruta	694.297	557.876
Deduções da receita operacional		
ICMS	(3.373)	(2.515)
PIS	(6.273)	(5.607)
COFINS	(28.914)	(25.844)
ISS	(21.034)	(18.289)
Receita operacional líquida	634.704	505.622

13. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo com operação		Despesas Operacionais: Vendas		Despesas Operacionais: Gerais e administrativas		Despesas Operacionais: Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	263.429	208.080	4.352	2.664	15.701	13.374	–	–	283.482	224.118
Material	113.697	72.491	8	15	916	584	–	–	114.621	73.090
Serviços de terceiros	120.329	107.441	26	47	21.363	16.518	–	–	141.719	124.006
Depreciação e amortização	25.254	22.305	30	30	3.229	1.933	–	–	28.513	24.268
Outros	14.573	8.537	119	30	9.103	15.363	(233)	(251)	23.562	23.679
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	117	20	–	–	–	–	117	20
Arrendamentos e aluguéis	9.922	7.680	–	–	253	119	–	–	10.175	7.799
Publicidade e propaganda	–	–	–	–	996	802	–	–	996	802
Legais, judiciais e indenizações	(1)	(3)	–	–	6.823	12.579	–	–	6.822	12.576
Doações, contribuições e subvenções	–	–	–	–	10	780	–	–	10	780
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	–	–	–	–	–	–	(233)	(251)	(233)	(251)
Outros	4.652	860	2	10	1.021	1.083	–	–	5.675	1.953
Total	537.281	418.854	4.535	2.786	50.312	47.772	(233)	(251)	591.895	469.161

14. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	171	458
Acréscimos e multas moratórias	54	24
Atualização de créditos fiscais	1.220	55
Atualização de depósitos judiciais	124	129
Juros sobre contratos de mútuo	340	74
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(104)	(40)
Outros	325	125
Total	2.129	824
Despesas		
Encargos de dívidas	(50)	(747)
Atualizações monetárias e cambiais	(1.399)	(743)
Outros	(2.055)	(467)
Total	(3.504)	(1.957)
Resultado financeiro	(1.375)	(1.133)

Diretoria

EDUARDO DOS SANTOS SOARES	FU LI	YUEHUI PAN	FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Presidente	Diretor	Diretor	Diretor

Contabilidade

LEANDRO FERNANDES PINTO
Coordenador de Serviços Contábeis - CRC SC-033378/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações completas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standard Board (IASB) da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. foi emitida pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 17 de março de 2022, sem ressalvas. A íntegra das demonstrações financeiras da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos informados nesta publicação resumida.

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

CNPJ Nº 04.676.564/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As Demonstrações Contábeis da IUPAR foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e suas alterações, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A IUPAR apresentou, ao final do exercício de 2021, lucro líquido de R$7.114.246mil, sendo o lucro líquido por ação de R$6,70, e patrimônio líquido de R$39.003.719mil.

Os ativos totais atingiram o montante de R$40.751.635mil e estão compostos, substancialmente, pelo investimento no Itaú Unibanco Holding S.A.

São Paulo, 18 de março de 2022. - A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.569	193
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	6	650.074	726.971
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		23.860	23.129
Total Circulante		**688.503**	**750.293**
Não Circulante			
Investimentos	7	40.063.132	37.541.925
Total não Circulante		**40.063.132**	**37.541.925**
TOTAL DO ATIVO		**40.751.635**	**38.292.218**

PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores		809	68
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		37	-.-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	10.4.2	586.403	125.702
Outros tributos a recolher	8	9.215	15.183
Total Circulante		**596.464**	**140.953**
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	1.148.212	1.229.183
Outros tributos diferidos		3.240	11.897
Total não Circulante		**1.151.452**	**1.241.080**
TOTAL DO PASSIVO		**1.747.916**	**1.382.033**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10.1	18.000.000	16.000.000
Reservas de capital	10.2	5.557.211	5.578.503
Reservas de lucros	10.2	17.194.375	16.317.356
Ajustes de avaliação patrimonial	10.3	(1.747.867)	(985.674)
Total do Patrimônio Líquido		**39.003.719**	**36.910.185**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**40.751.635**	**38.292.218**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

	Nota	2021	2020
Receitas e despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(3.585)	(2.667)
Resultado de participações societárias	7	7.264.619	5.054.307
Outras receitas e despesas		(2)	-.-
Total das receitas e despesas operacionais		**7.261.032**	**5.051.640**
Lucro antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro		**7.261.032**	**5.051.640**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	11	1.870	1.607
Despesas financeiras	11	(148.082)	(163.949)
Total do Resultado Financeiro		**(146.212)**	**(162.342)**
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		**7.114.820**	**4.889.298**
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(180)	-.-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(394)	-.-
Total dos Tributos sobre o Lucro		**(574)**	-.-
Lucro líquido do exercício		**7.114.246**	**4.889.298**
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)			
Ordinárias	13	6,70272	4,60648
Preferenciais	13	6,70272	4,60648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**16.000.000**	**5.540.653**	**14.563.315**	**(1.256.648)**	-.-	**34.847.320**
Transações com os acionistas						
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-.-	-.-	(2.543.000)	-.-	-.-	(2.543.000)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas	-.-	37.850	60.481	-.-	-.-	98.331
Lucro líquido do exercício	-.-	-.-	-.-	-.-	4.889.298	4.889.298
Outros resultados abrangentes						
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das controladas em conjunto	-.-	-.-	-.-	270.974	-.-	270.974
Destinação do lucro						
Reserva legal	-.-	-.-	244.465	-.-	(244.465)	-.-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-.-	-.-	-.-	-.-	(652.738)	(652.738)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	-.-	-.-	515.626	-.-	(515.626)	-.-
Reservas estatutárias	-.-	-.-	3.476.469	-.-	(3.476.469)	-.-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**16.000.000**	**5.578.503**	**16.317.356**	**(985.674)**	-.-	**36.910.185**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**16.000.000**	**5.578.503**	**16.317.356**	**(985.674)**	-.-	**36.910.185**
Transações com os acionistas						
Capitalização de Reservas	4.000.000	-.-	(4.000.000)	-.-	-.-	-.-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-.-	-.-	(515.626)	-.-	-.-	(515.626)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas	-.-	2.370	633.724	-.-	-.-	636.094
Cisão	(2.000.000)	(23.662)	(701.521)	44.838	-.-	(2.680.345)
Lucro líquido do exercício	-.-	-.-	-.-	-.-	7.114.246	7.114.246
Outros resultados abrangentes						
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das controladas em conjunto	-.-	-.-	-.-	(807.031)	-.-	(807.031)
Destinação do lucro						
Reserva legal	-.-	-.-	355.712	-.-	(355.712)	-.-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-.-	-.-	-.-	-.-	(1.653.804)	(1.653.804)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	-.-	-.-	31.789	-.-	(31.789)	-.-
Reservas estatutárias	-.-	-.-	5.072.941	-.-	(5.072.941)	-.-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**18.000.000**	**5.557.211**	**17.194.375**	**(1.747.867)**	-.-	**39.003.719**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**7.114.246**	**4.889.298**
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)		
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(818.590)	321.052
Itens que não serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)		
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	11.559	(50.078)
Total de Outros resultados abrangentes	**(807.031)**	**270.974**
Total do Resultado abrangente	**6.307.215**	**5.160.272**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para reconciliação do lucro líquido		
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro	7.114.820	4.889.298
Resultado de participações societárias	(7.264.619)	(5.054.307)
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)	(342)	-.-
	(150.141)	**(165.009)**
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento) Redução em Tributos a compensar	253.569	251.681
Aumento (Redução) em Tributos a recolher	(241.354)	(217.068)
Aumento (Redução) em Fornecedores	740	10
Aumento (Redução) em Outros passivos	(8.657)	11.897
	4.298	**46.520**
Caixa proveniente das operações	**(145.843)**	**(118.489)**
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social	-.-	(15)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	**(145.843)**	**(118.504)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Juros sobre o capital próprio e Dividendos recebidos	1.633.705	3.038.609
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	**1.633.705**	**3.038.609**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros sobre o capital próprio e Dividendos pagos	(1.473.486)	(2.920.119)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(1.473.486)**	**(2.920.119)**
Aumento (redução) líquido de Caixa e equivalentes de caixa	**14.376**	**(14)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	193	207
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.569	193
	14.376	**(14)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setubal - São Paulo - SP.

A IUPAR tem por objeto social exclusivo a titularidade e o exercício do controle acionário da sociedade denominada Itaú Unibanco Holding S.A. ("ITAÚ UNIBANCO HOLDING"), devendo manter, de forma direta e em caráter permanente, a propriedade de ações representativas de, pelo menos, 51% das ações com direito a voto de emissão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A IUPAR é uma holding cujo controle é compartilhado entre as empresas Itaúsa S.A. e Companhia E. Johnston de Participações (Nota 10.1).

Durante o exercício de 2021, em decorrência de reorganização societária ocorrida no ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a IUPAR deteve participações societárias nas empresas XPART S.A. ("XPART") e XP Inc. ("XP") (Nota 7.1). Em dezembro de 2021, após cisão parcial (Nota 1.1.), a IUPAR voltou a deter em seu Investimento apenas a participação acionária no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração da IUPAR em 18 de março de 2022.

1.1. Cisão parcial

Em 8 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da IUPAR aprovou a cisão parcial de seu patrimônio líquido, avaliado a valor contábil, tendo sido as parcelas cindidas incorporadas por seus acionistas.

Os montantes cindidos foram originados da reorganização societária ocorrida no ITAÚ UNIBANCO HOLDING (Nota 7.1) e correspondiam à sua participação societária de 10,58% na XP, deduzido o valor do passivo relativo a tributos diferidos.

A cisão foi realizada com base no Balanço patrimonial de 8 de dezembro de 2021, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO	
Não circulante	
Investimentos	2.761.710
Total	**2.761.710**
TOTAL DO ATIVO	**2.761.710**

PASSIVO	
Não circulante	
Tributos diferidos	81.365
Total	**81.365**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	2.000.000
Reservas de capital	23.662
Reservas de lucros	701.521
Ajustes de avaliação patrimonial	(44.838)
Total	**2.680.345**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.761.710**

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis da IUPAR foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e suas alterações, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Administração avaliou a capacidade da IUPAR em continuar operando normalmente e está convencida de que, apesar dos impactos e da incerteza na duração e extensão da pandemia da COVID-19, a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela IUPAR na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da IUPAR.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração da IUPAR se utilize de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em períodos subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

Para os exercícios apresentados todas as estimativas e premissas utilizadas são as mais bem consideradas pela Administração e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.

2.5. Consolidação das Demonstrações Contábeis

Conforme disposto no item 4a do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a IUPAR não está apresentando Demonstrações Contábeis consolidadas, uma vez que a mesma satisfaz as condições a seguir:

- a IUPAR é ela própria uma controlada de outras entidades (Itaúsa S.A. e Companhia E. Johnston de Participações), que não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas;
- seus instrumentos patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);
- a IUPAR não arquivou nem está em processo de arquivamento de suas Demonstrações Contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e
- as controladoras finais disponibilizam ao público suas Demonstrações Contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC.

2.6. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board - IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

Durante o exercício de 2021, não houve a adoção de nenhuma nova norma que imapactasse as Demonstrações Contábeis da IUPAR.

2.6.1. Normas e interpretações revisadas e não adotadas pela IUPAR

As normas abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2021. A IUPAR não estima impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2022:

- Alterações ao CPC 15(R1) - Combinação de negócios;
- Alterações ao CPC 27 - Imobilizado;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de 2018-2020.

Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2023:

- Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro;
- Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;

Norma cuja data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB:

- Alterações ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em conjunto.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

São reconhecidos na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.1. Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:

- **Custo amortizado:** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda ao pagamento de principal e juros, contudo, são geridos em um modelo de negócios que envolva a obtenção de fluxos de caixa tanto pela manutenção contratual, quanto pela venda do ativo. São reconhecidos em contrapartida dos "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do resultado.

A IUPAR avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros, reconhecido em contrapartida do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

3.1.2. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A IUPAR também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

3.1.3. Derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

São reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas da parcela efetiva registrados em "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são mantidos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A IUPAR não realiza a contratação de derivativos de caráter especulativo. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

3.1.4. Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da IUPAR.

A IUPAR classifica as mensurações de valor justo utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A IUPAR entende que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

3.2. Caixa e Equivalentes de caixa

Correspondem a recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e incluem o caixa em espécie, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de vencimento igual ou inferior a três meses e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. O caixa em espécie e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras estão reconhecidas pelo montante aplicado acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.

3.3. Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a IUPAR está exposta ou possui direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida além de possuir a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido.

Está representado pelo investimento em participação acionária no ITAÚ UNIBANCO HOLDING. É reconhecido, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliado subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Anualmente, a IUPAR avalia se há evidência objetiva de que o investimento no ITAÚ UNIBANCO HOLDING sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a IUPAR calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na Demonstração do Resultado.

A IUPAR não reconhece perdas adicionais em seus Investimentos em montante superior à sua participação acionária, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome das investidas.

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais) (Continuação)*

3.4. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros - Investimento

Para os ativos de vida útil indefinida a IUPAR realiza a avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, uma provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

3.5. Imposto de renda e Contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados conforme a legislação tributária vigente pertinente a cada tributo. Sobre o lucro tributável incide as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente de R$240 mil, para o IRPJ e 9% para a CSLL. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

São reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Tributos sobre o Lucro", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente.

O IRPJ e a CSLL correntes são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados, podendo estar segregados entre Circulante e Não circulante conforme a expectativa de compensação/liquidação. Com relação ao IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias sobre as bases fiscais dos ativos e passivos, somente na proporção da probabilidade de apuração de lucro tributável futuro e possibilidade de utilização das diferenças temporárias realizadas, e estão apresentados no não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Na determinação dos tributos diferidos, a IUPAR avalia o impacto das incertezas nas posições fiscais tomadas. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e envolvem uma série de julgamentos sobre eventos futuros, tais como projeções econômico-financeiras, cenários macroeconômicos e a legislação fiscal pertinente. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a IUPAR a mudar seu julgamento com relação aos tributos já reconhecidos, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

3.6. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis para sua emissão.

3.7. Dividendos e Juros sobre o capital próprio - JCP

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios não inferior a 100% do lucro líquido realizado em dinheiro de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são reconhecidos como passivo, líquidos dos pagamentos já realizados, em contrapartida do Patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os dividendos a receber são reconhecidos como ativo nas Demonstrações Contábeis quando da deliberação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral da controlada, em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de JCP. Para fins de atendimento às normas fiscais, são reconhecidos em contrapartida à rubrica de "Despesas financeiras". Para fins de preparação das referidas Demonstrações Contábeis, são revertidos do resultado em contrapartida do Patrimônio líquido e imputados ao saldo dos dividendos do exercício.

Para o JCP a receber, quando deliberados pelo Conselho de Administração da controlada, os mesmos são inicialmente registrados na rubrica de "Receitas financeiras", para fins fiscais, e, concomitantemente, revertidos dessa rubrica em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

3.8. Lucro líquido por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante cada exercício. O lucro diluído por ação é calculado pelos mesmos indicadores ajustados por instrumentos potencialmente conversíveis em ações e com efeito diluidor.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Instrumentos financeiros

A IUPAR mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Níveis	31/12/2021 Valor justo	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2020 Valor justo	31/12/2020 Valor contábil
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequente						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	5	2	14.559	14.559	188	188
			14.559	**14.559**	**188**	**188**
Custo amortizado						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Caixa e Bancos	5	2	10	10	5	5
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	6	2	650.074	650.074	726.971	726.971
			650.084	**650.084**	**726.976**	**726.976**
Total de Ativos financeiros			**664.643**	**664.643**	**727.164**	**727.164**
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores		2	809	809	68	68
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	10.4.2	2	586.403	586.403	125.702	125.702
			587.212	**587.212**	**125.770**	**125.770**
Total de Passivos financeiros			**587.212**	**587.212**	**125.770**	**125.770**

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, a IUPAR projeta os fluxos de caixa descontados dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, e considerando também o risco de crédito próprio, de acordo com o CPC 46 - Mensuração do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros negociadas na B3.

As operações com instrumentos financeiros que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

4.2. Gerenciamento de riscos

Pelo fato dos resultados da IUPAR estarem diretamente atrelados às operações da controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a IUPAR está exposta, essencialmente, aos riscos decorrentes das operações da controlada.

Por meio de sua alta administração a IUPAR participa nos conselhos de administração e comitês de assessoramento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que também possui a presença de membros independentes com experiência nos respectivos mercados de atuação, onde são estimuladas boas práticas de gerenciamento de riscos e *compliance*, incluindo integridade.

4.2.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Estes riscos podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das taxas negociadas no mercado.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que podem fazer com que a IUPAR sofra perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e com resgate garantido pelos bancos emissores pelo valor da quota no dia de resgate para os fundos de investimento.

4.2.2. Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da IUPAR não realizar seus direitos. Essa descrição está relacionada, principalmente, à rubrica de Caixa e Equivalentes de caixa, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelo saldo contábil da rubrica.

A IUPAR realiza a gestão de recursos junto às instituições financeiras visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. Os normativos internos determinam que as aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições financeiras de primeira linha e sem concentrar recursos em aplicações específicas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a IUPAR a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco da IUPAR não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente, o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outras obrigações assumidas.

A IUPAR investe o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

Os vencimentos de todos os passivos financeiros, de acordo com os fluxos de caixa não descontados, estão previstos para ocorrer nos próximos 12 meses.

4.3. Gestão de capital

A IUPAR faz a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, principalmente, por meio da otimização do custo de capital.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixas e Bancos	10	5
Aplicações financeiras	14.559	188
Total	**14.569**	**193**

6. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING
Saldo em 31/12/2019	**120.322**
Dividendos	2.120.997
JCP	1.524.261
Recebimentos	(3.038.609)
Saldo em 31/12/2020	**726.971**
Dividendos	341.003
JCP	1.215.805
Recebimentos	(1.633.705)
Saldo em 31/12/2021	**650.074**

7. INVESTIMENTOS

7.1. Movimentação

O quadro abaixo demonstra a movimentação do investimento decorrente da participação da IUPAR no ITAÚ UNIBANCO HOLDING, XPART e XP Inc:

	Controladas em conjunto		Coligada	
	ITAÚ UNIBANCO HOLDING	XPART	XP	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	**36.009.861**	-,-	-,-	**36.009.861**
Resultado de participação societária	5.054.307	-,-	-,-	5.054.307
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(3.891.548)	-,-	-,-	(3.891.548)
Outros resultados abrangentes	270.974	-,-	-,-	270.974
Outros	98.331	-,-	-,-	98.331
Saldo em 31/12/2020	**37.541.925**	-,-	-,-	**37.541.925**
Resultado de participação societária	7.099.749	99.704	65.166	7.264.619
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.810.765)	-,-	-,-	(1.810.765)
Aquisição de ações	-,-	-,-	-,-	-,-
Alienação de ações	-,-	-,-	-,-	-,-
Aumento (Redução) de capital social	-,-	-,-	-,-	-,-
Outros resultados abrangentes	(762.193)	(25.384)	(19.454)	(807.031)
Cisão Itaú Unibanco	(2.618.016)	2.618.016	-,-	-,-
Incorporação XPART pela XP	-,-	(2.710.364)	2.710.364	-,-
Cisão Investimento XP	-,-	-,-	(2.761.710)	(2.761.710)
Outros	612.432	18.028	5.634	636.094
Saldo em 31/12/2021	**40.063.132**	-,-	-,-	**40.063.132**
Valor de Mercado em 31/12/2020 (*)	**81.101.990**			
Valor de Mercado em 31/12/2021 (*)	**53.717.568**			

(*) O valor de mercado representa o valor da ação negociada na bolsa de valores (B3) considerando percentual de participação da IUPAR

7.1.1. Reorganização societária envolvendo o investimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na XP e criação da XPART

Em Assembleia Geral do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, realizada em 31 de janeiro de 2021, foi aprovada a proposta de reorganização societária com vistas à segregação da linha de negócio referente à participação de 40,52% detida pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no capital social da XP, a qual dependia de manifestação favorável do Federal Reserve Board ("FED") (Banco Central Norte Americano) para sua implementação.

Em 31 de maio de 2021, o FED manifestou-se favoravelmente à operação efetivando-se a referida reorganização societária, que resultou na cisão parcial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, e consequente constituição da XPART, que possui como objeto social exclusivo a participação societária no capital social da XP.

A XP, sediada na Ilhas Cayman, é uma companhia aberta com ações negociadas na bolsa de valores americana Nasdaq e apresenta uma plataforma de serviços financeiros, líder de tecnologia, com foco em: (i) serviços de consultoria financeira; e (ii) produtos financeiros que fornecem acesso a investimentos em ações e títulos de renda fixa, fundos mútuos e de *hedge*, produtos estruturados, seguro de vida, planos de pensão, fundos imobiliários entre outros.

Como resultado dessa reorganização societária, os acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tiveram direito ao recebimento de participação acionária na XPART na mesma quantidade, espécie e proporção das ações por eles detidas no ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sendo que as ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e os American Depositary Receipts - ADRs continuaram a ser negociados com o referido direito ao recebimento de valores mobiliários da XPART até a data de corte ("ex-direito" de recebimento de valores mobiliários da XPART), considerada 1º de outubro de 2021.

Com a reorganização societária a IUPAR passou a ter direito à participação acionária na XPART, equivalente à que detinha no ITAÚ UNIBANCO HOLDING, ou seja, 26,22%, e que corresponde a uma participação acionária na XP de 10,62%.

7.1.1.1. Incorporação da XPART pela XP

Em 31 de janeiro de 2021 e em 28 de maio de 2021, a IUPAR, a ITAÚSA, os controladores da XP e a XP assinaram documentos contendo os principais termos e condições relativos à proposta de incorporação da XPART pela XP e outros direitos e obrigações das partes.

Em 1º de outubro de 2021, as Assembleias Gerais da XPART e da XP aprovaram a incorporação da XPART pela XP e a consequente extinção da XPART.

Com a incorporação da XPART pela XP, os acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que até a data de corte tiveram o direito ao recebimento de valores mobiliários de emissão da XPART, receberam: (i) no caso dos acionistas controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (IUPAR e ITAÚSA) e dos titulares de ADRs, ações Classe A de emissão da XP; e (ii) no caso dos demais acionistas, Brazilian Depositary Receipts - BDRs patrocinados Nível I.

Em decorrência da Incorporação, a IUPAR passou a ser detentora de ações Classe A de emissão da XP equivalentes a 10,59% do capital total da XP e 3,33% de seu capital votante.

Ainda, a partir desta data, a IUPAR e a ITAUSA passaram a ser partes do Acordo de Acionistas da XP, com destaque para o direito de ambas indicarem membros ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da XP.

7.2. Reconciliação do Investimento

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING 31/12/2021	ITAÚ UNIBANCO HOLDING 31/12/2020
Patrimônio líquido da investida	152.863.803	142.993.407
% de participação	26,22%	26,26%
Participação no Investimento	**40.077.725**	**37.556.847**
Resultados não realizados	(14.593)	(14.922)
Saldo contábil do Investimento na controladora	**40.063.132**	**37.541.925**

7.3. Informações consolidadas resumidas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING

	31/12/2021	31/12/2020
Qtde. de ações em circulação das investidas	**9.779.890.623**	**9.762.456.896**
ON	4.958.290.359	4.958.290.359
PN	4.821.600.264	4.804.166.537
Qtde. de ações de propriedade da IUPAR	**2.564.084.404**	**2.564.084.404**
ON	2.564.084.404	2.564.084.404
% de participação	**26,22%**	**26,26%**
% de participação no capital votante	**51,71%**	**51,71%**
Informações sobre o Balanço Patrimonial (*)	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa e equivalentes de caixa	44.512	46.224
Ativos financeiros	1.915.573	1.851.322
Ativos não financeiros	109.121	121.705
Passivos financeiros	1.621.786	1.579.686
Passivos não financeiros	282.944	285.040
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	152.864	142.993
Informações sobre a Demonstração do Resultado (*)	**2021**	**2020**
Resultado de produtos bancários	126.374	100.199
Tributos sobre o lucro	(13.847)	9.834
Lucro líquido atribuível aos controladores	26.760	18.896
Outros resultados abrangentes	(2.827)	1.029
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa (*)	**2021**	**2020**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	23.805	46.689

(*) Em milhões de reais.

8. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2021	31/12/2020
Outros tributos a recolher		
PIS e COFINS	4.210	15.180
IRRF - Juros sobre Capital Próprio	4.988	-,-
Outros	17	3
Total	**9.215**	**15.183**

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O saldo e a movimentação do Imposto de renda e Contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

	31/12/2019	Constituição/ Realização/Reversão	31/12/2020	Constituição/ Realização/Reversão	Cisão (1)	31/12/2021
Ativos						
Reconhecidos no Resultado						
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	394	-,-	394	(394)	-,-	-,-
Total (2)	**394**	-,-	**394**	**(394)**	-,-	-,-
Passivos						
Reconhecidos no Resultado						
Diferenças temporárias	**(1.229.577)**	-,-	**(1.229.577)**	-,-	**81.365**	**(1.148.212)**
Amortização Deságio	(1.229.577)	-,-	(1.229.577)	-,-	81.365	(1.148.212)
Total (2)	**(1.229.577)**	-,-	**(1.229.577)**	-,-	**81.365**	**(1.148.212)**

(1) Conforme nota explicativa 1.1.

(2) O Imposto de renda e a Contribuição social diferidos ativo e passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pela entidade tributável, totalizando no passivo diferido, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$1.148.212 (R$1.229.183 em 31 de dezembro de 2020).

9.1. Ativos diferidos

9.1.1. Expectativa de realização

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, aprovados pela Administração, que podem sofrer alterações.

9.1.2. Créditos fiscais não reconhecidos

A IUPAR possui créditos fiscais relativos às diferenças temporárias, não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização. Os referidos créditos poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para a utilização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2021, os créditos não reconhecidos na IUPAR correspondem ao montante de R$1.119 (R$4.054 em 31 de dezembro de 2020).

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Capital social

Em 30 de abril de 2021, a Assembleia Geral da IUPAR aprovou o aumento do Capital social, subscrito integralizado, de R$16.000.000 para R$20.000.000 mediante a capitalização de parcela da Reserva de Equalização de Participações, sem emissão de novas ações, com finalidade de adequar limite do saldo das Reservas de lucros frente ao capital social da Companhia.

Em 8 de dezembro de 2021, em decorrência da Cisão parcial (Nota 1.1) o Capital social foi reduzido em R$2.000.000, resultando assim, em 31 de dezembro de 2021, em um Capital social de R$18.000.000, totalmente subscrito e integralizado, sendo composto por ações escriturais e sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

31/12/2021 e 31/12/2020	Ordinária Classe "A"	%	Ordinária Classe "B"	%	Preferencial	%	Total	%
Itaúsa S.A.	355.227.092	100,00	-,-	-,-	350.942.273	100,00	706.169.365	66,53
Companhia E. Johnston de Participações	-,-	-,-	355.227.092	100,00	-,-	-,-	355.227.092	33,47
Total	**355.227.092**	**100,00**	**355.227.092**	**100,00**	**350.942.273**	**100,00**	**1.061.396.457**	**100,00**

Cada classe de ação ordinária ("A" e "B") confere a seus titulares o direito de eleger e destituir, em separado, metade dos membros efetivos e seus respectivos suplentes do Conselho de Administração da IUPAR.

10.2. Reservas

	Reservas de capital	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: Reserva estatutária – Equalização de participações	Reservas de lucro: Reflexas	Reservas de lucro: Dividendos adicionais propostos	Total
Saldo em 31/12/2019	**5.540.653**	**1.791.450**	**13.859.573**	**(3.630.708)**	**2.543.000**	**14.563.315**
Constituição	-,-	244.465	3.476.469	-,-	-,-	3.720.934
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-,-	-,-	-,-	-,-	(2.543.000)	(2.543.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio Propostos	-,-	-,-	-,-	-,-	515.626	515.626
Equivalência patrimonial reflexa	37.850	-,-	-,-	60.481	-,-	60.481
Saldo em 31/12/2020	**5.578.503**	**2.035.915**	**17.336.042**	**(3.570.227)**	**515.626**	**16.317.356**
Constituição	-,-	355.712	5.072.941	-,-	-,-	5.428.653
Capitalização de Reservas	-,-	-,-	(4.000.000)	-,-	-,-	(4.000.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-,-	-,-	-,-	-,-	(515.626)	(515.626)
Dividendos e juros sobre o capital próprio Propostos	-,-	-,-	-,-	-,-	31.789	31.789
Cisão	(23.662)	-,-	(701.521)	-,-	-,-	(701.521)
Equivalência patrimonial reflexa	2.370	-,-	-,-	633.724	-,-	633.724
Saldo em 31/12/2021	**5.557.211**	**2.391.627**	**17.707.462**	**(2.936.503)**	**31.789**	**17.194.375**

(a) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela IUPAR e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados ao reforço de seu capital, sem terem como contrapartida qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

(b) Reservas de lucros

- **Reserva legal**: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.
- **Reserva estatutária**: A "Reserva estatutária de equalização de participações" possui a finalidade de assegurar a equalização do lucro da IUPAR com os resultados de equivalência patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Os recursos serão aplicados na distribuição de dividendos complementares, juros remuneratórios sobre o capital próprio ou em aumento de capital social. Esta reserva está limitada ao valor total do Capital social.
- **Reservas reflexas**: Corresponde ao efeito reflexo na IUPAR das movimentações das reservas de lucro do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- **Dividendos adicionais propostos**: Referem-se aos Dividendos e Juros sobre o capital próprio que excedem o dividendo mínimo obrigatório, deliberados pelo Conselho de Administração, a serem ratificados pela Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das Demonstrações Contábeis.

10.3. Ajuste de avaliação patrimonial

	31/12/2021	31/12/2020
Benefício pós-emprego	(389.989)	(401.548)
Valor justo de ativos financeiros	(598.042)	274.019
Ajuste de conversão	1.491.788	1.570.259
Hedge accounting	(2.251.624)	(2.428.404)
Total	**(1.747.867)**	**(985.674)**

O saldo refere-se, em sua totalidade, à equivalência patrimonial sobre os ajustes de avaliação patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

10.4. Destinação do resultado e Dividendos e Juros sobre o capital próprio - JCP

10.4.1. Destinação do resultado

	2021	2020
Lucro líquido	7.114.246	4.889.298
(-) Reserva legal	(355.712)	(244.465)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	**6.758.534**	**4.644.833**
Destinação:		
Distribuição aos acionistas		
Dividendos	319.639	382.050
Juros sobre capital próprio	1.334.165	270.688
Dividendos e JCP complementares propostos	31.789	515.626
	1.685.593	**1.168.364**
Reservas de lucros	**5.072.941**	**3.476.469**
	6.758.534	**4.644.833**
% bruto pertencente aos acionistas	**24,94%**	**25,15%**

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais) (Continuação)*

O valor por ação dos dividendos e JCP, do exercício de 2021, está apresentado a seguir:

	Data do pagamento (realizado ou previsto)	Valor por ação Bruto	Valor por ação Líquido	Valor distribuído Bruto	Valor distribuído Líquido
Pagos					
Dividendos	01/02/2021	0,04640	0,04640	49.249	49.249
Dividendos	01/03/2021	0,03600	0,03600	38.210	38.210
Dividendos	01/04/2021	0,03540	0,03540	37.573	37.573
Dividendos	03/05/2021	0,02330	0,02330	24.731	24.731
Dividendos	01/06/2021	0,02510	0,02510	26.641	26.641
Dividendos	01/07/2021	0,03620	0,03620	38.423	38.423
Dividendos	02/08/2021	0,03610	0,03610	38.316	38.316
Dividendos	26/08/2021	0,04993	0,04993	52.996	52.996
JCP	26/08/2021	0,22686	0,19283	240.788	204.670
JCP	26/08/2021	0,11102	0,09437	117.836	100.161
JCP	26/08/2021	0,12375	0,10519	131.348	111.646
JCP	26/08/2021	0,10670	0,09070	113.251	96.263
Dividendos	01/09/2021	0,01272	0,01272	13.500	13.500
JCP	01/12/2021	0,03868	0,03288	41.055	34.897
		0,90816	**0,81711**	**963.917**	**867.276**
Provisionados					
JCP	03/01/2022	0,02928	0,02489	31.078	26.416
JCP	11/03/2022	0,58937	0,50097	625.555	531.722
JCP	11/03/2022	0,03133	0,02663	33.254	28.265
		0,64998	**0,55248**	**689.887**	**586.403**
Propostos					
JCP	11/03/2022	0,02995	0,02546	31.789	27.021
		0,02995	**0,02546**	**31.789**	**27.021**
Total		**1,58809**	**1,39505**	**1.685.593**	**1.480.700**

10.4.2. Dividendos e JCP a pagar

A movimentação dos Dividendos e JCP a pagar está apresentada a seguir:

	Dividendos	JCP	Total
Saldo em 31/12/2019	-.-	**73.411**	**73.411**
Dividendos/JCP de exercícios anteriores	1.324.835	1.035.440	2.360.275
Dividendos/JCP do exercício	382.050	230.085	612.135
Pagamentos	(1.706.885)	(1.213.234)	(2.920.119)
Saldo em 31/12/2020	-.-	**125.702**	**125.702**
Dividendos/JCP de exercícios anteriores	281.504	199.004	480.508
Dividendos/JCP do exercício	319.639	1.134.040	1.453.679
Pagamentos	(601.143)	(872.343)	(1.473.486)
Saldo em 31/12/2021	-.-	**586.403**	**586.403**

11. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.528	772
Outras atualizações monetárias	342	835
	1.870	**1.607**
Despesas financeiras		
PIS/COFINS sobre receita financeira (1)	(148.036)	(163.851)
Outras despesas financeiras	(46)	(98)
	(148.082)	**(163.949)**
	(146.212)	**(162.342)**

(1) Referem-se, substancialmente, ao PIS e COFINS incidentes sobre a receita com JCP recebidos.

12. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os valores registrados como despesas de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**7.114.820**	**4.889.298**
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%)	**(2.419.039)**	**(1.662.361)**
(Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos		
Resultado de participações societárias	2.469.971	1.718.463
Juros sobre o capital próprio	(42.416)	(52.048)
Créditos tributários	2.929	(4.054)
Lucros do Exterior	(12.019)	-.-
IRPJ e CSLL apurados	**(574)**	-.-
Correntes	(180)	-.-
Diferidos	(394)	-.-
Alíquota efetiva	**0,0%**	**0,0%**

13. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		
Preferenciais	2.352.269	1.616.607
Ordinárias	4.761.977	3.272.691
	7.114.246	**4.889.298**
Denominador		
Média ponderada das ações em circulação		
Preferenciais	350.942.273	350.942.273
Ordinárias	710.454.184	710.454.184
	1.061.396.457	**1.061.396.457**
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		
Preferenciais	6,70272	4,60648
Ordinárias	6,70272	4,60648

14. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações realizadas com o Itaú Unibanco S.A., controlada do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, representam um saldo em conta corrente de R$10 (R$5 em 31 de dezembro de 2020).

15. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

	2021	2020
Dividendos/JCP (bruto) deliberados não recebidos	650.074	726.971
Dividendos/JCP (bruto) deliberados não pagos	586.403	125.702
Total	**1.236.477**	**852.673**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
PEDRO MOREIRA SALLES

Presidente - Suplente
JOÃO MOREIRA SALLES

Vice-Presidente
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente - Suplente
ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES

Conselheiros - Suplentes
ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA
WALTHER MOREIRA SALLES JÚNIOR

DIRETORIA

Diretor Presidente
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores
DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO
JOÃO MOREIRA SALLES
RICARDO VILLELA MARINO

CONTADORA
SANDRA OLIVEIRA RAMOS MEDEIROS
CRC 1SP 220.957/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada em conjunto e da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

Energia renovável **Complexos eólicos e solares**

Casa dos Ventos ganha força com contratos de R$ 6,4 bilhões

Fundada com dinheiro da venda da montadora Troller à Ford, empresa de energia prevê multiplicar sua capacidade instalada nos próximos quatro anos

EDU MORAES

Casa dos Ventos, de Lucas Araripe: aposta em energia fotovoltaica

Modelos de produção

- **Plano de expansão**
A Casa dos Ventos prevê aumentar sua capacidade de geração de energia dos atuais 504 MW para 6 mil MW em quatro anos

- **Usinas híbridas**
Especializada em energia eólica, a empresa começou a instalar parques solares junto de suas usinas. Há projetos exclusivamente solares previstos até 2026

- **Autoprodução**
Há um programa voltado a grandes companhias – Anglo American, Vale e Vulcabrás, por exemplo – para a autoprodução de energia. A Casa dos Ventos constrói e opera o parque para um cliente, que ao fim da obra pode ser sócio do projeto

RENÉE PEREIRA

Pioneira e líder no desenvolvimento de projetos eólicos desde 2007, quando foi criada pelo empresário Mário Araripe (ex-dono da Troller), a Casa dos Ventos vive uma nova fase. No ano passado, a empresa criou a própria comercializadora para vender a energia produzida em suas usinas no mercado livre. Só no primeiro ano de operação, faturou R$ 1 bilhão e negociou uma série de outros acordos. No total, a empresa tem R$ 6,4 bilhões em contratos negociados até 2025.

O bom resultado foi decorrente do início das atividades de algumas usinas da empresa, como a primeira fase do Complexo Eólico Rio do Vento (RN), de 504 megawatts (MW). Outros 900 MW devem entrar em operação neste e no próximo ano, reforçando ainda mais o caixa da companhia.

"Nosso objetivo é que a empresa se torne líder em geração renovável no Brasil", diz o diretor de novos negócios da companhia, Lucas Araripe, filho do fundador. Segundo ele, até 2026, a Casa dos Ventos terá cerca de 6 mil MW de capacidade instalada – ou seja, quase um Complexo do Rio Madeira em energia eólica e solar.

Apesar de ser especializada na energia dos ventos, a empresa também começou a desenvolver parques solares nos últimos anos. Cerca de 400 MW serão instalados junto das suas usinas eólicas. Os projetos híbridos são uma das apostas para aproveitar os espaços dos parques, usar a mesma conexão para escoar a energia produzida e reduzir custos. Além dessa iniciativa, há outros projetos exclusivamente de energia solar, com capacidade de 1,6 mil MW, que devem ser concluídos até 2026.

A empresa tem ainda um portfólio de 30,6 mil MW em projetos, que poderão virar realidade nos próximos anos. Desse total, 19,5 mil MW são de energia eólica e 11,1 mil MW, de solar. "Sempre trabalhamos para ter as melhores áreas e os melhores fatores de capacidade, seja para construirmos nossos próprios parques ou vendermos para clientes", diz o executivo da Casa dos Ventos.

ORIGEM. Nos cerca de 15 anos de existência, a Casa dos Ventos foi responsável por desenvolver um terço de todos os projetos eólicos em operação e em construção no País – resultado que ajudou a colocar o empresário Mário Araripe entre os homens mais ricos do Brasil, segundo a revista *Forbes*. Araripe criou a empresa de energia eólica após vender a montadora Troller para a Ford, em 2006.

Com dinheiro em caixa e tempo livre, ele começou a estudar o assunto por influência do amigo e ex-colega de faculdade no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) Odilon Camargo – considerado o maior medidor de ventos do Brasil e responsável pelo Mapa Eólico do Brasil. Naquela época, falar em energia eólica soava quase como poesia. A fonte não tinha competitividade nem interesse por parte do governo, que apostava nas grandes hidrelétricas.

A virada ocorreu em 2009, com o primeiro leilão de energia eólica e a surpreendente competitividade da fonte. Nessa altura, a Casa dos Ventos, embora recém-criada, já começava a se posicionar no mercado, com alguns projetos em desenvolvimento. Em todo esse tempo, uma das maiores características da empresa de Araripe foi se diversificar e buscar novos negócios. Soube aproveitar o momento de ser apenas desenvolvedora de projetos, depois de virar investidora e agora de lucrar com a venda no mercado livre.

Escopo
Companhia tem negócio de comercialização de energia, que faturou R$ 1 bilhão em 2021

Lucas Araripe é um dos responsáveis por essas facetas da Casa dos Ventos. Ele desenvolveu nos últimos anos um programa com grandes companhias para a autoprodução de energia. A empresa desenvolve, constrói e opera o parque para um cliente, que ao fim da obra pode ser sócio do projeto. O programa incluiu gigantes como Anglo American, Vale e Vulcabrás. Agora o plano é alcançar empresas menores, sobretudo no Nordeste.

A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Elbia Gannoum, diz que, no médio e longo prazos, com o mercado cada vez mais livre, a tendência é que desenvolvedores e geradores criem seus braços de comercialização, a exemplo do que ocorreu com a Casa dos Ventos. "É uma estratégia adequada uma vez que desenham contratos customizados para os clientes, numa espécie de alfaiataria de contratos." ●

Gigantes dos alimentos **Disputa de poder**

Previ tenta impor limites à 'hegemonia' da Marfrig na BRF

FERNANDA GUIMARÃES

O fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, a Previ, quer limitar a hegemonia da Marfrig, do empresário Marcos Molina, na BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão. Detentora de 6,13% na companhia, a Previ indicará um nome para o colegiado da fabricante de alimentos para ter um representante em uma chapa formada por nomes escolhidos apenas pela Marfrig – maior acionista da BRF, com 33%. A assembleia ocorrerá virtualmente na próxima segunda-feira, em encontro que promete ser recheado de polêmicas.

A Previ solicitou que seja adotado o voto múltiplo no pleito, em que os acionistas podem direcionar, de forma individual, seus votos entre os candidatos. É uma forma de os acionistas minoritários terem mais chance de eleger seus representantes nos conselhos de empresas.

Antes da Previ, a Petros (fundo de pensão dos funcionários da Petrobras), também acionista da BRF, com 5,26%, já tinha se colocado contra o avanço da Marfrig dentro da BRF.

Em dezembro de 2021, quando a BRF anunciou uma oferta de ações bilionária, a porta para a Marfrig aumentar sua posição ficou aberta – inclusive para ter o controle da empresa. Mas a Petros se colocou contra a estratégia, o que fez a Marfrig retroceder. Com isso, ela apenas "acompanhou" o aumento de capital, comprando o suficiente para manter a posição que já detinha no negócio.

NOMES ILUSTRES. Para o conselho elaborado pela Marfrig, Molina, que é candidato à presidência, recrutou o executivo Sergio Rial, presidente do conselho de administração do banco espanhol Santander. Os fundos de pensão não foram consultados, e a lista não considerou a presença de representantes dos fundos, que tiveram presença no conselho da BRF desde a fusão de Sadia e Perdigão, em 2008. A participação da Previ na empresa, contudo, ocorre desde 1990.

Antes do avanço da Marfrig sobre a BRF via compras na Bolsa, as empresas chegaram a anunciar um acordo para juntar suas operações, em 2019. Na época, BRF e Marfrig concordaram em um prazo de 90 dias para uma combinação que criaria uma gigante global. Mas cerca de 40 dias após o anúncio, as empresas desistiram do negócio. Molina, contudo, nunca escondeu o interesse de avançar no capital da BRF, que há anos não possui um controlador. ●

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

As pessoas físicas e/ou jurídicas abaixo identificadas, por intermédio do presente instrumento, I - DECLARAM sua intenção de constituir uma instituição com as características abaixo especificadas: **A) Denominação social**: Riz Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.. **B) Local da sede**: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 20º andar, Torre B, Itaim Bibi, São Paulo/SP - CEP 04.538-133. **C) Capital inicial**: R$1.000.000,00 (um milhão de reais). **D) Composição societária**: Controle Direto: Denominação: MK PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS LTDA., CNPJ/ME: 42.527.227/0001-30, Percentual de Participação: 100% (cem por cento). Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 20º andar, Torre B, Itaim Bibi, São Paulo/SP - CEP 04.538-133. Controle Indireto: I. MIKSZA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., CNPJ sob o nº 36.232.744/0001-89, Percentual de Participação na MK PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS LTDA.: 80% (oitenta por cento). Endereço: Rua Doutor Pedrosa, nº 151, Conjunto 901, 9º Andar, Condomínio The Five - East Batel, Bloco The Five - East Batel, Centro, CEP 80420-120. Sócio Direto: Cláudio Miguel Miksza Filho, CPF/ME: 006.860.159-08, Percentual de Participação na MIKSZA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.: 100% (cem por cento). Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 20º andar, Torre B, Itaim Bibi, São Paulo/SP - CEP 04.538-133. II. Denominação: BMG PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., CNPJ sob o nº 36.233.871/0001-00. Percentual de Participação na MK PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS LTDA.: 20% (vinte por cento). Endereço: Rua Doutor Pedrosa, nº 151, Conjunto 901, 9º Andar, Condomínio The Five - East Batel, Bloco The Five - East Batel, Centro, CEP 80420-120. Sócio Direto: Guilherme Bernert Miksza, CPF/ME: 066.747.519-28, Percentual de Participação na BMG PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.: 100% (cem por cento). Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 20º andar, Torre B, Itaim Bibi, São Paulo/SP - CEP 04.538-133. II - **ESCLARECEM** que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerta desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Preencher o campo "Número do Processo Administrativo Eletrônico - PE" com o número do processo mencionado abaixo: Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB - Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF mencionado abaixo: BANCO CENTRAL DO BRASIL - Departamento de Organização do Sistema Financeiro (DEORF) - Gerência Técnica em São Paulo III (GTSP3), Avenida Paulista, 1.804, 5º andar, São Paulo - SP, CEP 01310-922, Processo nº 202393. São Paulo, 24/03/2022. Controle Direto: **MK PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS LTDA.**, Por: Cláudio Miguel Miksza Filho. Controladores Indiretos: **MIKSZA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, Por: Cláudio Miguel Miksza Filho. **BMG PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, Por: Guilherme Bernet Miksza, **CLÁUDIO MIGUEL MIKSZA FILHO, GUILHERME BERNET MIKSZA.**

RNI Negócios Imobiliários S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 67.010.660/0001-24 - NIRE 35.300.335.210

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **RNI Negócios Imobiliários S.A**. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 26 de abril de 2022, às 10:30 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, 2500, Higienópolis, CEP 15085-485, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes; **(ii)** Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2022; **(iii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(iv)** Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2022; **(v)** Deliberar sobre a manutenção do Conselho Fiscal da Companhia e eleição dos seus respectivos membros; e **(vi)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato e eleger os membros do Conselho de Administração. **Informações Gerais: 1.** Para tomar parte e votar na AGO, o acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGO munido de documentos que comprovem sua identidade, bem como apresentar: **(i)** comprovante expedido pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira depositária das ações da Companhia, das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei 6404/76, conforme alterada; **(ii)** do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação de acionista; e **(iii)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Nos termos do Art. 9º do Estatuto Social da Companhia, solicita-se que os documentos mencionados sejam depositados na sede da Companhia, até as 18:00 horas do dia 18 de abril de 2022. Excepcionalmente, em decorrência da pandemia da COVID-19, os documentos acima exigidos poderão ser protocolados digitalmente através do envio para o endereço eletrônico ri@rni.com.br. **2.** Em razão da adoção do sistema de votação a distância para a AGO, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09"), os acionistas poderão participar da AGO por si, seus representantes legais ou procuradores, bem como via boletim de voto a distância, enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida, para tanto, constarão do boletim de voto a distância, que será divulgado dentro do prazo legal. **3.** Nos termos da legislação aplicável, o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário à requisição de adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). **3.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na AGO da Companhia encontram-se à disposição dos acionistas na sua sede social e no seu website - ri.rni.com.br, tendo os mesmos sido enviados à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na forma da legislação aplicável. **4.** Por fim, a Companhia esclarece que, caso o acionista deseje comparecer presencialmente à AGO, tomará as medidas de precaução, de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde ("OMS"), inclusive: **(i)** Higienização do local da reunião, equipamentos e mãos de todos os presentes; **(ii)** Disponibilização de máscaras descartáveis e álcool em gel aos presentes; **(iii)** Facultará aos acionistas presentes o envio da documentação de representação para o e-mail rni.ri@rni.com.br a fim de diminuir o contato físico entre os presentes com a mesa que validará as documentações. Por fim, com as medidas acima descritas, a Companhia pretende garantir o direito à participação de todos os seus acionistas na sua AGO, mantendo o seu compromisso de combate à COVID-19, preservando a saúde de todos, acionistas, colaboradores, prestadores de serviços e a comunidade em geral. São José do Rio Preto, 25 de março de 2022. **Carlos Bianconi** - Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

CNPJ nº 61.533.949/0001-41 - NIRE 35300044266

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da S.A. "O ESTADO DE S. PAULO", na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 55, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 25 de março de 2022. Roberto Crissiuma Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

AGÊNCIA ESTADO S.A.

CNPJ nº 62.652.961/0001-38 - NIRE 35300202112

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da AGÊNCIA ESTADO S.A., na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 55, 3º e 6º andares, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 25 de março de 2022. Roberto Crissiuma Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

MOVI
B3 LISTED NM

MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia de Capital Aberto Autorizado
CNPJ/ME nº 21.314.559/0001-66 - NIRE 3530047210-1

movida

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da Movida Participações S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 26 de abril de 2022, às 15 horas, em sua sede social, localizada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes;
(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como sobre a distribuição de dividendos.
(3) Reeleger os membros do Conselho de Administração.

Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2022.
(2) Alterar o Estatuto Social a fim de alterar a redação do artigo 21º para **(2.1)** constar que depende da aprovação do Conselho de Administração a outorga de garantia a terceiros nas operações envolvendo as controladas da Companhia; **(2.2.)** criar e transferir, para o parágrafo 1º, as hipóteses de prestação de garantia pela Companhia às suas controladas, que independem de autorização do Conselho de Administração, e consequente renumeração dos parágrafos; **(2.3)** inserir três incisos incluindo na competência do Conselho de Administração **(a)** aprovar a celebração, pela Companhia, de contrato, transação ou operação que, independentemente do valor, contenha: (i) qualquer restrição à distribuição de quaisquer proventos pela Companhia (incluindo dividendos e juros sobre capital próprio); (ii) qualquer restrição à celebração de contratos de mútuo pela Companhia; e/ou (iii) qualquer restrição à celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e suas Partes Relacionadas (conforme definido no inciso XXVIII deste artigo), bem como à realização, pela Companhia, de pagamentos que sejam deles decorrentes; **(b)** aprovar a celebração, pela Companhia, de contrato ou operação financeira que estabeleça níveis máximos de endividamento ou restrições semelhantes, de cujo descumprimento possa resultar (i) a aplicação de penalidades; (ii) a assunção de obrigações adicionais pela Companhia; e/ou (iii) o vencimento antecipado de obrigações da Companhia; e **(c)** aprovar, anualmente, no último trimestre de cada exercício social, a política de gestão de caixa da Companhia, que estabelecerá as diretrizes para as aplicações financeiras, definindo os responsáveis e limites de alçadas para a sua administração; bem como **(2.4)** excluir o inciso (V) do parágrafo 1º do artigo 26º do Estatuto Social para retirar das atribuições da diretoria a competência para autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias.
(3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Instruções Gerais:

Para tomar parte na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da Assembleia Geral: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 18 de abril de 2022 ou pelo e-mail ri@movida.com.br.

De acordo com a Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação à distância, enviando o correspondente Boletim de Voto à Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração.

O percentual mínimo de participação no capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, observado o prazo legal de até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral para tal requisição.

Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 9º, 10, 11 e 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na Internet da Companhia (http://ri.movida.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br), os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral ora convocada, bem como os Boletins de Voto à Distância.

São Paulo, 24 de março de 2022.
Fernando Antonio Simões
Presidente do Conselho de Administração

Acesse via QR Code

GREENBRIER MAXION
Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.
CNPJ nº 21.042.930/0001-88

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

Relatório da Administração - Em cumprimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação as informações financeiras da Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sob a forma de extrato. As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, encontram-se no site da empresa: www.gbmx.com.br, e à disposição dos acionistas na sua sede social. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	90.184	81.564
Contas a receber de clientes	12.105	91.088
Estoques	165.374	89.912
Impostos a recuperar	22.232	22.943
Despesas antecipadas	863	909
Outros créditos	3.011	11.393
Total do ativo circulante	**293.769**	**297.809**
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	11.012	34.215
Impostos a recuperar	406	707
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.013	20.865
Depósitos judiciais	7.614	9.596
Outros créditos	1.000	1.000
Direito de uso de bens arrendado	21.145	64.634
Imobilizado	63.992	59.955
Total do ativo não circulante	**132.182**	**190.972**
Total do Ativo	**425.951**	**488.781**

Passivo e Patrimônio Líquido	2021	2020
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	113.958	193.725
Fornecedores	67.643	94.991
Obrigações tributárias	1.808	1.408
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24.950	20.690
Adiantamentos de clientes	18.930	37.794
Passivo de arrendamento - Direito de uso	16.003	12.395
Outras obrigações	38.469	12.949
Total do passivo circulante	**281.761**	**373.952**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	39.117	7.200
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.851	10.046
Passivo de arrendamento - Direito de uso	7.543	53.211
Outras obrigações	-	180
Total do passivo não circulante	**69.511**	**70.637**
Patrimônio Líquido		
Capital social	87.707	87.707
Ajuste de avaliação patrimonial	666	989
Prejuízos acumulados	(13.694)	(44.504)
Total do patrimônio líquido	**74.679**	**44.192**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**425.951**	**488.781**

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

	2021	2020
Receita líquida de vendas	811.684	687.536
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(718.641)	(615.833)
Lucro bruto	**93.043**	**71.703**
Despesas Operacionais		
Com vendas	(9.126)	(26.469)
Gerais e administrativas	(14.550)	(14.874)
Honorários da Administração	(6.317)	(3.722)
Outras despesas operacionais, líquidas	(8.165)	(8.051)
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	**54.885**	**18.587**
Despesas Financeiras		
Receitas financeiras	6.259	2.951
Despesas financeiras	(15.572)	(14.299)
Variação cambial, líquida	66	435
Lucro antes do IR e da contribuição social	**45.638**	**7.674**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Correntes	(21.280)	(1.615)
Diferidos	6.129	(1.048)
Lucro do exercício	**30.487**	**5.011**
Lucro do exercício por ação - básico e diluído - R$	**0,63087**	**0,10369**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	87.707	1.162	(49.688)	39.181
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	(173)	173	-
Lucro do exercício	-	-	5.011	5.011
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	87.707	989	(44.504)	44.192
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	(323)	323	-
Lucro do exercício	-	-	30.487	30.487
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	87.707	666	(13.694)	74.679

1. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras - a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado, que foram avaliados pelo custo atribuído, e, quando aplicável, instrumentos financeiros mensurados por valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2. Principais Práticas Contábeis - a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita:** Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. É apresentada na demonstração do resultado do exercício líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas, quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos para os compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia; e (iii) quando não houver mais nenhuma responsabilidade sobre os produtos. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. **b) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se o critério de perda esperada. Há uma análise da composição do contas a receber como um todo, adotando como critério o provisionamento de todos aqueles clientes cujas faturas não apresentem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros à Companhia. **c) Estoques:** Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A Companhia realiza estimativas para avaliação da provisão para perdas nos estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização dos estoques, com base na política definida pela Administração. A provisão para perdas nos estoques é constituída levando em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses, comparado com o saldo de estoques existentes no exercício. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futuras, uma provisão é constituída. **d) Imobilizado - i) Reconhecimento e mensuração:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado. **ii) Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais aproximadamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. **e) Avaliação do valor recuperável - "impairment" - i) Ativos:** A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo e o seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). **ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. **f) Provisões - i) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Diretoria

Eduardo Scolari - Diretor Presidente
Vanderlei Garcia - Diretor Executivo de Finanças

Luiz Gustavo Rocha Vilas Boas
Diretor Executivo de Vendas e Marketing

Daniel Guliard da Silva - Contador CRC SP-305.157/O-3
Auditoria: Ernst & Young

Franquias Da política para os negócios

Após polêmicas, Wizard quer ser mentor de empresários

Após se envolver com o governo e ficar em silêncio na CPI da Covid, empresário lança novo negócio: a Mentor Sforza

FERNANDA GUIMARÃES

Carlos Wizard Martins é um empreendedor serial, como são chamadas as pessoas que sempre estão pensando em novos negócios. Conhecido pela escola de idiomas que levava o nome que acabou adotando para si (hoje parte do grupo britânico Pearson), ele se envolveu em polêmicas nos últimos tempos ao assumir o papel de apoiador do presidente Jair Bolsonaro. Agora, ele diz ao **Estadão** querer se afastar da política, promete neutralidade nas eleições presidenciais e afirma estar focado nos negócios, com a abertura de uma nova franquia, voltada à mentoria de empresários.

A decisão vem depois de um 2021 em que ele ficou nos holofotes por defender que empresas comprassem vacinas e imunizassem seus funcionários, furando a fila de prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS). O empresário foi parar na CPI da Covid, onde ficou em silêncio. A movimentação de Wizard, no entanto, levou a Pearson a afirmar que a escola não tinha mais relação com seu fundador.

O NOVO NEGÓCIO. Prevendo uma virada na economia brasileira, o empresário está lançando a Mentor Sforza, rede voltada a mentorias para empreendedores e executivos. Trata-se de um negócio que vem se juntar às outras 22 companhias da holding, que inclui o Mundo Verde (produtos saudáveis) e as redes de fast-food KFC e Pizza Hut.

"Há 30 anos, quando dei início à Wizard, desenvolvi uma sequência lógica, material didático e uma metodologia. Agora desenvolvi uma metodologia para os profissionais, com abordagem do emocional ao profissional e até uma inteligência espiritual", comenta.

A mentoria da Sforza será dedicada a todo o mercado, mas com um foco em médias empresas. Já comercializando franquias, a meta é chegar a 200 unidades até o fim deste ano. "Não será necessário o investimento do ponto físico, já que podemos ter unidades com aulas apenas online. A digitalização foi uma das heranças da pandemia", afirma.

Segundo Wizard, as mentorias tiveram início, ainda informalmente, em 2021, e dezenas de empresários já receberam seus conselhos. ●

Rede
Carlos Wizard espera alcançar 200 unidades da Mentor Sforza até o fim deste ano

Canjerana Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/ME nº 18.167.248/0001-07 - NIRE nº 35.227.558.66-8

Extrato da 8ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Por considerarem que o capital social é excessivo ao objeto da sociedade, as sócias aprovaram, a redução do capital social, de R$ 9.887.249,00 para R$ 6.517.641,00, sendo a redução de R$ 3.369.608 realizada mediante a cancelamento proporcional do número de quotas, atualmente no valor nominal de R$ 1,00 cada. Será restituído capital em dinheiro no valor de R$ 3.369.608 à sócia **Even Construtora e Incorporadora S.A** conforme disponibilidade de caixa da Sociedade. A sócia **Evenpar Participações Societárias Ltda.** declara sua expressa concordância com a devolução de capital ora aprovada, sendo certo que não receberá qualquer pagamento em decorrência de sua participação minoritária no capital social. A redução implicará a diminuição proporcional do número de quotas, que passará a ser de 6.517.641 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em seguida, foi aprovada a Consolidação do Contrato Social. São Paulo, 22.03.2022. **Even Construtora e Incorporadora S.A.** e **Evenpar Participações Societárias Ltda.** ambas por Pedro Augusto Guadalupe de Morais e Ana Claudia de Almeida Yamada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CBUQ – BINDER PMSP, CBUQ – FX III PMSP E CBUQ –FX V PMSP. Disputa: dia 07/04/2022 às 10:00 horas. Edital(is) através do site www.bbmnetlicitacoes.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 24 de março de 2022

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO, PROCESSAMENTO E EMBALAGEM DE PRODUTOS HORTI FRUTI DE ITAPECERICA DA SERRA, REGISTRO E REGIÕES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Entidade, no uso de suas atribuições legais e, em especial o artigo 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, convoca toda a categoria dos Trabalhadores nas Indústrias Processadoras de Alimentos que exerçam as atividades de Beneficiamento, Processamento e Embalagem de Produtos Horti Fruti dos Municípios de Itapecerica da Serra, Embu das Artes, Taboão da Serra, São Lourenço da Serra, Juquitiba, Miracatu, Cajati, Eldorado, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Pariquera-açu, Pedro de Toledo, Sete Barras e Registro para as **Assembleias Gerais Extraordinárias**, que se realizarão nas datas e locais abaixo discriminado, às **14:00 horas** em primeira convocação, com número legal, e uma hora após, com qualquer número, para discutir e deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: a)** Aprovação da Pauta de reivindicações para a renovação do Contrato Coletivo de Trabalho na data base de 1º de Abril de 2022 **b)** Concessão de poderes para a Diretoria abrir negociação, formalizar Acordo ou Convenção Coletiva e, se necessário, instaurar Dissídio Coletivo. **c)** Fixar contribuição Assistencial e / ou Confederativa. Por se tratar de assunto do interesse geral fica convocada toda a categoria dos Trabalhadores em Empresas Processadoras de Alimentos, associados da entidade. As deliberações serão tomadas por escrutínio secreto. Realizadas todas as assembleias, livros de presença e atas deverão ser levados à Entidade, Avenida João Batista Medina nº 176, Sala 01, Centro - Embu, Estado de São Paulo, para a feitura do extrato geral da ata, logo após o término da última das assembleias convocadas. As assembleias se realizarão nos dias **25 de Abril de 2022** no Município do Taboão da Serra, tendo por local a **Rua Rafael D'Marco, 95 - Parque Industrial**, no auditório da empresa **Terra Brasil Horti Fruti Ltda.**, no dia **26 de Abril de 2022** no Município de Itapecerica da Serra, tendo por local a **Rodovia Régis Bittencourt, km. 294** no auditório da empresa **Refricon Mercantil Ltda.**, no dia **27 de Abril de 2022** no Município de Embu, **Avenida João Batista Medina, 176** - Centro - Sede Sindical.

São Paulo, 25 de Março de 2022.

Fabiane Souza Pio do Nascimento - Presidente.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA REGIÃO DA ALTA MOGIANA - SICOOB CREDIMOGIANA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da Região da Alta Mogiana - Sicoob Credimogiana, inscrita sob o CNPJ 69.346.856/0001-10 e NIRE nº 35400023074, no uso de suas atribuições que lhe confere o estatuto social, convoca os 16 (dezesseis) delegados, em condições de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, a realizar-se no dia 06 de abril de 2022, obedecendo aos seguintes horários e "quórum" para sua instalação: sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o estatuto social: 01) em primeira convocação: às 17:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total dos delegados, em segunda convocação: às 18:00 horas, com a presença de metade mais um dos delegados, em terceira convocação, às 19:00 horas com a presença de no mínimo 10 (dez) delegados, para deliberar sobre os seguintes assuntos: ORDEM DO DIA: ORDINÁRIA 1. Prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2021, compreendendo o Relatório da Gestão, o Demonstrativo de Sobras ou Perdas, o Parecer do Conselho Fiscal e o Parecer da Auditoria Externa; 2. Destinação das sobras apuradas e sua fórmula de cálculo; 3. Fixação do honorário do Presidente do Conselho de Administração e Fixação das cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração; 4. Fixação das cédulas de presença dos membros do Conselho Fiscal; 5. Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES. 6. Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação). Franca, 25 de março de 2022. Roberto Guimarães Presidente Conselho Administração Nota (I): Conforme determina a Resolução CMN 4.434/15, em seu artigo 46, as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021, acompanhadas do respectivo Parecer dos Auditores Independentes, estão à disposição dos associados na sede da Cooperativa. Nota (II): A Assembleia Geral ocorrerá de forma SEMIPRESENCIAL, na sede da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da Região da Alta Mogiana - Sicoob Credimogiana, à Rua Saldanha Marinho, nº 2355, Bairro São José – Franca-SP, CEP 14403-420, e também, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos que poderão participar e votar. Nota (III): Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente na cooperativa de forma presencial, ou através do sítio http://www.credimogiana.com.br. K-25/03

Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo - SINDLEITE

CNPJ - 47.463.179/0001-67

Edital de Registro de Chapa

Comunicamos aos associados nos termos do art°.52 - § único do Estatuto, que foi registrada a seguinte chapa de n° 01 (chapa única) como concorrente à eleição a que se refere o Aviso publicado no dia 09 de março de 2022 no Jornal O Estado de São Paulo: Diretoria: Carlos Humberto Mendes de Carvalho, Cícero de Alencar Hegg, Laércio Barbosa, Luiz Fernando Esteves Martins, Paulo Tomoyuki Aoki, Geraldo Alvarenga Resende Filho e Solon Teixeira de Rezende Junior; Suplentes de Diretoria: Claudio Teixeira, Roberto Rezende de Pimenta Filho e Paulo Cesar Passarini; Conselho Fiscal: Benedito Vieira Pereira, João Victor Ferreira, Pedro Augusto Fernandes Guimarães; Suplente de Conselho Fiscal: Odorico Alexandre Barbosa; Delegados representantes: Carlos Humberto Mendes de Carvalho e Laércio Barbosa; Suplente de Delegados: Claudio Teixeira. Comunicamos, outrossim, que o prazo para impugnações de candidaturas conforme Estatuto são de 05 (cinco) dias, a contar do dia seguinte da publicação deste aviso. São Paulo, 25 de março de 2022.

Carlos Humberto Mendes de Carvalho - Presidente

CETESB
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

AVISO AOS ACIONISTAS

Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acham-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede desta sociedade, na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345, nesta Capital.

São Paulo, 10 de março de 2022

Patrícia Iglecias - Diretora-Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS: 01/2022

OBJETO: Contratação de Empresa para a execução de reforma e ampliação da Câmara Municipal de Cruzeiro.

Os interessados poderão examinar, gratuitamente, o Edital e seus anexos, nos dias úteis, no horário das 8h às 18 horas, no quadro de avisos da Câmara Municipal de Cruzeiro, sito na Av. Maj. Novaes, 499 - Centro, Cruzeiro - SP, 12700-905, podendo adquiri-lo junto ao Departamento de Compras e Licitações, em CD -ROM a ser retirado no referido endereço, mediante entrega, de mídia virgem, no mesmo endereço. Também por download no site oficial www.cmcruzeiro.sp.gov.br. Os envelopes contendo proposta e documentos serão recebidos no Protocolo da Câmara Municipal de Cruzeiro, no dia **11 de abril de 2022**, até às **15 horas**, iniciando a sua abertura às **16 horas.**

Cruzeiro, 23 de março de 2.022.

Vereador Jorge Luiz dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

Aviso de Suspensão

PE 027/2022; PA 6519/2021; Objeto: Contratação de empresa para execução de condições higiênicas e salubres de sanitização, desinfecção e conservação de superfícies e equipamentos das unidades de atendimento da saúde, em caráter contínuo, visando a obtenção de adequadas condições sanitárias nas unidades e dependências com características médico-hospitalares, com a disponibilização de mão de obra qualificada, produtos saneantes domissanitários, materiais, máquinas e equipamentos, sob inteira responsabilidade da contratada, para atender às necessidades das unidades pertencentes às coordenadorias de urgência, atenção básica e atenção especializada, administradas diretamente pela Secretaria Municipal de Saúde de Mauá – SP. Fica suspenso "sine die", o certame em epígrafe, por determinação do TCE-SP, conforme TC 8071.989.22-2. Iris Renata Vinha – Secretária Adjunta de Saúde.

Aviso de Licitação

PE 028/2022; PA 53915/2021; Objeto: Prestação de serviços de assistência médica, estabelecidas na Lei Federal nº 9656/98, e destinadas aos servidores municipais ativos, pensionistas e seus dependentes. Abertura: 07/04/2022 às 09:00hs. O edital encontra-se no site www.maua.sp.gov.br e www.comprasbr.com.br. Inf: (11)4512-7824. Eleni de Cássia Rodrigues Rubinelli – Secretária de Administração e Modernização.

SECRETARIA DE SAUDE

Av. de Licitação - Proc. Nº 0164/2022 - Pregão Eletrônico Nº 0013/2022 - OBJ: fornecimento de seringas e agulhas, visando atender as necessidades da vacinação do programa de imunizações da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco | V. total est. R$ 5.221.447,2031 | Recebimento das Propostas Até: 08/04/2022, às 14h00min | Abertura das Propostas: 08/04/2022, às 14h10min | Início da Disputa: 08/04/2022, às 14h20min. | O Edital na íntegra poderá ser retirado no site: www.peintegrado.pe.gov.br ou www.licitacoes.pe.gov.br | Recife, 24/03/2022. **Lindomar Lopes da Silva - Presidente/Pregoeira CPLC.VI.**

SECRETARIA DE SAUDE

Av. de Licitação – Proc. Nº.0287/2022 – Pregão Eletrônico. Nº.0029/2022 – OBJ: pregão eletrônico para registro de preços com validade de 12 (doze) meses para eventual fornecimento de medicamentos, visando atender toda a Rede Pública Estadual de Saúde de Pernambuco. | V. total est. R$ 4.125.208,4813 | Recebimento das Propostas Até: 07/04/2022, às 10h00min | Abertura das Propostas: 07/04/2022, às 10h05min | Início da disputa: 07/04/2022, às 10h10 | o Edital na íntegra poderá ser retirado no site: www.peintegrado.pe.gov.br ou www.licitacoes.pe.gov.br | Recife, 23/03/2022. **Vasty Lino Cândido. Presidente/Pregoeira – CPLC V.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 42/2022

Objeto: Aquisição de órteses, próteses e materiais especiais (OPME) em sistema de consignação, com comodato de instrumentais / equipamentos cirúrgicos para realização de cirurgias e outros procedimentos ortopédicos padronizados pela Tabela SUS Data e hora limite para credenciamento no sitio da Caixa até: 08/04/2022 às 08h30 Data e hora limite para recebimento das propostas até: 08/04/2022 às 09h Início da disputa da etapa de lances: 08/04/2022 às 10h30 Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou www.licitacoes.caixa.gov.br. Paulínia, 24 de março de 2022.

Ednilson Cazellato
Prefeito Municipal

MINISTÉRIO DA **CIDADANIA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 03/2022 – MC

Nº Processo 71000.060730/2021-41. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de veículo tipo micro-ônibus com acessibilidade com vistas ao transporte de equipe de profissionais que executam as ações concernentes às missões institucionais da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS nos Municípios, Estados e no Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Entrega das Propostas: a partir de 24/03/2022, no sítio www.gov.br/compras. Abertura das propostas: 05/04/2022, às 10h00min. Esclarecimentos: licitacao@cidadania.gov.br

Carlos André Marins Santos
Pregoeiro

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

CNPJ/MF 07.073.027/0001-53 - NIRE 35.300.344.511

Edital de Convocação

Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 31 de março de 2022

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade, nº 621, Jardim Dom Bosco, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 07.073.027/0001-53, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), convocar os senhores acionistas para reunirem-se em assembleia geral extraordinária ("Assembleia Geral"), no dia 31 de março de 2022, às 10h, em primeira convocação, na sede social da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovação da proposta de distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao primeiro trimestre de 2022 ("Juros Sobre Capital Próprio"); e (ii) outros assuntos de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão provar a sua qualidade de acionista nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Ainda, consoante o artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o acionista somente poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 23 de março de 2022. **Luiz Roberto Novaes Mattar** - Presidente do Conselho de Administração.

SUZANO Holding

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF 60.651.809/0001-05 - NIRE 35.300.011.864

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convidados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Suzano Holding S.A. ("Assembleia" e "Companhia", respectivamente), a se realizar no dia 26 de abril de 2022, às 11h00, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 21º andar, CEP 01452-919, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) apreciação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021; b) deliberar sobre a proposta da Diretoria a respeito da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021, que inclui a proposta de distribuição de dividendos; c) fixação do número de membros do Conselho de Administração e eleição de seus membros; e d) fixação do montante global anual da remuneração dos administradores. Em atenção ao disposto no art. 3º da Instrução CVM nº 165, de 11.12.91, conforme alterada, informamos que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Conforme parágrafo 2º do art. 1º da Instrução CVM nº 594, de 20.12.17, a Companhia não disponibilizará boletim de voto a distância a seus acionistas, pois não possui ações em circulação. Os acionistas deverão comparecer à Assembleia munidos de documento de identidade, podendo ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano contado da data da Assembleia, sendo que o procurador deve ser administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, nos termos do Art. 126 da Lei 6.404/76. Em todo caso, os procuradores deverão estar munidos de documento de identidade e da procuração.

São Paulo, 25 de março de 2022.

Claudio Thomaz Lobo Sonder - Presidente do Conselho de Administração

JULIANA ESTIGARRÍBIA, CIRCE BONATELLI, CYNTHIA DECLOEDT E CRISTIANE BARBIERI

TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Locadora Movida investe R$ 500 milhões em divisão de entregas de 'última milha'

Diante do crescimento acelerado do e-commerce, a Movida está expandindo as operações da Movida Cargo, divisão de aluguel de veículos voltada para entregas do varejo. A companhia já investiu R$ 500 milhões no negócio, sendo R$ 30 milhões na aquisição de uma frota 100% elétrica. Com faturamento de R$ 21 milhões no ano passado, a divisão começou a ser gestada em 2020, no início da pandemia. Segundo o CEO da Movida, Renato Franklin, a empresa buscava novos negócios, e a explosão do e-commerce chamou a atenção. Após um estudo, a Movida detectou que os veículos usados no segmento conhecido como *last mile* – ou "última milha", etapa final das entregas –, eram antigos e pequenos e, em geral, usados por pessoas físicas.

Datas fortes impulsionam locações

A expectativa é de que a receita do segmento supere, em breve, a de transporte por aplicativo. Para chegar lá, uma das ideias é oferecer contratos de locação flexíveis, incluindo semanal e diário: quanto mais longo o período, é claro, menor o preço. Datas fortes do varejo, como Dia das Mães, são um apelo a mais às locações.

Maioria dos clientes é de pessoas físicas

Embora a divisão atenda a gigantes do varejo como Magazine Luiza e Mercado Livre, além de transportadoras, o CEO da Movida afirma que a maior parte da carteira de clientes é formada hoje por pessoas físicas – e a companhia vem se adaptando para atender esse público.

● BENEFÍCIO. A Movida Cargo adquiriu uma frota de 137 furgões 100% elétricos. Segundo Franklin, além do apelo de imagem – e atualmente do preço do combustível –, os clientes que alugam os veículos zero emissões em São Paulo têm a vantagem de ficar isentos do rodízio e ter um dia a mais de receita na semana.

● MONEY TALKS. A MRV contratou dois bancos para buscarem um sócio que ajudará a fomentar o crescimento da AHS, sua subsidiária nos Estados Unidos: o Bank of America (BofA) e o BTG, apurou a Coluna com fontes do mercado. A empresa está acelerando o crescimento no mercado norte-americano, onde ergue prédios residenciais para locação dos apartamentos e posterior venda do empreendimento para grandes investidores.

● DE OLHO NO LANCE. Na semana passada, a Coluna revelou que a MRV está avaliando alternativas de captação de recursos para a AHS, o que foi confirmado pelo grupo em comunicado oficial ao mercado. A MRV admitiu que vislumbra, no curto prazo, a entrada de um eventual parceiro estratégico no quadro societário da AHS. No médio prazo, há a chance de abertura de capital da subsidiária americana.

EM SOLO AMERICANO

MRV-7/5/2021

Prédios da AHS na Flórida: bancos buscarão sócio para ajudar a fomentar o crescimento da subsidiária norte-americana da MRV

● TÁ QUENTE. O fato de a MRV já ter contratado os bancos para trabalhar no processo evidencia que essa operação saiu do campo das intenções, já começa a entrar na parte prática e pode se tornar realidade ainda este ano, segundo fontes. Procurados, a MRV, o BofA e o BTG não comentaram.

● OVOS DE OURO. A MRV tem dado muita atenção para a AHS, que respondeu por dois terços do lucro líquido do grupo no quarto trimestre de 2021. Foram R$ 186,5 milhões. A subsidiária é peça-chave na estratégia de diversificação das atividades imobiliárias do conglomerado, que abrange a incorporadora MRV, a loteadora Urba e a "gêmea" da AHS no Brasil, chamada Luggo.

● VERDINHAS. A expectativa é que a subsidiária norte-americana continue gerando receita atrativa, em dólares. Fundada no estado da Flórida, a AHS atua em 19 cidades nos Estados de Flórida, Texas e Geórgia. Ao todo, são dez empreendimentos em construção nos EUA, com 3,2 mil apartamentos a serem vendidos, algo avaliado em US$ 915 milhões, ou cerca de R$ 4,4 bilhões.

● CONFORME PREVISTO. A inadimplência voltou a crescer entre as pequenas e médias empresas em fevereiro, pelo segundo mês seguido, com o setor de serviços representando 51,1% do total de companhias com o nome no vermelho. Segundo o Serasa Experian, a inadimplência atingiu 5,44 milhões de pequenos negócios no País em fevereiro, um aumento de 0,5% em comparação ao mesmo período do ano passado.

● TRAVOU. Em janeiro, a inadimplência no segmento já havia crescido 0,4%. Com a inflação acelerada e o juro mais alto reduzindo o poder de compra dos consumidores brasileiros, esse grupo de empresas têm tido maior dificuldade para quitar suas dívidas, de acordo com o economista do Serasa, Luis Rabi.

SOBE

Interesse estrangeiro sustenta frigoríficos

MICHAEL CIAGLO/BLOOMBERG

Mesmo com a queda do dólar, os frigoríficos subiram ontem com o interesse de estrangeiros por ativos brasileiros. "O dólar está caindo porque os gringos estão mandando dinheiro para cá, comprando ações. No caso dos frigoríficos, o destaque de compra é de corretora estrangeira", diz Rodrigo Brolo, da Criteria. Minerva subiu 4,35%. BRF, JBS e Marfrig avançaram 2,41%, 1,18% e 1,06%, respectivamente.

DESCE

Balanço penaliza papéis da Locaweb

RAFAEL ARBEX / ESTADÃO

Os papéis da Locaweb fecharam com queda de 7,05%, o maior recuo do Ibovespa. O movimento foi reflexo do balanço do quarto trimestre da companhia, que frustrou as expectativas do mercado, segundo analistas. O Citi disse que a empresa registrou Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) ajustado abaixo do consenso devido a maiores ajustes de despesas de M&A (fusões e aquisições).

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **119.052,91 PTS.** | Dia **1,36%** | Mês **5,22%** | Ano **13,58%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
BANCO INTER UNT	21,32	10,12	53.248
MAGAZ LUIZA ON NM	6,60	10,00	86.054
MELIUZ ON NM	2,53	9,05	18.171

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

LOCAWEB ON NM	9,63	-7,05	33.588
HAPVIDA ON NM	11,37	-5,09	91.333
PETRORIO ON NM	26,11	-4,50	35.674

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

21/3 A 21/4	0,1322	0,9333	0,6329	0,5000
22/3 A 22/4	0,1016	0,8024	0,6021	0,5000
23/3 A 23/4	0,1041	0,8049	0,6046	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK DJIA	34.707,94	1,02	2,41	-4,49
FRANKFURT - DAX	14.273,79	-0,07	-1,29	-10,14
LONDRES - FTSE	7.467,38	0,09	0,12	1,12
TÓQUIO - NIKKEI	28.110,39	0,25	5,97	-2,37

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2026	5,18	3.094,01
	15/5/2035	5,57	1.898,98
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	5,51	4.034,61
PREFIXADO	1º/1/2025	11,77	735,08
	1º/1/2029	11,81	470,92
SELIC	1º/3/2025	0,04	11.458,44

(*) TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,67	1,00	1,68	10,80
IGPM (FGV)	1,82	1,83	3,68	16,12
IGP-DI (FGV)	2,01	1,50	3,55	15,35
IPC (FIPE)	0,74	0,90	1,65	10,33
IPCA (IBGE)	0,54	1,01	1,56	10,54
CUB (Sinduscon)	0,38	0,19	0,56	12,32
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,47	0,38	0,85	4,12

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,1612	IPCA (IBGE)	1,1054
IGP-DI (FGV)	1,1535	INPC (IBGE)	1,1080
IPC-FIPE	1,1033	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.212,00	7,5%
DE 1.212,01 ATÉ R$ 2.427,35	9%
DE R$ 2.427,36 ATÉ R$ 3.641,03	12%
DE R$ 3.641,04 ATÉ R$ 7.087,22	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.212,00 A 7.087,22	20%	DE 242,40 A 1.417,44

VENCIMENTO 7/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/32)	11,65	0,00	4,67	27,32
CDI	11,65	0,00	9,38	27,32

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/22	19,26	295.975	19,20	19,50	0,10
CAFÉ NY*	JUL/22	221,70	50.262	220,50	226,85	-1,51
SOJA CBOT**	MAI/22	17,01	278.677	16,975	17,300	-1,05
MILHO CBOT**	JUL/22	7,29	396.290	7,273	7,385	-0,85

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	192,38	-1,11	0,00
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	352,05	1,95	13,27
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	99,20	-0,73	6,63
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.259,80	-0,99	76,57

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	4,8320	-0,25	-6,28	-13,34
DÓLAR TURISMO	4,9970	-0,06	-5,95	-12,90
EURO	5,3160	-0,28	-8,47	-15,81
OURO	300,000	0,33	-2,28	-9,09
WTI US$/BARRIL	111,4300	-2,56	16,27	45,77
IBRENTUS$/BARRIL	117,9700	-3,30	20,24	51,46

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERI	1,000	1,0999	1,3188	0,2071
EURO	0,909	1,0000	1,1980	0,1883
FRANCO SUIÇO	0,931	1,0236	1,2270	0,1927
LIBRA ESTERLINA	0,758	0,8341	1,0000	0,1570
IENE	122,330	134,5240	161,2870	25,327

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Pedro Doria *E-mail: coluna@pedrodoria.com.br; Twitter: @pedrodoria*

A dissonância cognitiva explodiu

Fossem apenas os militantes de redes sociais, seria menos grave. Mas o fato de que, nas últimas semanas, a imprensa de esquerda na internet brasileira incorporou à sua pauta a desinformação russa deveria preocupar a todos. Pode não ser óbvio, mas é a democracia brasileira que é posta em risco.

A desinformação cumpre um ciclo para que ponha em xeque democracias. Atinge primeiro aquelas pessoas com maior tendência a adotar teorias conspiratórias, que se agrupam como seita nas redes. No segundo momento, veículos noticiosos percebem ali um público fiel potencial e começam a reverberar as informações falsas.

Quando fez explodir o número de fontes de notícias, a internet criou variedade mas também desorientação. Sem entender bem em quem confiar, muitos passaram a usar como bússola a busca por veículos que confirmam suas visões. E muitos veículos escolheram por alimentar isso.

A ameaça à democracia se concretiza quando os políticos entram no jogo. Com os veículos preferidos de seus eleitores repetindo uma mesma versão dos fatos, parlamentares e candidatos se sentem obrigados a adotar as teses.

Foi isto que aconteceu na direita de inúmeros países, incluindo o Brasil. Foi esse processo que criou um universo paralelo descolado da realidade que levou ao QAnon americano e pôs no Planalto Jair Bolsonaro. E é inacreditável que, hoje, quem lê os principais sites da esquerda brasileira encontrará a mesmas teses sobre o conflito entre Rússia e Ucrânia que estão nos sites da extrema direita americana.

Esquerda brasileira e direita americana têm as mesmas teses sobre a guerra da Ucrânia

Para repetir o discurso pró-Putin, a dissonância cognitiva necessária é imensa. É preciso deixar de lado tudo o que a esquerda latino-americana defendeu nos últimos 50 anos.

O presidente russo argumenta que o povo ucraniano não existe, que é uma invenção recente. O fato de que Kiev tem 600 anos mais do que Moscou, claro, é detalhe. É o mesmo argumento que a extrema direita israelense usa a respeito dos palestinos – são um povo que "não existe".

O argumento realista de política externa, que considera inevitável que potências militares invadam seus vizinhos, é outro problema. Este é o argumento de Henry Kissinger para defender a política que auxiliou inúmeras ditaduras militares nos anos 1960 e 70.

No Brasil, já perdemos para a realidade paralela um pedaço da direita. Se os políticos de esquerda embarcarem na onda de seus militantes e jornalistas, perderemos um naco da esquerda. Quando a percepção da realidade é manipulável, democracias se dissolvem. ●

JORNALISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

C5 **Paladar.** Veja opções de brunch em São Paulo.
C6 **Cinema.** Serviços de streaming podem levar o Oscar de melhor filme neste ano.

C8 Shows

A volta dos festivais

Lollapalooza retoma hoje os grandes eventos musicais

Miley Cyrus é uma das atrações estrangeiras do sábado à noite

HENRY NICHOLLS / REUTERS - 30/6/2019

Direto da Fonte
Sonia Racy
Gabriel Manzano (interino)

BLOG

INSTAGRAM

MARCELA PAES
MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI
PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH
SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Cidade aberta

A Prefeitura paulistana já colocou sua estrutura à disposição de imigrantes e refugiados da Ucrânia. Nas reuniões do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, na Suíça, para discutir migrações em massa decorrentes da invasão da Rússia, esteve presente uma enviada do prefeito **Ricardo Nunes** – **Claudia Carletto,** secretária de Direitos Humanos, que fez contato com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

A senadora **Mara Gabrilli** também esteve lá, tentando articular uma missão para um avião do governo brasileiro levar medicamentos e alimentos para os refugiados em diferentes locais do Leste Europeu.

Mostra rara

A mostra *Fluxos do Moderno*, que a Casa Roberto Marinho inaugurou, no Rio, expõe raro conjunto de seis pinturas realizadas em 1926 por **Roberto Rodrigues** – irmão do dramaturgo e jornalista **Nelson Rodrigues**. Pintor, desenhista e ilustrador, Roberto dividiu o ateliê com **Cândido Portinari**.

Roberto morreu aos 23 anos, assassinado pela jornalista **Sylvia Serafim Thibau** na redação do jornal carioca *Crítica* – que pertencia à sua família.

Dignidade

A deputada **Marina Helou** fez emendas para complementar o Programa Dignidade Íntima no Estado de São Paulo. Pediu a inclusão do coletor menstrual na lista de produtos na cesta básica.

"Além de trazer dignidade para meninas e mulheres vulneráveis, também protege o meio ambiente", completou.

RENATO WROBEL

1. Daniella e Gabriella Sarahyba com Gabriela Prioli na festa de lançamento do Camarote Nº 1 2022. 2. Ju Ferraz e Silvia Braz – eleita musa do camarote desse ano. Anteontem, no Rio de Janeiro.

FOTOS IARA MORSELLI

1. Marta Suplicy realizou encontro com mulheres que estiveram no Chile para a posse do presidente Gabriel Boric, que tem no governo 14 ministras e 10 ministros – propondo reflexão dos espaços que as mulheres ocupam na política brasileira. 2. Darlah Farias. 3. Maira Vida. Quarta-feira, nos Jardins.

OLÁ, RUY GUERRA

Aos 90 anos, o diretor de Os Cafajestes e Ópera do Malandro volta às câmeras. Vai dirigir "O Tempo à Faca", adaptado de romance dele mesmo, sobre um nordestino que volta ao povoado onde nasceu para cumprir uma promessa de vingança. "A pré-produção começa no segundo semestre e as sequências serão rodadas no primeiro trimestre de 2023", explica Vânia Lima, produtora executiva do filme. Que deve estrear no início de 2024.

NO COMÉRCIO

O presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Alfredo Cotait Neto, passa a presidir também a Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB). A posse será no dia 30, no Clube Naval, em Brasília. Integram a entidade 27 federações e cerca de 2.000 associações comerciais e empresariais

Balcão do Giba

Gilberto Amendola ● *bit.ly/balcaodogiba*

O sabor da Costa Amalfitana

Nunca te vi, sempre te amei. Não conheço a Costa Amalfitana, no sul da Itália, mas sonho com suas pequenas e charmosas cidades. Enquanto a oportunidade não chega (e o euro não cai), existe ao menos uma chance (líquida) de sentir uma brisa desta região. Falo do Papaya Café – gastrobar no Itaim Bibi.

A inspiração na Costa Amalfitana está presente em todos os elementos da casa. A coquetelaria, claro, também segue a linha mediterrânea, refrescante e relax. O cardápio é assinado pelo chef de bar Paulo Ramos. Para o Papaya, ele apresentou 14 drinques autorais.

Entre os destaques está um coquetel feito para compartilhar, o Bere Convidere (limoncello artesanal, lillet, espumante e frutas: morango, limão-siciliano e mirtilo). Aliás, esse tipo de coquetel já é uma tendência bem-vinda, que já pode ser vista em alguns bares da cidade.

Outro sucesso da casa é o Grotta Azurra, com licor Curaçau Blue, gim infusionado com flor de fada, xarope de hortelã e tônica. Claro, o clima ameno de uma Itália romântica também faz com que as gins-tônicas (e suas variações) e o Aperol Spritz tenham uma boa procura. O Papaya Café fica na Rua Pedroso Alvarenga, 1.055 – Itaim Bibi.

AO MESTRE COM CARINHO. O icônico Mestre Deriva, um dos bartenders responsáveis pelo desenvolvimento da coquetelaria no País, convidou três profissionais premiados para participar da nova carta do Riviera Bar (que reabriu no mesmo endereço há pouco mais de um mês).

> *Drinques do Papaya Café seguem inspiração da Costa Amalfitana, presente nos detalhes da casa*

O cardápio especial leva assinatura de Michelly Rossi, Gabriel Santana e Spencer Amereno Jr. O trio é responsável por três categorias de drinques: Spritz and Sours, Martini e Negroni.

Michelly Rossi vem com Cajuzana, feito com cajuína, Jerez, açúcar e limão; Zé Azedinho, que leva Cynar, Vermute rosso, xarope de cítricos da casa e limão e o Vermelho Paixão, com gim, vermute branco, vermute seco, aperol, morango e limão.

Já Santana apresenta três versões de martinis. Além do clássico (gim e vermute seco), ele trouxe o Vesper de Caju (gim, vermute de caju e vodca) e o Blosson Martini (gim, vermute de grapefruit com ameixa da casa e bitter de laranja).

Por fim, Amereno vem com variações do Negroni. Entre elas, destaque para o Pascal Oliver Negroni, que é feito com gim saborizado com folha de limão kaffir, vermute tinto, doce de jasmim e Campari; e o Maverick Negroni, com gim, Jerez Fino, vermute tinto, Campari, Angostura e sal.

O Riviera fica na Avenida Paulista, 2.584. ●

É JORNALISTA, ENTUSIASTA DA COQUETELARIA E BOM DE COPO

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Teatro com Reynaldo Giannechini e mostra de Adriana Varejão: veja os destaques do fim de semana

Ao vivo *Chuva de hits*

Festival reúne grandes nomes do rock nacional

Rock Brasil 40 Anos terá no domingo (27) shows de Paralamas do Sucesso, Capital Inicial, Biquini Cavadão e Plebe Rude

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O fim de semana será de muita música na cidade. Além do Lollapalooza (*mais informações na página C8*), que leva atrações nacionais e internacionais para o Autódromo de Interlagos, o domingo (27) será de abertura de outro festival: o Rock Brasil 40 Anos. A festa vai reunir shows de Paralamas do Sucesso, Capital Inicial, Biquini Cavadão e Plebe Rude para comemorar as quatro décadas do rock brasileiro.

Antes de desembarcar em São Paulo, o projeto teve edições no Rio e em Belo Horizonte. A expectativa dos organizadores é de que até 21 de abril o festival – que inclui exposições, exibição de filmes, musicais e palestras – seja visto por 100 mil pessoas na cidade. "Tem sido muito legal. A data é muito importante, com bandas da época que ainda estão na estrada. A gente se sente honrado em participar, ainda mais em uma noite caprichada como essa. Quem sabe até não role umas canjas especiais", diz Bruno Gouveia, vocalista do Biquini Cavadão.

Dinho Ouro Preto, do Capital, fala sobre a longevidade dos grupos. "O rock brasileiro produziu grandes canções que são emblemáticas. Temos grandes compositores, todos poetas musicais. O rock nacional é rico e importante, e é por isso que todas as bandas continuam na ativa e bem – porque o público reconhece isso tudo, vai ao show e ama cantar junto."

O festival ainda terá shows de Leoni, Barão Vermelho, Léo Jaime e Flausino & Sideral cantam Cazuza (3/4); Ultraje a Rigor, Titãs, Ira! e Camisa de Vênus (10/4); Paulo Ricardo, Celebration Toca Rita Lee, Humberto Gessinger e Blitz (17/4); Frejat, Nando Reis, Arnaldo Antunes e Marina Lima (21/4). ●

Biquini Cavadão: sucessos no palco

VINICIUS MOCHIZUKI

Show Paralamas do Sucesso, Capital Inicial, Biquini Cavadão e Plebe Rude. Dom. (27), 14h. Memorial da América Latina. Av. Mário de Andrade, 664, Barra Funda. R$ 100/R$ 500. bit.ly/showrock40anos

GUILHERME NABHAN

Daniel e Roupa Nova

Para cantar o amor

Dois grandes ícones da música romântica se unem para cantar o amor. O cantor Daniel e o grupo Roupa Nova sobem ao palco juntos no show *A Força do Amor*. O projeto, que nasceu em uma live, reúne canções já conhecidas do grande público do cantor e da banda, com um repertório que inclui músicas como *Sapato Velho*, *Volta Pra Mim*, *Fricote*, *A Viagem*, *A Jiripoca Vai Piar* e *Estou Apaixonado*, entre outras.

Hoje (25) e sáb. (26), 22h; dom. (27), 20h. Espaço das Américas. R. Tagipuru, 795, Barra Funda. R$ 120/R$ 520. bit.ly/showdanieleroupanova

Tributo à maestrina

Lembranças de Naomi Munakata

O Coral Paulistano, sob regência de Maíra Ferreira, vai homenagear a maestrina Naomi Munakata – um dos mais importantes nomes da música coral brasileira – em um concerto baseado na obra *Um Réquiem Alemão, Op. 45*, do compositor alemão Johannes Brahms. Naomi morreu em 2020, vítima da covid-19.

Sáb. (26), 17h. Teatro Municipal. Pça. Ramos de Azevedo, s/nº, República. R$ 30. bit.ly/concertonaomi

João Bosco e Hamilton de Holanda

Juntos no samba

O show *Eu Vou Pro Samba* junta João Bosco e Hamilton de Holanda para celebrar um dos gêneros mais importantes da música brasileira. Com novos arranjos, Bosco, no violão e na voz, e Hamilton, no bandolim, mostram clássicos como *Vatapá*, de Dorival Caymmi, e *Isso É Brasil*, de Ary Barroso.

Sáb. (26), 21h; dom. (27), 19h. Casa Natura Musical. R. Artur de Azevedo, 2.134, Pinheiros. R$ 100/R$ 220. bit.ly/showjoaoehamilton

MARCOS PORTINARI

Duda Brack

Novo disco e participação especial

A cantora Duda Brack faz o lançamento de seu novo álbum *Caco de Vidro* com um show no Sesc Pompeia, no qual mistura ritmos como pop, cumbia, folk e pagode. Entre as novas canções, uma versão para *Sueño con Serpientes*, sucesso na voz de Mercedes Sosa. O cantor Ney Matogrosso sobe ao palco em uma participação especial.

Hoje (25), 21h. Sesc Pompeia. R. Clélia, 93, Pompeia. R$ 20/R$ 40. bit.ly/showdudabrack

João Carlos Martins

Beethoven é Rock'n'Roll

O maestro João Carlos Martins rege a Bachiana Filarmônica Sesi-SP no concerto *Beethoven É Rock'n'Roll*, que tem como inspiração a composição *Sinfonia n.º 5*. Além da obra icônica do compositor alemão, o espetáculo traz versões de *Meu Erro*, *Pro Dia Nascer Feliz* e *Love of My Life*.

Sáb. (26), 21h30. Tokio Marine Hall. R. Bragança Paulista, 1.281, Chácara Santo Antônio. R$ 160/R$ 320. bit.ly/showjoaocarlosmartins

Mariana Aydar

No ritmo do Nordeste

A cantora Mariana Aydar apresenta a turnê de seu mais recente álbum, *Veia Nordestina*. Entre músicas novas, ela traz versões para clássicos como *Feira de Mangaio*, *Forró do Xenhenhém* e *Frevo Mulher*. O repertório inclui ainda duas canções de Dominguinhos, um de seus ídolos: *Te Faço um Cafuné* e *Preciso do Teu Sorriso*. No sábado (26), o grupo Art Popular, comandado por Leandro Lehart, leva ao palco grandes sucessos, como *Utopia*, e músicas do último álbum, de 2021, *Batuque da Magia*.

Mariana Aydar: hoje (25), 23h. R$ 80. Art Popular: sáb. (26), R$ 120. Studio SP. R. Augusta, 591, Consolação. R$ 80. bit.ly/showmarianaaydar

Gastronomia

Confira no site do 'Paladar' seleção de receitas para o outono com ingredientes da estação

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

Paladar *Fim de semana*

Nem tão café, nem tão almoço

Brunch é uma ótima pedida para aqueles dias em que tudo que se quer é emendar uma refeição e comer sem pressa. Veja onde ir

DANIELLE NAGASE
CINTIA OLIVEIRA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Que tal um brunch para animar o fim de semana que está logo aí? Trata-se de uma opção leve e descontraída, que combina café da manhã e almoço. Diversos cafés, confeitarias e restaurantes da capital paulista se esmeram em criar cardápios especiais para o brunch, repleto de sugestões criativas e substanciosas. A seguir, confira alguns deles.

CAOS BRASILIS. O novo café colonial do chef Bruno Hoffmann é servido apenas um domingo por mês, das 11h às 15h (para saber o dia certo, acompanhe o Instagram do @caosbrasilis). Por R$ 85 por pessoa, chegam à mesa ótimos pães, como o de cacau e café, o brioche de mandioquinha e o waffle de pão de queijo. Manteiga, compota de fruta e requeijão caseiro são servidos para acompanhar, assim como os Frios do Caos (presunto, terrine, queijo de coalho com melaço de caju e minas frescal). A polenta frita de milho roxo é um caso à parte, assim como o bolo gelado de tapioca e coco, que integra a seção de sobremesas. Repetecos e bebidas, inclusive o café, são cobrados à parte.

R. Medeiros de Albuquerque, 270, Jardim das Bandeiras. 3037-7431. 19h/22h30 (sáb. 12h30/16h e 19h/23h; fecha dom. e 2ª).

PATO REI. As duas unidades da cafeteria japonesa oferecem, aos fins de semana, um menu especial para o brunch. É possível pedir tanto o combo (R$ 77, inclui três pratos e uma bebida) quanto as sugestões à parte. Entre as pedidas, destaque para o pdqkko (pão de queijo servido com kalbi, costela bovina braseada ao modo coreano por 17h, kimchi e ovo frito, R$ 28) e o katsu sando (sanduíche de copa lombo, repolho, molho deuso, à base de maionese, mostarda e molho de okonomiyaki, e picles, R$ 40). Para a sobremesa, cheesecake com base de cookie de milho, servida com pipoca e caramelo de missô (R$ 20).

R. Ferreira de Araújo, 353, Pinheiros. 3816-7979. 9h/18h (6ª 9h/ 22h. Sáb. 9h/ 19h. Dom. 9h/18h. Fecha 2ª). Delivery próprio e pela Rappi.

STELLA. Instalado no térreo do hotel Canopy by Hilton, o restaurante comandado pelo chef David Kasparian retomou o serviço de brunch. Servido aos domingos, do meio-dia às 16h, o brunch especial (R$ 240 por pessoa, inclui cerveja e espumante) vale por uma refeição completa. Enquanto o buffet reúne sugestões de pães, frutas, saladas, iogurtes, queijos e embutidos, à mesa chegam sugestões como panquecas fofinhas, além de ovos beneditinos, com presunto grelhado, ovo pochê e molho hollandaise servidos em fatia de pão. O menu também inclui alguns pratos principais, que mudam de acordo com a disponibilidade dos ingredientes. O tartar de atum com gel de limão, beterraba e manjericão, e o brisket defumado e servido com farofa de banana e vinagrete são algumas pedidas em cartaz neste fim de semana. E, para a sobremesa, a pedida é a mousse de chocolate com castanha-do-pará.

R. Saint Hilarie, 40, Jardins. 3509-9610. 12h/15h e 19h/23h (6ª 12h/15h e 18h/0h. Sáb. 12h/16h e 19h/0h. Dom. 12h/17h e 19h/23h).

LOCALE CAFFÈ. Todo dia é dia de brunch no endereço, que é um misto de bar e café italiano. O menu (R$ 125, inclui uma bebida à base de café e um drinque), servido até as 15h, reúne sugestões como os ovos mexidos servidos com presunto cru crocante e fatias de pão italiano, e a tostate caprese (à base de muçarela de búfala, tomate, pesto genovês e creme de ricota sobre fatia de pão italiano). Entre os drinques, destaque para o limoncello spritz (limoncello e chardonnay gaseificado) e o pietra (gim, Campari, lavanda, bitters e cítricos). Já para a sobremesa é possível escolher um entre os sete sabores de cannoli disponíveis na casa, como limão-siciliano, doce de leite e creme de pistache.

R. Manuel Guedes, 349, Itaim Bibi. 94140-4371. 9h/18h (3ª 9h/23h, 4ª a sáb. 9h/0h. Dom. 9h/22h). Delivery próprio e pela Rappi.

BOTANIKAFÉ. Com três endereços na cidade, o local ganhou fama pelo cardápio recheado de sugestões para o brunch, servidas o dia todo. Entre os destaques do menu está a seleção de beneditinos, que inclui opções como o salmão curado (R$ 42) com raspas de laranja, servido sobre pão de levain, ovos pochê e molho hollandaise. Outras pedidas são o avobreak – sanduíche com ovo mexido, pasta de avocado, cheddar e agrião, servido no pão de brioche (R$ 30) – e o parma parma, à base de ovos cremosos, presunto cru, noz-moscada e queijo grana padano (R$ 44). Se a ideia é manter a linha mais saudável, o local também oferece uma seleção de bowls, creme à base de frutas congeladas, como o pitaya botanik (R$ 38, pitaya e banana, servido com granola, chips de coco, sementes de abóbora e girassol, gergelim, linhaça e chia) e uma opção de fruta. ●

R. Padre Garcia Velho, 56, Pinheiros. 3360-8919. 9h/23h. Delivery pela Rappi.

JUNIOR BRONKO

O Caos Brasilis, do chef Bruno Hofmann, oferece aos domingos o café colonial por preço fixo (R$ 85)

NA WEB
Confira mais roteiros de restaurantes e novidades do universo gastronômico.
https://paladar.estadao.com.br

ACERVO PESSOAL

Evento

Sushi + Vinho

Parceria inédita e uma oportunidade para quem gosta de provar novas harmonizações. Na próxima segunda-feira (28), as sommelières da Sede 261, Cássia Campos e Daniela Bravin, se unem aos chefs Henry Miyano e Gerard Barberan, no balcão do restaurante de gastronomia japonesa Kuro. No evento, serão servidos pratos da casa, como o dashi feito com katsuobushi ralado na hora, e sushis, como o de vieira com yuzu, acompanhados por vinhos selecionados pela dupla. Reservas pelo Instagram @kurorestaurante.

GABRIELA BILÓ/ESTADÃO

Retorno

A volta de Alê D'Agostino aos balcões

Após um hiato longe dos balcões tocando sua empresa de drinques engarrafados, o bartender Alê D'Agostino, um dos nomes mais reconhecidos da mixologia brasileira, se prepara para retornar às coqueteleiras no próximo 1.º de abril. Na data, será inaugurado o Raiz Club by APTK Spirit – no mesmo local do antigo bar de jazz, no subsolo do restaurante Jacarandá, em Pinheiros.

R. Alves Guimarães, 153, Pinheiros. 3083-3003.

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Tolera o abismo
Data estelar: Lua quarto minguante em Capricórnio

Quanto maiores forem as tuas conquistas, mais terás a perder ao longo da existência e, por isso, maior será também a vertigem constante com que terás de lidar, porque uma coisa é tropeçar na praia, outra diferente é cambalear subindo uma montanha.

A mera imaginação de que poderias perder tudo, ou de que tuas conquistas seriam insuficientes, é produto do olhar que tua alma dá ao abismo. Assim andarás tu, entre o abismo e a glória, preferindo, evidentemente permanecer na glória, mas ciente de que essa é ameaçada o tempo inteiro pelo abismo.

Tudo tem um preço, tudo custa, nenhuma conquista se realiza toda com a ajuda da sorte, a alma conhece muito bem as dores que sofreu para chegar aonde chegou. Trata bem de ti, tolera o abismo, ele é necessário. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Ainda que haja inúmeras restrições e contratempos, sua alma sente que a coisa está andando, e que houve avanços relevantes. Pode ser tudo muito sutil, muito indefinido, mas o pressentimento está aí, como prova de confiança.

TOURO 21-4 a 20-5
A criatividade pressupõe muitas complicações, porque se fosse para deixar acontecer tudo de acordo com os desígnios da natureza, você nada precisaria fazer e suas belas ideias não serviriam para nada. Complicações.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Se você não se mexer, nem tampouco atrever a colocar as cartas sobre a mesa, este momento passará em brancas nuvens, sem nada demais nem de menos acontecendo. Porém, poderia ser diferente, dependendo do seu atrevimento.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Não se trata de uma negociação nem tampouco de investimento, fazer o bem é a própria recompensa. Porém, a mente está sempre a se interessar pelo que pode lhe servir, portanto, não se culpe pelo que você pensa.

LEÃO 22-7 a 22-8
Se não houvesse em você uma firme vontade de progredir, o caminho seria desprovido de problemas, porque nada haveria na vida que você desejasse obter. Porém, sua alma quer progredir, daí vêm todas as complicações.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Ajude as pessoas a serem melhores, a se comportarem com eficiência diante dos contratempos da vida. Preste essa ajuda, porque isso resultará numa harmonia que, de outra maneira, seria impossível conquistar.

LIBRA 23-9 a 22-10
Aquilo que se transformou num problema cotidiano que sua alma enfrenta, há de se transformar no trampolim para você se atrever a fazer mudanças substanciais na rotina. Há males que vêm por bem, sabia disso? Pois é!

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
O ritmo cotidiano, quando encarado com tédio, se torna mais denso e pesado. Porém, o contrário também é verdade, toda alegria que você investir nas mínimas coisas, aparentemente banais, retorna a você com benefícios.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12
Há um tempo certo para arriscar, enquanto há outro que é propício para se manter dentro das estritas margens de segurança. Raramente as duas situações se misturam, mas é o que acontece exatamente agora.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Manifeste suas ideias, nada esconda, porque neste momento há algo que precisa acontecer por meio das palavras que você se atrever a dizer. As reações serão as mais variadas, mas todas servirão para seu amadurecimento.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Há assuntos práticos para ser administrados, mas há também aqueles que, apesar de não terem praticidade alguma, são importantes para sua alma. Nem tudo pode, nem deve, ser raciocinado de acordo à praticidade.

PEIXES 20-2 a 20-3
A parte mais difícil é sempre a de sustentar a coordenação necessária entre todas as pessoas envolvidas, para que ninguém se sinta diminuído e, ao mesmo tempo, o espírito de colaboração continue reinando. Em frente.

Cinema Oscar

Serviços de streaming poderão levar prêmio de melhor filme este ano

'No Ritmo do Coração', da Apple TV, enfrenta o queridinho da crítica 'Ataque dos Cães', que é da Netflix

Desde que *Manchester À Beira-Mar*, da Amazon Studios, se tornou em 2017 a primeira produção de um serviço de streaming a ser indicada para o Oscar de melhor filme, os concorrentes têm investido milhões de dólares para conseguir uma premiação que até agora tem ficado fora do alcance.

Mas este ano pode ser diferente. *No Ritmo do Coração* (Coda), da Apple TV+, uma história comovente sobre a filha de um casal de surdos que está dividida entre o amor pela música e o medo de abandonar os pais, é um dos principais candidatos no domingo, 27, ao prêmio de maior prestígio da indústria cinematográfica depois de ter conquistado as principais honras do Producers Guild e do Screen Actors Guild.

No Ritmo do Coração enfrenta a competição de melhor filme com o queridinho da crítica *Ataque dos Cães*, da Netflix, que recebeu o prêmio principal do Directors Guild of America, Bafta e Critics Choice Awards.

Mas, à medida que os protocolos de isolamento social continuam deprimindo o público dos cinemas, é provável que um prêmio de melhor filme sirva como um benefício para os serviços de streaming, que detêm os direitos sobre quase todos os principais indicados.

"O cinema está se transformando, mas não acho que seja a morte de nada", disse a atriz Kerry Washington. "Acho que estamos tendo cada vez mais opções e maneiras de apreciar conteúdo." ● REUTERS

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Li um livro e a partir daí toda a minha vida mudou"* **Orhan Pamuk**

Marcelo Rubens Paiva

Vai passar

Listar os temas dos carnavais do Acadêmicos do Baixo Augusta é uma maneira de praticar sociologia urbana. Saímos clandestinamente pela primeira vez em 2010 com Apavora Mas Não Assusta. A diversidade da cidade é o pathos do bloco.

Agendamos para domingo antes do carnaval na Rua Bela Cintra. Saímos modestamente com bandinha, da balada Sonic para o Studio SP. O público foi aumentando a cada quadra. Descemos até o Baixo Augusta.

A Prefeitura não entendeu a proposta de carnaval de rua. A elite moralista que comandava a política era avessa à diversão. Carnaval era para o morador descansar e passear de carro. Quem gostasse de folia, que viajasse.

Passamos o ano de 2011 em debates com autoridades. No ano seguinte, liberaram duas das oito faixas da Rua da Consolação. A regra era que não poderíamos atrapalhar o direito de ir e vir de carros e a paz de moradores. Descemos uma das artérias de São Paulo apertados pelo cordão de isolamento ostensivo feito por policiais e bombeiros. Chovia. Era ridículo. Não fecharam a avenida. Perigosíssimo. Se um carro se desgovernasse e derrapasse, atropelaria umas mil pessoas. Claro que a dispersão foi à base de cacetada e bombas de gás.

Mais um ano de debates. A essa altura, tinha uma associação, outros blocos sairiam, a iniciativa ganhava adesão da população. A Prefeitura fazia sugestões descabidas, como desfilar no Autódromo de Interlagos.

> *Em 2020, a democracia era atacada e o bloco Acadêmicos do Baixo Augusta saiu de Viva a Resistência*

Então, fomos empurrados para um estacionamento na Rua Augusta. Apertados e cercados, a chuva fez do piso uma lama. Ninguém conseguiu se divertir. O tema era um recado: Eu Quero Botar Meu Bloco na Rua.

Em 2013, saiu o prefeito. O bloco foi enfim para a rua com carro de som. O tema? Ocupa Augusta. Em 2014, contra a polarização e o ódio, saímos de Flower Power e distribuímos flores. Em 2015, Desbunde na Augusta. Em 2016, veio a ascensão conservadora e a "recatada do lar". Nosso tema? Família Augusta de Todo Jeito Me Gusta.

Em 2017, Doria apagou grafites. Saímos com A Cidade É Nossa e começamos a fazer empenas por onde o bloco desfilava. A primeira foi de Rita Wainer, em homenagem à luta feminista.

Em 2018, exposições e livros foram atacados. Saímos de Proibido Proibir. Em 2019, Bolsonaro assumiu. Tema? Que País É Esse? Legião Urbana deu show em cima do carro na Praça Roosevelt.

Em 2020, a democracia era atacada. Saímos de Viva a Resistência, homenageando Elza Soares. Em 2021, pandemia. Em 2022, chegamos a pré-produzir, mas a Ômicron impediu. O tema escolhido: Vai Passar. Se conseguirmos sair em 2023, teremos que escolher outro? ●

É ESCRITOR E DRAMATURGO, AUTOR DE 'FELIZ ANO VELHO'

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas estadao.com.br/e/cruzadas

- Anexado
- "Eu tenho a (?)!", lema do He-Man
- Peça de metal com rosca interna
- Verbo modal em inglês que indica uma obrigação incisiva ou uma dedução
- Duas proposições básicas da — Naturais / Geometria Euclidiana
- Pó metálico usado em artesanato
- "Vou de (?)", sucesso de Angélica
- Tecidos usados para secar suor e lágrimas
- "A (?) da Guerra", livro chinês
- Grande porção de coisas
- Que tem eixos coincidentes
- Que exprime admiração (fem.)
- Tecido resistente
- Vagaroso
- Base do caviar
- Gafe (bras.)
- Rio que foi afetado pelo desastre de Mariana
- Falhas; defeitos
- A ação da vitamina K
- Maior mamífero da Terra, ameaçado de extinção pela caça indiscriminada (pl.)
- Valor a ser pago
- Dez, em inglês
- Tempero evitado por hipertensos
- Ir plantar (?): parar de incomodar
- Goma de mascar
- Saque sem defesa
- Sufixo de "glorioso"
- Clube de maior torcida no Brasil (fut.)
- A letra da vaia
- A (?) nu: sem o auxílio de lentes
- Seguir; partir
- Nativo
- Partes que formam a corola da flor
- Elias Canetti, escritor búlgaro
- Uma vez, em inglês
- (?) Mahler, compositora austríaca
- Pode ter fundo falso
- Padres; reverendos

S A L

BANCO 3/ten. 4/alma — must — once. 6/chiclé. 7/coaxial.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, símbolos iguais. Nas casas em destaque, o dispositivo destinado a tornar o vapor líquido saído das máquinas térmicas sem necessidade do emprego de água.

- No tempo presente.
- A "galeria de arte" do troglodita.
- (?) rápida, vantagem do Sedex.
- São falados pelo poliglota.
- A marcha tocada em casamentos.
- Cidade destruída como Sodoma (Bíblia).
- Alma do marketing.
- Féria.
- Morada.
- Coletivo de atletas.
- Estabelecimento turístico.
- Forragem para alimentar animais.
- É visado na pesca industrial.
- Declive de montanha.
- (?) de sódio: o sal de cozinha.

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku estadao.com.br/e/sudoku

Nível Médio

6		7				9		1
1			2		6			4
		2		8		1		
			1	4	5			
		5		3		6		
4			8		9			2
9		3				7		5

SOLUÇÕES

Música *Evento*

Lollapalooza coloca em teste as previsões do pop pós-distanciamento

JON NAZCA/REUTERS - 3/11/2019

SONY MUSIC

1. Pabllo Vittar será uma das atrações maiores desta sexta, no Palco Onix, com discurso politizado.

2. Já os Strokes chegam como atração principal para fecharem a noite também de hoje, no palco Budweiser

Primeiro grande festival de música depois de dois anos de cuidados sanitários deve receber cerca de 250 mil pessoas

JULIO MARIA

Todos sabiam que a primeira reunião do pós-confinamento depois de dois longos anos sem grandes festivais se tornaria um case. E não só pela adaptação aos protocolos que a pandemia ainda exige, resumidos a comprovantes de vacinação com o mínimo de duas doses tomadas e a sugestão de máscaras e álcool gel, mas a outros detalhes: no momento em que as porteiras se abrem no mundo, estar na agenda de bons artistas e não ter o line-up sucateado já é um feito.

Será então de hoje, 25, a domingo, 27, que veremos o teste de muitas das previsões pregadas desde 2020 sobre como seriam os "novos códigos", o "novo normal" e o "nunca mais estarei em grandes concentrações de gente sem máscara". Por três dias, o Lollapalooza deverá receber ao todo um público que pode superar os 246 mil pagantes que estiveram na última edição, em 2019. Não será obrigatório o uso das máscaras, informa o festival, já que o governo do Estado liberou a proteção em lugares ao ar livre. Não deixa de ser um ato de coragem em um lugar de altíssima densidade demográfica por mais de 70 shows e 68 horas de música.

Francesca Brown Alterio é diretora de marketing e da área de festivais da companhia Time For Fun, responsável pela realização do festival. Sobre o uso das máscaras, ela reforça: "Nós recomendamos, mas também entendemos que não existe mais uma lei estadual que torna o uso obrigatório. Vamos espalhar totens de álcool em gel e também será obrigatória a apresentação do comprovante de vacina com, no mínimo, duas doses."

Ela fala da responsabilidade de se "puxar a agenda de retomada de grandes eventos no nosso país". "Foi um desafio produzir essa edição, mas tudo foi organizado tendo como prioridade a segurança."

Dentro do equilíbrio de forças de um festival que se realiza entre o que já virou pop e as camadas mais superiores do underground – Matuê, por exemplo, é um trapper com milhões de seguidores que jamais seria entendido pelos seus fãs como underground –, o Lolla 2022 traz uma boa seleção nas duas frentes. Ao contrário do Rock in Rio, que aposta no conceito da diversão, parece haver um cuidado com lógica e direção artística mais visível.

Dos gringos grandes, chegam Foo Fighters, Miley Cyrus, Strokes, Doja Cat, A$AP Rocky (isso vai ser uma euforia inominável) e Martin Garrix. Dos nacionais estrelados, Emicida, Alok, Pabllo Vittar, Gloria Groove, Djonga, Fresno e Rashid. Mas muitos shows podem ser ainda melhores do que os nomes mais reluzentes no cartaz.

Atrações

Destaques que podem render bons momentos

Sexta

Palco Budweiser
Detonautas – 13h05
The Strokes – 21h15

Palco Onix
The Wombats – 15h35
Doja Cat – 20h10

Palco Adidas
Matuê – 14h45
Pabllo Vittar – 16h40

Sábado

Palco Budweiser
Silva – 14h45
Emicida – 19h05
Miley Cyrus – 21h30

Palco Onix
Jão – 15h50
A$AP Rocky – 20h10

Palco Adidas
Jup do Bairro – 14h45
Alessia Cara – 19h05

Perry's by Doritos
Chemical Surf – 15h15

Domingo

Palco Budweiser
Rashid – 13h45
Foo Fighters – 20h30

Palco Onix
Black Pumas – 17h
Martin Garrix – 19h10

Palco adidas
Marina Sena – 15h55
Djonga – 18h05

Politicamente correto

Sobre pedidos de camarim, as bizarrices chegam ao fim. Há mais consciência ambiental

O gregário e delicioso trio liverpooliano The Wombats, às 15h35, no palco Onix de hoje, parece, como o Coldplay, feito para festivais e outras grandes comoções, como prova seu mais recente álbum, *Fix Yourself, Not The World*. E o soul rock dos anos 1970, cada vez mais distante do soul e mais perto do rock, do Black Pumas é algo que pode interessar seriamente. São testes que só o palco pode fazer. Onde será que termina a emulação da memória de algo do que gostamos de algum lugar do passado e começa a autenticidade do vocalista Eric Burton e do guitarrista Adrian Quesada? Como não serem o Alabama Shakes da vez?

GEOGRAFIA. O Autódromo de Interlagos tem um relevo bem acidentado, ótimo para uma pista de Fórmula 1 e nem sempre apropriado para um festival de música. Ali, entre um palco e outro, se anda muito e é bom lembrar que coberturas jornalísticas anteriores mostram que os principais casos de atendimento nos pontos médicos de apoio se dão por conta da falta de ingestão de água. As pessoas tomam bebidas alcoólicas, ficam no sol e desmaiam. Sobre áreas de descanso, Francesca Altério diz: "Teremos o Lolla Comfort como local de descanso e de sombra, com estrutura de banheiro com água corrente".

A respeito dos pedidos de camarim, parece que as bizarrices chegam ao fim. A produção conta que os artistas têm mais consciência ambiental, pedindo "itens de papel ou madeira, sem a existência de nada de plástico, além de galões de água para o refil de garrafas, para diminuir o consumo de garrafas plásticas e alimentação mais orgânica, saudável e vegana". O star system do pós-covid não é mais o mesmo. E isso é bom. ●